



TÍTULO

Entre vivos e mortos: Mar, rios, os vivos e a *barca de Caronte*
Fragmentos de Arqueologia 5

COORDENAÇÃO

Ana Cristina Martins
António Marques
Isabel Cameira
Vasco Leitão

REVISÃO EDITORIAL

Cristina Nozes
Vasco Leitão

APOIOS

Gabinete de Estudos Olisiponenses | Departamento de Património Cultural
| Direção Municipal de Cultura | Câmara Municipal de Lisboa
Departamento de Património Cultural | Direção Municipal
de Cultura | Câmara Municipal de Lisboa
Departamento de Desenvolvimento e Formação | Direção Municipal
de Recursos Humanos | Câmara Municipal de Lisboa

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Lisboa/ Direção Municipal de Cultura/ Departamento
de Património Cultural/ Centro de Arqueologia de Lisboa
Sociedade de Geografia de Lisboa/ Secção de Arqueologia

DESIGN GRÁFICO

Ana Filipa Leite

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS:

Imprensa Municipal

TIRAGEM:

170

ISBN

978-972-8543-73-0

DEPÓSITO LEGAL

LISBOA, 2025

Advertência: Nesta publicação, o cumprimento, ou não, do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa de 1990, em vigor desde 2009, é da responsabilidade dos autores de cada texto, assim como as versões em língua inglesa e o conteúdo dos artigos. O Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) e a Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa (SA-SGL) declinam qualquer responsabilidade por equívocos ou questões de ordem ética e legal.

5.^o SEMINÁRIO

ENTRE VIVOS E MORTOS=

MAR, RIOS, OS VIVOS E A BARCA DE CARONTE

Doutora Ana Cristina Martins (FCT / IHC-CEHFCI-UE-FCSH-UNL / S.G.L.)

Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez (UNIARQ - F.L.U.L. / S.G.L.) †

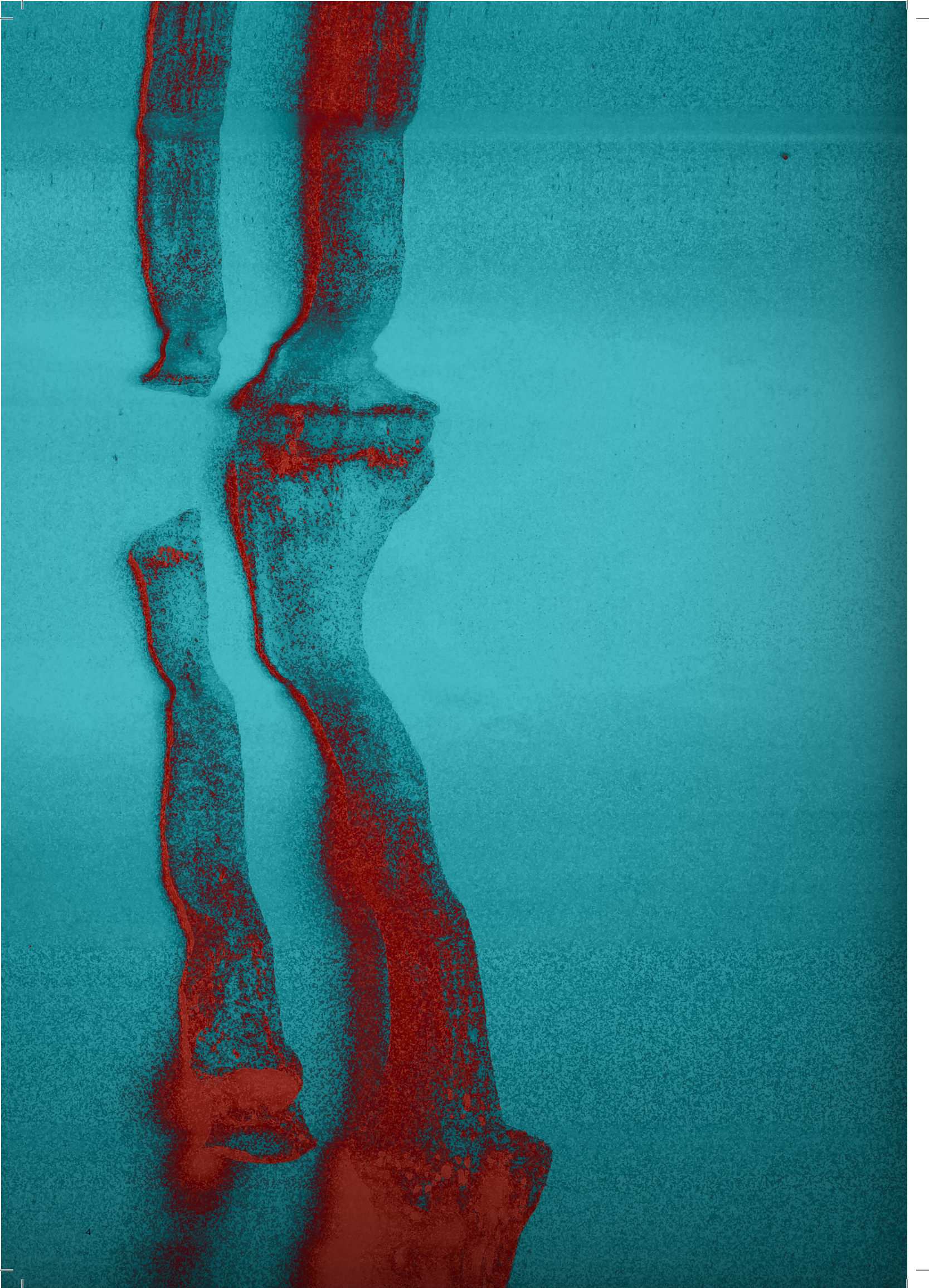
Dr. António Marques (C.A.L. / C.M.L.)

Dr.^a Isabel Cameira (C.A.L. / C.M.L.)

Dr. Vasco Leitão (C.A.L. / C.M.L.)

Dr.^a Sandra Marques (D.D.F. /C.M.L.)

*Câmara Municipal de Lisboa/ Direção Municipal de Cultura/ Departamento de
Património Cultural/ Centro de Arqueologia de Lisboa
Sociedade de Geografia de Lisboa/ Secção de Arqueologia*



FRAGMENTOS DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA 5:

Entre Vivos e Mortos: Mar, rios, os vivos e a *barca de Caronte* 07

CONFERÊNCIAS

Morrer na *finis terrae*: o mundo funerário no litoral centro-atlântico português durante a Idade do Ferro

Ana Margarida Arruda, Ana Sofia Antunes, Elisa de Sousa, Francisco B. Gomes 10

A espacialidade funerária romana da cidade de *Olisipo*: problemáticas de definição e expressões arquitetónicas

Rodrigo Banha da Silva 27

Permanência e mudança: a matéria da morte em Lisboa, na transição para a Alta Idade Média

Paulo Almeida Fernandes 45

Uma necrópole medieval na Encosta de S. Gens. História e Arqueologia

Manuel Fialho Silva 56

COMUNICAÇÕES

A água na liturgia islâmica e possíveis leituras arqueológicas nos contextos funerários

Raquel Gonzaga 72

Bioarqueologia, do campo ao laboratório: o caso da necrópole Moderna do Hospital dos Soldados (Castelo de São Jorge, Lisboa)

Susana Henriques, Liliana Matias de Carvalho, Ana Amarante, Sofia N. Wasterlain, Ana Curto 82

Um esqueleto no armário ou como a Arqueologia não vive só do que se descobre debaixo da terra

Nathalie Antunes-Ferreira, Cristina Fuzeta, Alfredo Martins, Sara Cantiga, Carlos Boavida, Fátima Palmeiro 97



Fotografia Guilherme Cardoso



FRAGMENTOS DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA'S

ENTRE VIVOS E MORTOS:

Mar, rios, os vivos e a *barca de Caronte*

Se existe sector em que a profunda mudança se fez repercutir na Arqueologia Portuguesa “pós-IPA”, a Antropologia Física e a “Arqueologia da Morte” representam-no certamente.

Inseridas entre o oceano e os paleo-estuários do Tejo e Sado, as chamadas “penínsulas” de Lisboa e Setúbal definem uma parte importante da Estremadura Atlântica ou Portuguesa e constituem palco adequado a estes V Fragmentos de Arqueologia.

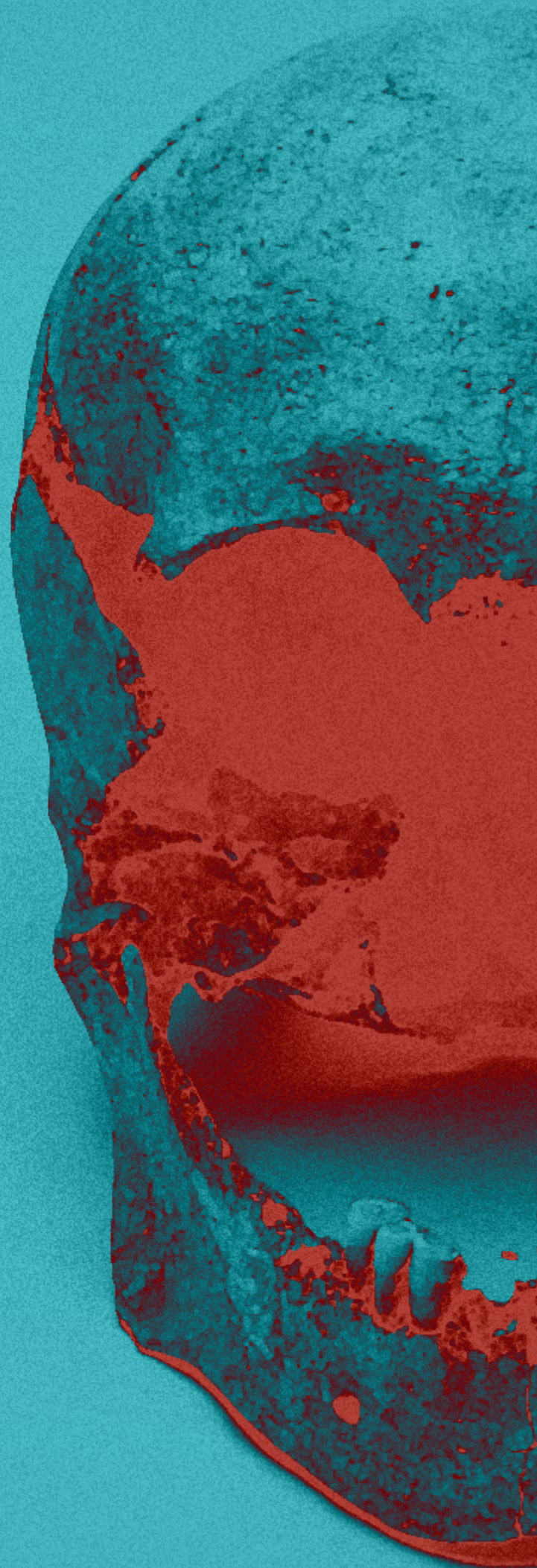
As mudanças formais que a “barca de Caronte”, enquanto metáfora para as formas que o tratamento da morte vai assumindo ao longo dos tempos, podem, assim, enquadrar-se com o elemento líquido e o mundo dos vivos, para quem, em primeira e última instância, vão efetivamente funcionar.

O importante incremento da atividade arqueológica neste território nas últimas duas décadas tem sido fundamental na recolha de um maior conhecimento acerca destas práticas em períodos pretéritos. Com efeito, uma nova abordagem, assente na multidisciplinaridade científica da investigação, tem proporcionado novos resultados e conhecimentos acerca desta matéria, permitindo a obtenção de novas pistas para um reencontro com as pessoas que viveram neste espaço geográfico, e foram construindo a sua História. Urge, pois, sistematizar e divulgar junto do público interessado todo este investimento científico que tem vindo a ser desenvolvido por arqueólogos, antropólogos, químicos, historiadores, etc.

Com realização bianual, esta quinta edição destes colóquios contou com a participação de 30 investigadores, que foram responsáveis pela apresentação de 8 conferências e 9 comunicações, das quais apenas se publicam 7 artigos, que correspondem àqueles que conseguiram fechar o ciclo da divulgação, promovendo a publicação dos seus estudos.

Por outro lado, a escolha do tema em causa, foi uma inesperada sugestão do nosso saudoso e muito amigo Professor Doutor João Carlos de Senna-Martínez, pouco tempo antes de se ter feito transportar pela implacável «Barca de Caronte», rumo ao Olimpo dos grandes investigadores. Não podemos por isso deixar de lhe dedicar a presente edição, desejando que a mesma constitua um modesto acréscimo ao avanço e à promoção do conhecimento e da ciência.

Lisboa, 2025
A Coordenação





CONFERÊNCIAS

Morrer na *finis terrae*: o mundo funerário no litoral centro-atlântico português durante a Idade do Ferro¹

Ana Margarida Arruda², Ana Sofia Antunes², Elisa de Sousa², Francisco B. Gomes²

RESUMO

Efectua-se uma leitura global das práticas funerárias e dos rituais associados no segmento central do Ocidente Atlântico, focada na Península de Lisboa e no Baixo Sado, ao longo da Idade do Ferro, com base nos dados disponíveis.

Assinala-se a lacuna de conhecimento sobre as necrópoles dos povoados “orientalizantes” do litoral, com raras excepções (Tavira e Alcácer do Sal), contribuindo, todavia, dados relativamente recentes de Lisboa para a identificação de práticas funerárias de matriz orientalizante e mediterrânea – a sinalização da sepultura com estela epigrafiada em caracteres e língua fenícios (caso único na Península Ibérica à data) e o enterramento de um recém-nascido sob o pavimento de uma habitação. A mesma matriz encontra-se testemunhada nos actos de libação e de purificação que se associam aos jarros e recipientes rituais encontrados na Península de Lisboa.

No estuário do Sado, destaca-se a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal, com uma lata diacronia de utilização, alcançando a época romana-republicana, na qual se registam distintos tipos de soluções funerárias e de fórmulas rituais. A cremação com deposição dos restos em urnas do tipo “Cruz del Negro” e a cremação *in situ*, em sepulturas de secção escalonada ou em *busta* simples convivem nos momentos mais antigos do espaço sepulcral (meados do século VII - inícios do VI a.n.e.) e constituirão um reflexo do ambiente multicultural da região nesse período, vingando a última solução ritual de forma aparentemente hegemónica a partir do segundo quartel / meados do século VI a.n.e.. Em meados do século V a.n.e., ocorre uma rápida (re)introdução da cremação em urna, que se converterá na modalidade funerária exclusiva durante a II Idade do Ferro. Esta não será, todavia, adoptada neste momento por outras comunidades, designadamente na área mais interior da Arrábida, onde se registam casos de inumação em cista.

Palavras-chave: necrópoles, rituais funerários, colonização fenícia, Estuário do Tejo, Estuário do Sado

Dying in the *finis terrae*: funerary practices in the Central Atlantic Portuguese coast during the Iron Age

ABSTRACT

A global approach to funerary practices and associated rituals in the Central Atlantic Portuguese coast is carried out, focusing on the Lisbon Peninsula and the Lower Sado, throughout the Iron Age, based on available data.

¹ Financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito dos projectos UIDB/00698/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDB/00698/2020>) e UIDP/00698/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDP/00698/2020>). Parte do presente trabalho foi ainda realizado ao abrigo do Contrato de Estímulo ao Emprego Científico CEECIND/01109/2018 (FBG) e da Bolsa de Doutoramento 2020.08397.BD (ASA), ambos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

² Uniarq - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras de Lisboa. Universidade de Lisboa.

We must highlight the gap in knowledge about the necropolises of the “orientalizing” settlements, with rare exceptions (Tavira and Alcácer do Sal). However, relatively recent data from Lisbon identified funerary practices with an orientalizing and Mediterranean origin – the marking of a grave with a stele written in Phoenician characters and language (a unique case in the Iberian Peninsula in the present moment) and the burial of a newborn under the floor of a house. The same matrix is witnessed in the libation and purification acts associated with the jugs and ritual containers found on the Lisbon Peninsula.

In the Sado estuary, the necropolis of Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), stands out, with a wide diachrony, reaching the Roman-Republican period. Here, different types of funerary solutions and ritual formulas are recorded. Cremation with deposition of the remains in urns of the “Cruz del Negro” type and *in situ* cremation, either in graves with a stepped section or in a simple *busta* coexist in the oldest moments of the burial space (mid-7th century - beginning of the 6th century BC) and they reflect the multicultural environment of the region in that period. The last ritual solution is apparently hegemonic from the second quarter / mid-6th century BC onwards. In the middle of the 5th century BC, there was a rapid (re)introduction of urn burials, which became the exclusive modality during the Late Iron Age. This will not, however, be adopted at this time by other communities, particularly in the innermost area of Arrábida, where cases of inhumation in cist are recorded.

Keywords: necropolises, funerary rituals, Phoenician colonization, Tagus estuary, Sado estuary

1_INTRODUÇÃO

Os dados actualmente existentes sobre o mundo funerário sidérico no litoral centro-atlântico português não são muito abundantes e apresentam, na maioria dos casos, limitações à sua interpretação, decorrentes do facto de provirem ou de contexto desconhecido, perturbado ou secundário, ou de terem sido recolhidos no âmbito de trabalhos antigos.

Assinala-se também um panorama assimétrico de informação entre a Península de Lisboa e o Baixo Sado, essencialmente devido ao maior volume de dados proporcionado pela necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal, e, sobretudo, pela sistematização e análise que tem sido realizada sobre aquela, com a revisão integral dos trabalhos pretéritos (Gomes, 2016-2017; 2018a; 2018b; 2021), o que permitiu compor um cenário bastante completo da evolução da arquitectura e dos rituais funerários daquele espaço funerário.

Não obstante, também o Baixo Tejo tem gerado contributos importantes, concretamente em Lisboa, onde têm sido feitas relevantes descobertas nos últimos anos no âmbito de trabalhos de arqueologia preventiva, algumas das quais documentam a prática de rituais funerários de matriz orientalizante e mediterrânea em momentos antigos da Idade do Ferro. A estela epigrafada com caracteres e língua fenícios dos antigos armazéns Sommer (Neto *et al.*, 2016) e o enterramento de recém-nascido sob o pavimento de compartimento habitacional no Largo de Santa Cruz do Castelo (Sousa e Guerra, 2018, p. 59; 2021, p. 24), constituem alguns dos exemplos possíveis (v. *infra*).

A revisão de dados de trabalhos antigos em ambas as regiões (Gomes, 2013; Arruda e Cardoso, 2015; Pimenta *et al.*, 2020) e a realização de alguns trabalhos de campo mais recentes na margem sul do Tejo (Pimenta *et al.*, 2014; 2019) tem aportado igualmente relevantes testemunhos para o conhecimento do panorama funerário sidérico do Atlântico centro-ocidental, que revela uma diversidade e complexidade certamente conectadas com discursos identitários de cariz socio-económico, político ou ideológico, eventualmente étnico ou de outra índole, mas que estamos, em muitos casos, ainda longe de compreender plenamente.

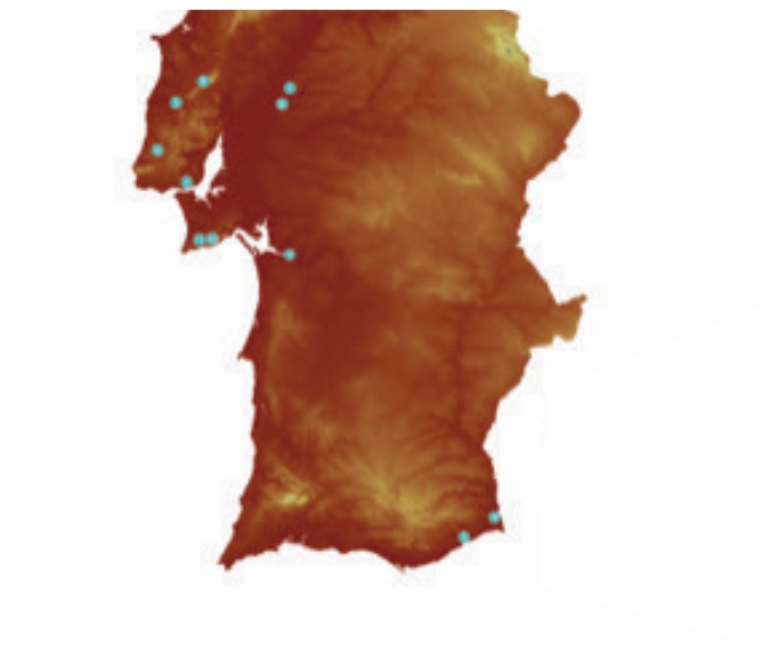


Fig. 1 - Mapa com localização dos sítios referidos no texto.

2_Práticas funerárias na Lisboa pré-romana

Na região de Lisboa, à semelhança do que sucede na maior parte das áreas litorais do actual território português (Arruda, 2004; 2009; Gomes, 2021), são poucos os dados sobre o mundo funerário da Idade do Ferro. Efectivamente, são raras as necrópoles conhecidas, bem como os testemunhos indirectos das práticas funerárias dos habitantes da maioria dos povoados “orientalizantes” do Extremo Ocidente, do Mondego, em Santa Olaia, ao Guadiana, em Castro Marim, passando por Santarém e Lisboa, no Tejo e por Setúbal, no Sado (Arruda *et al.*, 2021). Constituem excepções Alcácer do Sal (v. *infra*) e Tavira (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008). Esta escassez não pode nem deve surpreender, uma vez que a sua identificação está dificultada pelo facto de, muito provavelmente, constituírem espaços subterrâneos, e por se localizarem seguramente em áreas actualmente urbanizadas.

Não obstante, dados recolhidos na área urbana de Lisboa revestem-se de grande importância, não só por se relacionarem com o mundo funerário, mas também por remeterem para o momento mais antigo da presença fenícia em *Olisipo*. Entre eles, merece particular relevo a estela funerária (fig. 2) encontrada nos antigos Armazéns Sommer, na Rua Cais de Santarém, no sopé da encosta Sudeste da colina do Castelo de São Jorge, durante as escavações preventivas aí realizadas. Embora tenha sido identificada em posição secundária, reutilizada na construção de uma estrutura de época romana (Neto *et al.*, 2016, p. 125), esta estela indicia a existência de uma necrópole sidérica nas proximidades do local, cujas características, no entanto, desconhecemos por completo.

Esta estela constitui um exemplar único no território actualmente português, e muito raro tanto na Península Ibérica, como na bacia do Mediterrâneo em geral. Com efeito, as estelas funerárias epigrafadas fenícias são muito raras na Península Ibérica, ao contrário das que, sinalizando também sepulturas, não contêm, aparentemente, qualquer inscrição (Belén Deamos, 1994; Martín Ruiz, 2009).



Fig. 2 – Estela funerária em caracteres e língua fenícios (século VII a.n.e.). Rua Cais de Santarém - antigos armazéns Sommer (créditos fotográficos: Guilherme Cardoso).

O exemplar lisboeta foi elaborado em calcoarenito fino, e possui uma inscrição em caracteres e língua fenícios desenvolvida em três linhas conservadas. O estudo paleográfico, realizado por José Angel Zamora, permitiu datar a peça do século VII a.n.e. (Neto *et al.*, 2016, p. 126). Esta estela assinalava, em posição vertical, a sepultura de um indivíduo, cujo nome (*Wadbar*), bem como aliás o do seu pai também referido (*[--]badar*), não parece ser fenício, ainda que a fórmula, com indicação da genealogia, seja habitual nesse âmbito cultural, desde o território do actual Líbano até ao Norte de África, e mais concretamente a área de Cartago (Neto *et al.*, 2016, pp. 126-127).

A estela testemunha o domínio da língua e da escrita fenícias pela população da antiga *Olisipo*, revelando uma sociedade letrada e profundamente semitizada, corroborando a sua cronologia antiga e a presença efectiva de grupos humanos com origem no Mediterrâneo Oriental no estuário do Tejo em momento recuado da Idade do Ferro, conforme vinha sendo demonstrado por outros dados arqueológicos (Arruda, 1999-2000; Sousa, 2016; 2018). O contacto intercultural entre estes grupos e as comunidades indígenas deve ser estudado não só tendo em consideração a adopção, pelas últimas, de uma língua (elemento identitário por excelência) exógena, mas também de práticas funerárias de origem forânea, que incluem o próprio uso da epigrafia funerária.

No topo da colina do Castelo foi identificada, em dois locais, uma realidade funerária de contornos particulares, envolvendo recém-nascidos e crianças de muito pouca idade. Na Praça Nova do Castelo de São Jorge, o estudo antropológico concluiu que os dois esqueletos exumados em Setembro e Outubro de 2007 durante as escavações arqueológicas realizadas sob a direcção de Ana Gomes e Alexandra Gaspar (Gomes *et al.*, 2003) correspondiam a um recém-nascido com 2,6 semanas e a uma criança até às 19 semanas, de sexo não determinado. Embora não tenha sido possível identificar a causa da morte, a ausência de sinais de violência sugere que terão falecido de causas naturais (Garcia, 2021, p. 16). Infelizmente, ambos foram encontrados num contexto perturbado, ainda que atribuível à Idade do Ferro, o que impede elaborar considerações mais concretas (Garcia, 2021, p. 15).

Em escavações recentes realizadas no Largo de Santa Cruz do Castelo, sob a direcção de Sandra Guerra, foi documentada outra inumação deste tipo (Sousa e Guerra, 2018; Arruda *et al.*, 2021, p. 17). Está directamente associada ao primeiro momento de ocupação deste espaço, que foi enquadrado em torno ao século VII a.n.e. e cuja cultura material se associa a uma matriz orientalizante/fenícia. Não tinha qualquer espólio associado e encontrava-se muito mal conservada, tendo sido depositada praticamente sobre o substrato rochoso e coberta por uma camada que constituía o nível de preparação do primeiro pavimento construído nessa área (Sousa e Guerra, 2018, p. 59 e 61-67; 2021, p. 24).

Esta inumação de cronologia antiga merece destaque, sendo plausível considerar que o contexto original dos restantes enterramentos perturbados referidos anteriormente poderia ser semelhante, até porque a deposição dos restos mortais das crianças recém-nascidas e até à idade de um ano constituía prática usual na Antiguidade Pré-Clássica e Clássica, por não lhes ser reconhecida identidade própria. Não eram sepultadas em necrópoles, mas no interior das habitações, sob os respectivos pavimentos, situação que ocorre, por exemplo, em contextos da Idade do Ferro de Castro Marim (Arruda, 2005, pp. 77-79; Arruda e Freitas, 2008, p. 441), encontrando-se também bem documentada em contextos ibéricos peninsulares da região valenciana e de Aragão (Guérin e Martínez Valle, 1987-1988; Olivier Foix e Gómez Bellard, 1989). Ainda assim, são conhecidas algumas sepulturas de crianças em determinadas necrópoles sidéricas peninsulares, como a de Cigarralejo, que, todavia, contrariamente aos adultos, foram inumadas e não cremadas (Chapa Brunet, 2001-2002).

Desconhecem-se, por ora, os espaços sepulcrais colectivos da Idade do Ferro da actual cidade de Lisboa, bem como, por consequência, os ritos adoptados e as práticas que acompanhavam a deposição dos seus cadáveres, ainda que a estela dos antigos Armazéns Sommer (Neto *et al.*, 2016), infelizmente em posição secundária, reflecta uma forte relação com o processo de colonização fenícia do Estuário do Tejo, pela língua utilizada, pela fórmula escolhida e pela forma como se assinalou a sepultura. Por outro lado, será mediterrânea a origem da prática da deposição de recém-nascidos e crianças no espaço doméstico sob pavimentos de habitações, registada na área do Castelo de São Jorge e pouco documentada no actual território português (Arruda *et al.*, 2021).

Importa ainda sublinhar a particular circunstância de não se reconhecerem evidências de continuidade na utilização das necrópoles entre a Idade do Ferro e a época romana em Lisboa, contrariamente ao que ocorre em muitos casos noutros âmbitos geográficos, onde é usual que se sobreponham ou, de alguma forma, se associem espacialmente. De facto, e até ao momento, em nenhuma das necrópoles romanas de *Olisipo* (Silva, 2021) foram encontrados vestígios correspondentes à Idade do Ferro (Arruda *et al.*, 2021).

3_Outras evidências funerárias da Idade do Ferro na Península de Lisboa

Os dados do Baixo Tejo, apesar de escassos, permitem compor um cenário mais bem definido. A Idade do Ferro (séculos VIII a VI a.n.e.) está representada apenas na região a Norte do Tejo, na Península de Lisboa, e por testemunhos indirectos.

É o caso do jarro e da asa de recipiente ritual (vulgo “braseiro”) de bronze (figs. 3 e 4) encontrados em meados do século XX junto ao cemitério de Alto de São João, em Torres Vedras, numa sepultura de tipo cista (Trindade e Ferreira, 1965), que remetem para um típico “serviço ritual” que, noutros contextos, integra também habitualmente um queima-perfumes. Este conjunto era utilizado para a realização de actos de libação e de purificação, estando geralmente associado nas necrópoles peninsulares “orientalizantes” (Aubert, 1984, p. 452; Jiménez Ávila, 2002, pp. 133-134; 2015; Torres Ortiz, 2002, p. 362; Celestino e López-Ruiz, 2016, p. 276). Ambas as peças têm protótipos no Mediterrâneo, mas a relativa abundância que conhecem na Península Ibérica, frequentemente em contexto funerário, sugere uma produção peninsular, eventualmente em “oficinas” fenícias (Jiménez Ávila, 2010).



Fig. 3 – Jarro de bronze de Torres Vedras (créditos fotográficos: Victor S. Gonçalves).

Fig. 4 – Asa de “braseiro” de Torres Vedras (créditos fotográficos: Victor S. Gonçalves).

Outro caso é o do jarro piriforme de bronze de Faião, pertencente a uma colecção particular, mas infelizmente desprovido de contexto arqueológico (Gomes, 1986). Dispõe-se, contudo, da informação de que foi encontrado naquela povoação do Concelho de Sintra. Integra-se num grupo tecnológico distinto do jarro de Torres Vedras, sendo também de menor capacidade.

Estas peças enquadram-se nos séculos VII/VI a.n.e. e remetem para rituais funerários de matriz meridional, sem qualquer raiz local ou regional. A mesma matriz regista-se na margem esquerda do Tejo, embora se materialize de outra forma, designadamente através da urna de tipo “Cruz del Negro” de Benfica do Ribatejo (Pimenta *et al.*, 2019, p. 24) ou do conjunto de materiais recolhido em Porto de Sabugueiro, em Muge, Salvaterra de Magos (Pimenta *et al.*, 2014; Arruda *et al.*, 2016).

Desconhecemos as necrópoles que integrariam as deposições funerárias a que se associavam estes materiais, pelo que não podemos caracterizar cabalmente as sociedades a que correspondiam. O que é certo é que os ritos funerários praticados são exógenos e de inspiração mediterrânea e estão necessariamente vinculados à presença de populações com origem oriental na Baixa Estremadura, da qual se conhecem inequívocos testemunhos em numerosos núcleos urbanos localizados ao longo de ambas margens do rio.

Para um momento posterior (século III / II a.n.e.) remete a necrópole da Berbelita, em Alenquer, identificada nos anos 60 do século XX e infelizmente destruída, aquando da realização de trabalhos agrícolas, na herdade da Labrugeira. Nas palavras dos trabalhadores, as urnas continham “...cinzas e ossos meio queimados...” (Pimenta *et al.*, 2020, p. 34) o que permite, todavia, confirmar a prática da incineração.

O conjunto de materiais que foi possível recolher e chegou aos nossos dias integra uma fíbula anular hispânica, um cossoiro, contas de colar de vidro azul e fragmentos de um pequeno pote globular e de um jarro de cerâmica cinzenta, de colo alto com nervura central e decoração com sulcos profundos brunidos na área da asa (Pimenta *et al.*, 2020, figs. 5-6), tendo esta última peça sido fundamental para o enquadramento cronológico destas incinerações. Tal como os seus congéneres metálicos, os jarros cerâmicos, igualmente frequentes em contextos funerários sidéricos de matriz mediterrânea, seriam utilizados em actos de libação; o pequeno pote globular, por seu turno, poderá ter sido o receptáculo de perfumes ou unguentos, no âmbito de uma prática ritual também frequente nas mesmas realidades (Pimenta *et al.*, 2020, pp. 34-37).

Ainda que se ignore a tipologia das urnas, que poderiam apoiar uma determinação mais apurada da cronologia da necrópole mas que foram fracturadas no momento do achado e nunca descritas, não se pode descartar completamente a possibilidade de uma utilização mais prolongada do espaço funerário, a partir do século IV a.n.e., atendendo à presença da fíbula anular hispânica (Pimenta *et al.*, 2020, p. 36).

Importa assinalar que a prática da cremação documentada na Berbelita não constitui, *per se*, uma marca identitária de contornos étnicos relativamente ao grupo que usou o espaço da Labrugeira como necrópole. Com efeito, a cremação com a posterior deposição dos restos em urna ocorre também no final da Idade do Bronze na mesma região, nas necrópoles da área de Alpiarça (Vilaça, Cruz e Gonçalves, 1999). Esta forma de tratamento e deposição do cadáver continua a ocupar um lugar proeminente nos inícios da Idade do Ferro, quer no Mediterrâneo, de Tiro a Ibiza, quer também no actual território português, como ficou provado em Tavira (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008) ou em Alcácer do Sal (Gomes, 2021). Por outro lado, a sua prática generaliza-se no Sul de Portugal durante a II Idade do Ferro, em âmbitos com matrizes culturais muito diferenciadas (Gomes, 2019; 2023).

4_A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires e as práticas funerárias sidéricas no Baixo Sado

Uma segunda região que aporta dados relevantes para a discussão aqui apresentada corresponde ao território estruturado pelo Baixo Sado. Esta área oferece, apesar de tudo, uma documentação mais consistente para o estudo das práticas funerárias da Idade do Ferro e da sua evolução. Deve, contudo, dizer-se que a esmagadora maioria dos dados disponíveis procedem de um único sítio: a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal (Gomes, 2021).

Conhecida desde os finais do século XIX, esta necrópole, extensamente escavada e estudada (Correia, [1928] 1972; Paixão, 1983; 2014; Gomes, 2021), constitui de facto uma referência incontornável no estudo desta temática na medida em que a sua longa diacronia de uso a converte num laboratório privilegiado para o estudo da evolução *in situ* das tradições funerárias regionais.

A recente revisão dos dados recuperados durante os diversos episódios de escavação neste espaço funerário (Gomes, 2016-2017; 2021) permitiu avançar com uma reconstrução da sequência de ocupação da necrópole alcacerense, assente numa proposta de faseamento com quatro grandes etapas: a Fase I, correspondente à I Idade do Ferro; a Fase II, correspondente à II Idade do Ferro; e as Fases III e IV, correspondentes aos períodos romano republicano e alto-imperial, respectivamente. A presente discussão centrar-se-á nas duas primeiras fases desta sequência, que podem dividir-se em subfases que parecem corresponder a conjunturas históricas mais concretas.

A Subfase Ia, correspondente aos momentos fundacionais da necrópole, entre meados do século VII e inícios do VI a.n.e., caracteriza-se por uma certa heterogeneidade a nível das práticas e arquitecturas funerárias, com a convivência de três tipos distintos de sepulturas correspondentes a duas fórmulas rituais distintas: a cremação *in situ*, em sepulturas de secção escalonada ou em *busta* simples, e a cremação com deposição dos restos em urnas, neste caso do tipo “Cruz del Negro” (Gomes 2020, pp. 1115-1118) (fig. 5).

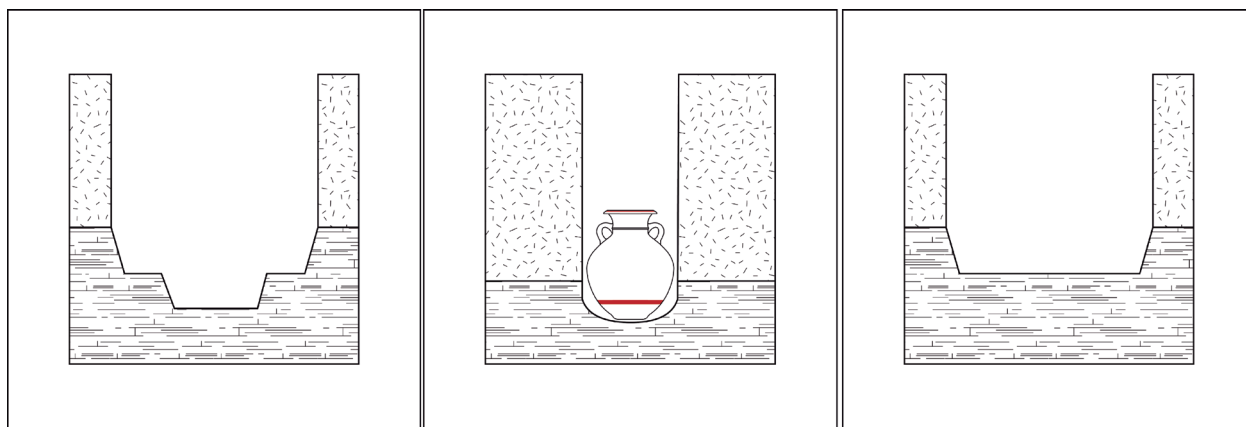


Fig. 5 – Tipologia dos enterramentos documentados nas fases da I Idade do Ferro do Olival do Senhor dos Mártires (seg. Gomes 2021).

Dentro deste horizonte, merecem especial destaque as sepulturas de secção escalonada – ou de “canal central” – correspondentes ao Tipo 4 estabelecido por Vergílio Correia com base nas observações realizadas durante as suas escavações dos anos '20 (Correia, [1928] 1972) (fig. 6). A atribuição destas sepulturas aos momentos iniciais da necrópole tem sido consensual (Fabião, 1998, p. 355; Torres Ortiz, 1999, pp. 114-115; Arruda, 1999-2000, p. 76). Formalmente, os melhores paralelos para esta tipologia sepulcral encontram-se no mundo fenício, de tal forma que a origem colonial deste tipo de tumbas tem sido geralmente aceite pela investigação (Gomes, 2020, p. 1115).

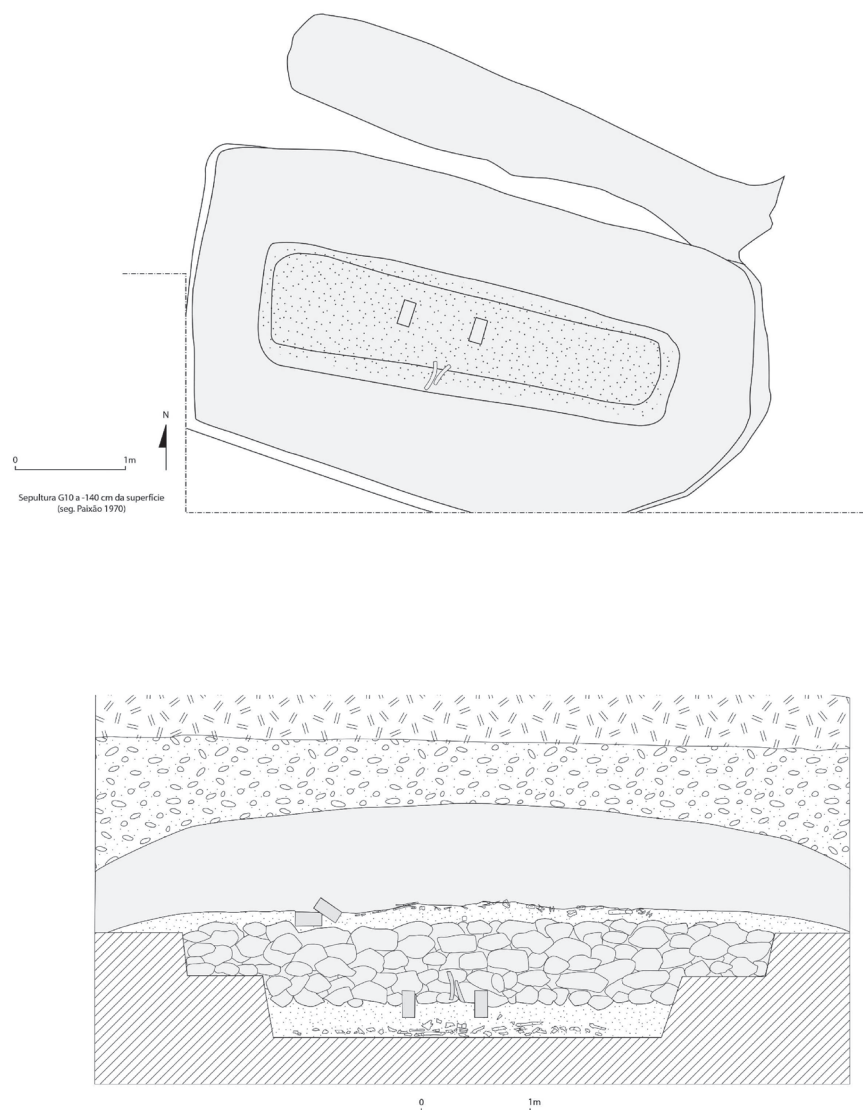


Fig. 6 – Um exemplo de sepultura arcaica de incineração *in situ* em fossa de perfil escalonado (com canal central) do Olival do Senhor dos Mártires – a Sepultura G10 (seg. Gomes 2021, a partir de um corte de A. C. Paixão).

Talvez por esta razão, as sepulturas deste tipo da necrópole de Alcácer do Sal chegaram a associar-se com deposições de indivíduos de origem exógena, fenícia (Arruda, 1999-2000, p. 80). No entanto, uma observação atenta dos espólios depositados nestas sepulturas e uma consideração dos discursos sociais e mesmo políticos que materializam, evidencia a continuidade com as fórmulas de representação do poder e do estatuto social do Bronze Final regional (Gomes, 2021, pp. 379-380). A coincidência com a panóplia de elementos de aparato, representada por exemplo nas chamadas Estelas de Guerreiro (Celestino Pérez, 2001; Díaz-Guardamino Uribe, 2010), é de facto notável (Gomes, 2020, fig. 3) e parece assinalar as raízes locais da comunidade que depositou os seus mortos nestas sepulturas.

Por outro lado, estes enterramentos convivem na necrópole desde os seus momentos iniciais com outro tipo de soluções funerárias, especificamente com sepulturas nas quais os restos cremados se depositaram em urnas do conhecido tipo “Cruz del Negro” (Correia, [1928] 1972; Gomes, 2018a, pp. 189-192; Gomes, 2020, pp. 1116-1118; 2021, pp. 367-371) (fig. 7). É certo que a antiguidade destas sepulturas foi questionada devido a certas peculiaridades formais das próprias urnas (Arruda, 1999-2000, p. 75); contudo, a publicação das peças da necrópole de Medellín (Torres Ortiz, 2008), que oferecem bons paralelos para as peças de Alcácer do Sal, permitiu compreender que essas peculiaridades constituem regionalismos mais do que variações cronológicas, confirmando a atribuição das peças sadinas aos momentos mais antigos da necrópole (Gomes, 2021, p. 368).

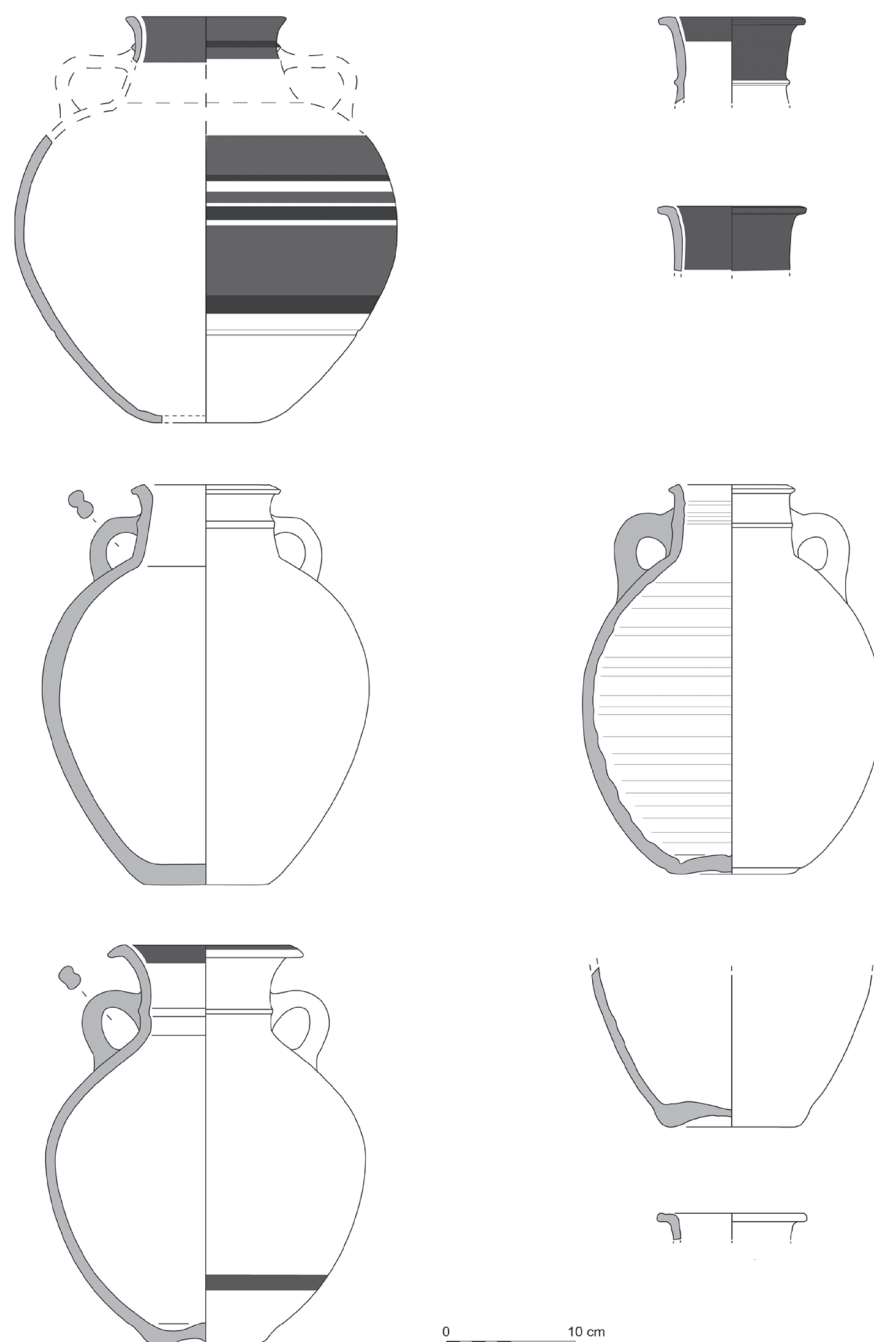


Fig. 7 - Urnas “Cruz del Negro” do Olival do Senhor dos Mártires (seg. Gomes 2018a).

De qualquer forma, o inventário integral dos materiais permite hoje afirmar que este tipo de sepultura deve ter sido muito residual, já que se conhece um número máximo de oito urnas “Cruz del Negro” (Gomes, 2018a, pp. 189-192), em contraste com as dezenas de tumbas de cremação *in situ* referenciadas na bibliografia (Correia, [1928] 1972; Paixão, 1983; 2014). O testemunho de Vergílio Correia, que escavou as únicas sepulturas preservadas deste tipo, permite além disso pensar que estas deposições se concentrariam numa área muito concreta do espaço funerário (Correia, [1928] 1972, p. 171), o que reforçaria o seu aspecto isolado e quase intrusivo.

Esta situação pode, por seu turno, comparar-se com uma série de outros casos documentados no Sudoeste peninsular nos quais deposições deste tipo surgem de forma isolada e intrusiva em conjuntos funerários com pautas rituais muito distintas, como ocorre na necrópole baixo-alentejana da Carlota (Salvador Mateos e Pereira, 2016) ou na sevilhana de La Angorrilla (Fernández Flores *et al.*, 2014, pp. 87-92).

Desta forma, parece possível afirmar que estas sepulturas terão pertencido muito provavelmente a indivíduos de origem exógena, sejam eles fenícios ou procedentes das áreas mais “orientalizadas” da Baixa Andaluzia (Gomes, 2018a; 2021, p. 370). A heterogeneidade destes momentos iniciais da necrópole poderia assim explicar-se como um reflexo do ambiente multicultural do Baixo Sado durante esta etapa de consolidação da Idade do Ferro regional.

Em todo o caso, a partir do segundo quartel ou pelo menos dos meados do século VI a.n.e. este panorama heterogéneo parece sofrer uma transformação substancial, com o aparente desaparecimento das sepulturas de secção escalonada e das cremações em urna. Com efeito, naquilo que se designou como Subfase IB (Gomes, 2016/2017, pp. 32-37; 2020, pp. 1118-1119; 2021, pp. 380-381), as cremações em fossa simples de tipo *busta*, presentes já desde finais do século VII a.n.e., parecem converter-se na solução funerária exclusiva da comunidade de Alcácer do Sal.

Esta homogeneização dos ritos e arquiteturas funerárias parece encontrar correspondência, por outro lado, numa simplificação dos espólios depositados nas sepulturas com o desaparecimento dos elementos mais complexos e ostentosos característicos da Subfase anterior. Estas alterações no registo funerário podem como hipótese interpretar-se como um reflexo de transformações sociopolíticas no seio da comunidade local, que poderiam relacionar-se com a emergência de cenários propriamente urbanos nos quais se passa a encenar e negociar o poder e o estatuto social, uma evolução comparável com a que se documenta em torno às mesmas datas em outras áreas do Sul e Levante peninsular (Gomes, 2021, p. 380).

A julgar pelos dados disponíveis, esta Subfase parece prolongar-se até meados do século V a.n.e., momento em que se produz uma aparente ruptura no registo funerário da necrópole com a rápida (re)introdução da cremação em urna, que se converte a partir deste momento na modalidade funerária exclusiva durante a II Idade do Ferro (Gomes, 2018b). Não obstante, e dada a cronologia antiga das cremações em urnas “Cruz del Negro”, que parece hoje comprovada, as origens desta transformação a nível do ritual funerário não são fáceis de identificar. Ainda assim, alguns elementos mais ou menos isolados podem ajudar a conectar esta transformação tardia com as cremações em urna mais antigas.

Com efeito, o estudo integral dos materiais da necrópole permitiu identificar alguns recipientes cerâmicos que podem ter sido utilizados como urnas após o desaparecimento das de tipo “Cruz del Negro”. O caso da sepultura 64 (Gomes, 2021, p. 466), cujo único espólio é constituído por dois recipientes cerâmicos com bons paralelos entre as urnas cinerárias de Medellín (Lorrio, 2008), poderia assinalar a sobrevivência das cremações em urna durante a Subfase Ib, que serviria de substrato para a generalização desta modalidade funerária durante a II Idade do Ferro.

De qualquer forma, esta transição para as soluções funerárias das fases finais da Idade do Ferro não é fácil de interpretar. Com efeito, é difícil identificar os materiais e contextos daquilo que se designou como Subfase IIa, correspondente à segunda metade do século V a.n.e., que parece corresponder fundamentalmente a um *intermezzo* cultural de difícil caracterização (Gomes, 2016/2017, pp. 37-39). Parece, contudo, credível que este seja o momento em que se introduzem alguns elementos que se generalizarão na Subfase seguinte, como as urnas bicónicas de cerâmica pintada e outras assimiláveis, de clara tradição meridional, “turdetana”, ou alguns dos mais antigos elementos de armamento de tradição “ibérica”, como a única espada de frontão documentada neste conjunto (Gomes, 2018b).

Contudo, e dada a natureza da documentação – especialmente os testemunhos de Vergílio Correia – e também dos materiais, entre os quais se destaca um elemento datante tão significativo como a cerâmica grega (Rouillard *et al.*, 1988-1989; Gomes, 2017a), o momento mais bem caracterizado dentro desta fase da necrópole corresponde ao que se designou como Subfase IIb, que cobre a primeira metade do século IV a.n.e. (Gomes, 2016/2017, pp. 39-42).

Este parece ser um momento de apogeu para a comunidade de Alcácer do Sal – ou pelo menos das suas elites – que se reflecte nos ricos e variados espólios que se depositam nas sepulturas destes momentos (fig. 8), e que, além das referidas cerâmicas gregas, relativamente abundantes, incluem uma importante panóplia guerreira de claro cariz “ibérico” entre a qual se deve destacar o aparecimento de um certo número de elementos relacionados com a condução da montada, um possível reflexo da emergência de uma aristocracia equestre local (Gomes, 2018b; 2021, pp. 381-382).

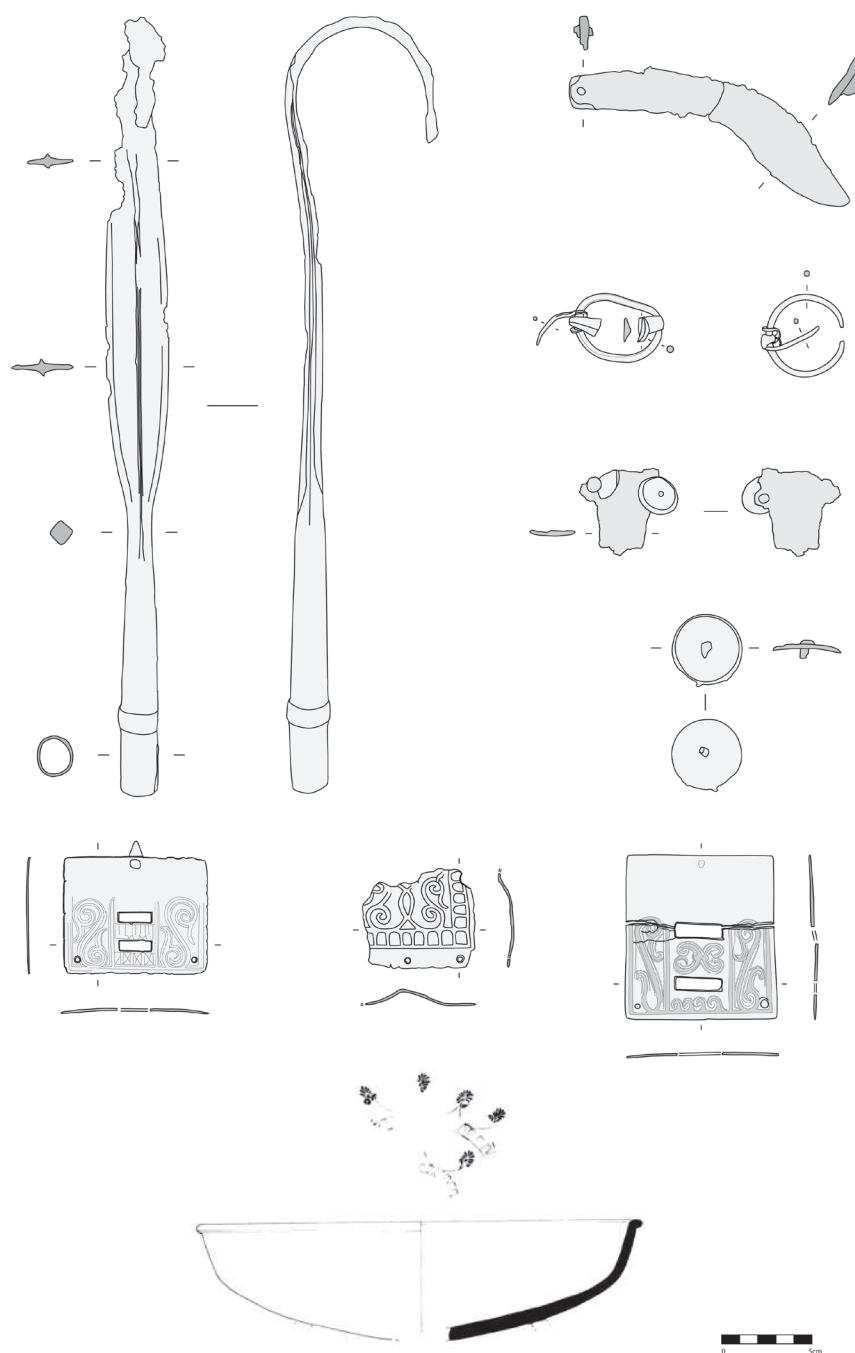


Fig. 8 – Espólio atribuível à Sepultura 9 de Vergílio Correia, representativa dos enterramentos da Subfase IIb do Olival do Senhor dos Mártires (seg. Gomes 2021).

Por outro lado, este parece ser também um período de diversificação das relações inter- e trans-regionais da comunidade de Alcácer do Sal, que além de manter as suas bem estabelecidas relações com a Baixa Andaluzia parece neste período estabelecer, de forma algo surpreendente, relações com outras áreas peninsulares, em particular com o mundo ibérico do Sudeste (Gomes, 2018b). Estas relações reflectem-se numa série de elementos de cultura material da necrópole e na forma como os mesmos se articulam em discursos de representação social e política, mas também, por exemplo, no surgimento de um santuário urbano no qual se depositaram abundantes ex-votos de bronze tipologicamente afins aos dos bem conhecidos santuários ibéricos (Gomes, 2008).

Não obstante, este período de apogeu não parece ter-se prolongado demasiado no tempo. Com efeito, a identificação de contextos e mesmo de materiais posteriores aos meados do século IV a.n.e. torna-se difícil, de tal forma que se chegou a propor que a necrópole se teria abandonado em torno a 350 a.n.e. (Arruda, 1999-2000, p. 81), hipótese apoiada na data de desaparecimento da cerâmica ática característica do horizonte funerário da Subfase IIb. Deve, contudo, recordar-se que esse desaparecimento não constitui um fenómeno específico da necrópole de Alcácer do Sal, razão pela qual não pode tomar-se como um indicador do abandono deste espaço funerário (Gomes, 2018b, p. 128).

É possível, contudo, que a dificuldade em caracterizar os momentos finais da Idade do Ferro na necrópole se deva a uma efectiva retracção do uso da mesma, talvez como resultado da fundação de um segundo espaço funerário a Norte do povoado de Alcácer do Sal, a necrópole de São Francisco (Faria, 2002, pp. 63-64), da qual infelizmente quase nada se sabe.

De qualquer modo, o estudo integral dos materiais do Olival do Senhor dos Mártires permitiu efectivamente identificar alguns elementos de cultura material que podem indiciar um uso continuado da necrópole até ao início da presença romana, naquilo que se designou como Subfase IIc (Gomes, 2016/2017, pp. 42-44; 2018b, pp. 128-131; 2021, p. 382). Entre esses materiais caberia destacar uma pequena série de cerâmicas que poderíamos caracterizar como “helenísticas” e que reproduzem a tipologia da cerâmica ática, seja por imitação directa ou através da mediação das cerâmicas de Tipo “Kuass”, que poderão também estar residualmente documentadas no sítio (Gomes, 2021, pp. 161-172). A estes materiais poderiam somar-se alguns elementos de armamento (Gomes, 2018b) e de indumentária, como fíbulas de Tipo La Tène tardias (Gomes, 2022, p. 19). Todos estas peças parecem indiciar uma continuidade ritual com a subfase anterior, ainda que os elementos mais aparatosos desse período desapareçam do registo funerário desta etapa.

Esta hipótese de um uso continuado da necrópole entre os meados do século IV e os meados ou terceiro quartel do século II a.n.e. permite além disso explicar a presença na necrópole de materiais de Época Romana Republicana que, pela sua natureza, parecem indicar a realização de novas deposições funerárias nesta área durante os momentos iniciais da presença romana (Gomes e Alves, 2017; Gomes, 2017b). A reutilização de um espaço funerário abandonado há mais de dois séculos nestes momentos seria, com efeito, muito mais difícil de explicar que uma simples continuidade de uso, mesmo que a intensidade desse uso fosse inferior à de momentos anteriores, pelas razões já indicadas.

Em todo o caso, o que parece claro é que, como houve oportunidade de mencionar anteriormente, a longa diacronia de uso da necrópole alcacerense converte-a num contexto particularmente idóneo para estudar a evolução das práticas funerárias na região do Baixo Sado, mas também nos territórios envolventes, e interpretar os factores sociais, políticos e culturais por detrás dessa evolução. Infelizmente, contudo, a escassez de outros dados a nível regional impede-nos de avaliar até que ponto a sequência do Olival do Senhor dos Mártires se pode considerar representativa do desenvolvimento das práticas funerárias na área em apreço.

Com efeito, à parte deste sítio e da já citada, mas praticamente desconhecida, necrópole de São Francisco, também em Alcácer (Faria, 2002, pp. 63-64), são apenas dois os sítios funerários conhecidos na região atribuíveis à Idade do Ferro. Além disso, ambos se situam já na região da Serra da Arrábida, fora, portanto, do âmbito geográfico do Baixo Sado propriamente dito. Ainda assim parece importante reter aqui os dados oferecidos por estas duas outras necrópoles.

A primeira necrópole do Vale da Palha (Sesimbra), corresponde a uma necrópole de cistas da qual se documentaram quatro sepulturas, foi identificada, nos anos '50, durante trabalhos agrícolas, tendo sido posteriormente escavada e publicada por Eduardo da Cunha Serrão (1964). Foi originalmente datada por este investigador de época romana tardia, mais concretamente do século IV. Uma revisão recente dos escassos materiais ali recolhidos, designadamente duas taças de cerâmica cinzenta, e dos grafitos que ostentavam, permitiu rever essa datação (Arruda e Cardoso, 2015).

Os responsáveis deste novo estudo puderam com efeito demonstrar que as características físicas e morfológicas destas peças são plenamente compatíveis com uma cronologia sidérica, ao passo que os grafitos, que tinham contribuído significativamente para a errónea atribuição cronológica do sítio, encontram também paralelos na Idade do Ferro, podendo o signo originalmente interpretado como um M latino atribuir-se antes ao signário do Sudoeste (Arruda e Cardoso, 2015, pp. 303-310). Com base nestes dados, a necrópole sesimbrense foi assim atribuída à I Idade do Ferro, podendo pensar-se que a sua cronologia se centraria no século VI ou, quando muito, nos inícios da centúria seguinte (Arruda e Cardoso, 2015, pp. 310-311).

À luz desta nova interpretação cronológica, a necrópole do Vale da Palha pode assim integrar-se num horizonte funerário bem conhecido em todo o Sul português – o das necrópoles de inumação em cista, muito bem representadas em particular no Algarve e no litoral alentejano (Gomes, 2014-2015, pp. 51-54). A presença de uma necrópole desta natureza neste território acrescenta um ponto de complexidade ao panorama disponível, na medida em que demonstra que a rápida adopção regional da cremação no início da Idade do Ferro não terá afinal sido homogénea, perdurando nalgumas comunidades a prática da inumação, como se verifica aliás nos já anteriormente citados territórios mais a Sul.

A perduração deste ritual e mesmo das arquitecturas funerárias de tipo cista que lhe estão associadas encontra-se perfeitamente documentada a nível regional na não muito distante necrópole do Casalão de Santana (Serrão, 1964; Gomes, 2013). Este conjunto funerário foi igualmente identificado e escavado por Eduardo da Cunha Serrão nos anos '50, tendo sido publicado de forma monográfica pelo mesmo autor na década seguinte (Serrão, 1964; 1994).

A porção preservada e escavada deste conjunto funerário encontrava-se formada por cinco sepulturas de inumação em cista relativamente bem preservadas. O espólio associado é, infelizmente, limitado e não particularmente expressivo do ponto de vista cronológico, mas a hipótese de uma datação tardia dentro da Idade do Ferro avançada pelo responsável da escavação viria a ser confirmada por uma datação de radiocarbono que referenda um uso da necrópole num intervalo balizado entre o século IV e os meados do III a.n.e. (Gomes, 2013, com bibliografia). Trata-se, portanto, de um conjunto funerário excepcional que atesta a perduração – numa área que se intui periférica, e até momentos muito avançados – de uma tradição funerária que, nestas mesmas datas, havia já desaparecido do Sul português, cedendo o lugar a outras práticas que caracterizam as etapas finais da Idade do Ferro (Gomes, 2019; 2023).

5_Considerações finais

Apesar do profundo desconhecimento que ainda persiste sobre o mundo funerário no Estuário do Tejo, os dados existentes parecem apontar para a existência de uma certa multiplicidade de rituais e práticas desenvolvidas ao longo do 1º milénio a.n.e. Esta heterogeneidade é seguramente o reflexo do “emaranhamento cultural” que teve este espaço geográfico como cenário, num processo idêntico ao ocorrido em várias outras áreas peninsulares, que envolveu tradições nativas e exógenas, e que resultou na emergência de novas identidades que se desenvolveram na sequência dos contactos inter-culturais que se sucederam ao longo de vários séculos (Arruda, 2017; Sousa, 2017).

Não é, portanto, de estranhar a diversidade registada no parco registo funerário conhecido, sendo provável que esta se possa assumir em esferas que ultrapassam a mera utilização da cremação ou inumação, e que podem envolver diferentes formas na deposição do espólio, nos critérios de selectividade do mesmo e, talvez até, em distintas práticas de celebração ritual.

Para o Baixo Sado, os dados são mais escassos, ainda que a necrópole de Alcácer do Sal ofereça um registo particularmente rico (Gomes, 2021) no qual se observa, uma vez mais, e num único sítio, uma diversidade de soluções funerárias que reflecte tanto o ambiente de interacção cultural que caracteriza o arranque da Idade do Ferro no entorno do estuário do Sado como a posterior evolução social, política e cultural da comunidade local. Os dados da Arrábida, tal como, aliás, os do Tejo, revelam, em contrapartida, características que evidenciam a existência, mesmo em territórios muito próximos, de situações diferenciadas que devem interpretar-se em chave territorial, social e cultural (Gomes, 2013; Arruda e Cardoso, 2015).

O mundo funerário – ou, melhor dizendo, os mundos funerários – do Tejo e do Sado constituem, assim, um reflexo fiel, ainda que fragmentado, da complexa malha de interacções e opções culturais em que assenta a configuração deste espaço do Ocidente Peninsular durante a Idade do Ferro.

BIBLIOGRAFIA

Arruda, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.

Arruda, A. M. (2004) – Necrópoles proto-históricas do sul de Portugal: o mundo oriental e orientalizante. In González Prats, A., ed. – *El mundo funerario. Actas del III Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*. Alicante: Universidad de Alicante, pp. 457-494.

Arruda, A. M. (2005) – O 1º milénio a.n.e. no Centro e Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. S. IV (23), pp. 9-156.

Arruda, A. M. (2009) – Os Espaços Funerários e a Construção de Novas Entidades Sociais e Culturais do Extremo Ocidente Europeu (1º Milénio A.N.E.). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 17, pp. 513-520.

Arruda, A. M. (2017) – A Idade do Ferro Orientalizante no Estuário do Tejo: as duas margens do mesmo rio. In Celestino, S.; Rodríguez, E., eds. – *Territórios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tago en época tartésica*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, pp. 283-294.

Arruda, A. M.; Cardoso, J. L. (2015) – A necrópole da Idade do Ferro de Vale da Palha (Calhariz, Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 22, pp. 301-314.

Arruda, A. M.; Covaneiro, J.; Cavaco, S. (2008) – A Necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. *Xelb*. Silves: Câmara Municipal. 8, pp. 117-135.

Arruda, A. M.; Freitas, V. T. (2008) – O Castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V a.n.e.. In Jiménez Ávila, J., ed. – *Sidereum Ana I. El Río Guadiana en el Época Post-Orientalizante. Mérida, 24-26 de Maio de 2006* (Anejos de AESPA; XLVI). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, pp. 429-446.

Arruda, A. M.; Pereira, C.; Pimenta, J.; Sousa, E.; Mendes, H.; Soares, R. (2016) – As contas de vidro do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid: Universidad Autónoma. 42, pp. 79-101.

Arruda, A. M.; Sousa, E.; Antunes, A. S.; Garcia, S. J. (2021) – Práticas e rituais funerários na região de *Olisipo* no I milénio a.n.e.. O impacto orientalizante e o seu reflexo no estuário do Tejo. In Silva, R. B., coord. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: Memória funerária da cidade*. Lisboa / Casal de Cambra: Câmara Municipal de Lisboa / Caleidoscópio, pp. 12-24.

Aubert, M. E. (1984) – La aristocracia tartésica durante el período orientalizante. *Opus*. 3: 2, pp. 445-568.

Belén Deamos, M. (1994) – Aspectos religiosos de la colonización fenico-púnica en la Península Ibérica. Las estelas de Villaricos (Almería). *SPAL*. Sevilla: Universidade de Sevilla. 3, pp. 257-279.

Celestino Pérez, S. (2001) – *Estelas de guerrero y estelas diademadas*. Barcelona: Bellaterra Arqueologia.

Celestino, S.; López-Ruiz, C. (2016) – *Tartessos and the Phoenicians in Iberia*. Oxford: Oxford University Press.

Chapa Brunet, T. (2001-2002) – La infancia en el mundo ibérico a través de las necropolis de El Cigarralejo (Mula, Murcia). *Anales de Prehistoria y Arqueología*. Murcia: Universidad de Murcia. 16-17, pp. 159-170.

- Correia, V. ([1928] 1972) – Escavações realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. *Obras. Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. IV, pp. 169-179.
- Díaz-Guardamino Uribe, M. (2010) – *Las estelas decoradas en la prehistoria de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense. Dissertação de Doutoramento.
- Fabião, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do actual território português*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Doutoramento.
- Faria, J. C. (2002) – *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*. Lisboa/ Alcácer do Sal: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Alcácer do Sal.
- Fernández Flores, Á.; Rodríguez Azogue, A.; Casado Ariza, M.; Prados Pérez, E., coords. (2014) – *La Necrópolis de Época Tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Garcia, S. (2021) – Dois não-adultos da Idade do Ferro (Praça Nova, Castelo de São Jorge). In Silva, R. B., coord. – *Lisboa Romana* Felicitas Iulia Olisipo. *Para além desta vida: Memória funerária da cidade*. Lisboa / Casal de Cambra: Câmara Municipal de Lisboa / Caleidoscópio, pp. 15-16.
- Gomes, A.; Gaspar, A.; Pimenta, J.; Guerra, S.; Mendes, H.; Ribeiro, S.; Valongo, A.; Pinto, P. (2003) – Castelo de São Jorge: Balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos. *Património Estudos*. Lisboa: IGESPAR. 4, pp. 214-223.
- Gomes, E. (2008) – *Os ex-votos proto-históricos do Castelo de Alcácer do Sal*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- Gomes, F. B. (2013) – Uma necrópole esquecida? O Casalão de Santana (Sesimbra). *Herakleion. Revista Interdisciplinar de Historia y Arqueología del Mediterráneo*. Madrid: CSIC / CEFYP. 6, pp. 77-94.
- Gomes, F. B. (2014-2015) – O mundo funerário da I Idade do Ferro no Sul do actual território português: notas para uma síntese. *Arqueologia & História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 66-67, pp. 47-62.
- Gomes, F. B. (2016-2017) – A evolução dos rituais funerários da Idade do Ferro no Ocidente Peninsular: uma nova proposta de faseamento para a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Imprensa Nacional. 6/7, pp. 15-58.
- Gomes, F. B. (2017a) – Un conjunto de cerámicas áticas inéditas de la necrópolis de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). *Onoba*. Huelva: Universidad de Huelva. 5, pp. 45-58.
- Gomes, F. B. (2017b) – Novos dados sobre a ocupação de Época Romana Republicana da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal): o espólio metálico. In Arnaud, J. M.; Martins, A., eds. – *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1137-1148.
- Gomes, F. B. (2018a) – Revisiting an Early Iron Age funerary horizon: “Cruz del Negro” type urn burials in southern Portugal and their significance. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid: Deutsches Archäologisches Institut. 59, pp. 182-207.
- Gomes, F. B. (2018b) – The Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal) during the Late Iron Age: new social, political and cultural insights. *Zephyrus*. Salamanca: Universidad de Salamanca. LXXXI, pp. 117-139.
- Gomes, F. B. (2019) – El mundo funerario prerromano en el sur de Portugal (siglos V/IV – II a.n.e.): (pocos) datos y (algunos) problemas. *Archivo Español de Arqueología*. Mérida: Instituto de Arqueologia de Mérida. 92, pp. 43-62.
- Gomes, F. B. (2020) – New perspectives on the Early Iron Age necropolis of Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). In Celestino Pérez, S.; Rodríguez González, E., eds. – *Un viaje entre el Oriente y el Occidente del Mediterráneo. Actas del IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos* (Mytra; 5). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida. 3, pp. 1111-1122.
- Gomes, F. B. (2021) – *A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). Práticas funerárias, Cultura Material e Identidade(s) na Idade do Ferro do Baixo Sado (séculos VII – II a.n.e.)*. Lisboa: UNIARQ/FL-UL.
- Gomes, F. B. (2022) – A indumentária na Idade do Ferro do Sul de Portugal: reflexões a partir do caso da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. 61, pp. 5-50.

- Gomes, F. B. (2023) – A questão dos enterramentos em urna na Idade do Ferro do Sul de Portugal: uma revisão integrada. *Ophiussa. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*. Lisboa: UNIARQ. 7, pp. 95-120.
- Gomes, F. B.; Alves, C. (2017) – The final phases of the Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal): The Roman Republican material. *Spal*. Sevilla: Universidad de Sevilla. 26, pp. 87-111.
- Gomes, M. V. (1986) – *Oenochoe* piriforme dos arredores de Beja. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora: Serviço Regional de Arqueologia do Sul - IPPC. I, pp. 49-58.
- Guérin, P.; Martínez Valle, R. (1987-1988) – Inhumaciones infantiles en poblados ibéricos del área valenciana. *Saguntum*. Valencia: Universidad de Valencia. 21, pp. 231-265.
- Guerra, S.; Sousa, E. (2021) – Intervenções no Largo de Santa Cruz do Castelo 6-7: dados preliminares sobre a ocupação da Idade do Ferro. In Antunes, A. S.; Nozes, C.; Carvalhinhos, M.; Leitão, V., eds. - *Atas do II Encontro de Arqueologia de Lisboa: Arqueologia em meio urbano. Teatro Aberto, 22 a 24 de Março, 2018*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 11-35.
- Jiménez Ávila, J. (2002) – *La touréutica orientalizante em la Península Ibérica*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- Jiménez Ávila, J. (2010) – Bronces fenicios ¿los bronce de los fenicios?. In Costa Ribas, B.; Fernández Gómez, J. H., eds. - *Aspectos suntuarios del mundo fenicio-púnico en la Península Ibérica. XXIV Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica. Eivissa, 2009* (Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera; 65). Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera, pp. 23-46.
- Jiménez Ávila, J. (2015) – Phoenician Bronzes in Spain. A Western Phoenician Metalwork. In Jiménez Ávila, J., ed. - *Phoenician Bronzes in Mediterranean*. Madrid: Real Academia de la Historia, pp. 395-442.
- Lorrio, A. (2008) – Cerámica gris. In Almagro-Gorbea, M., dir. - *La necrópolis de Medellín, II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia, pp. 673-723.
- Martin Ruiz, J. A. (2009) – Estelas funerárias fenicias en Andalucía. *Herakleion. Revista Interdisciplinar de Historia y Arqueología del Mediterráneo*. Madrid: CSIC / CEFYP. 2, pp. 41-49.
- Neto, N.; Rebelo, P.; Ribeiro, R.; Rocha, M.; Zamora López, J. A. (2016) – Uma inscrição lapidária fenícia em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: DGPC. 19, pp. 123-128.
- Olivier Foix, A.; Gómez Bellard, F. (1989) – Nuevos enterramientos infantiles ibéricos de inhumación. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonense*. Castelló: Diputació de Castelló. 14, pp. 51-61.
- Paixão, A. C. (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. S. 4: 1, pp. 273-286.
- Paixão, A. C. (2014) – A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). Novos elementos para o seu estudo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 21, pp. 429-460.
- Pimenta, J.; Guapo, A. R.; Luna, I.; Robalo, C. (2020) – A Necrópole Pré-Romana da Berbelita, Alenquer. *Al-Madân*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série II. 23, pp. 26-33.
- Pimenta, J.; Mendes, H.; Arruda, A. M.; Sousa, E.; Soares, R. (2014) – Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos*. Salvaterra de Magos: Câmara Municipal. 1, pp. 39-57.
- Pimenta, J.; Mendes, H.; Sousa, E.; Arruda, A. M. (2019) – O sítio de Vale de Tijolos e outros dados acerca da ocupação proto-histórica da margem esquerda do estuário do Tejo. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal. 7, pp. 6-31.
- Rouillard, P.; Paixão, A. C.; Villanueva Puig, M. C.; Durand, J. L. (1988-1989) – Les vases grecs d'Alcácer du Sal (Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 4: 6/7, pp. 43-108.
- Salvador Mateos, R.; Pereira, J. A. (2016) – A paisagem funerária a Oeste de Beja no Período Orientalizante: as necrópoles de Carlota (São Brissos) e Cinco Reis 8 (Santiago Maior)". In Jiménez Ávila, J., ed. - *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos* (Serie Compacta. Compendia et Acta; 1). Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental, Histórico-Artística y Arqueológica, pp. 333-352.

- Serrão, E. da C. (1964) – *A necrópole proto-histórica do Casalão, Sesimbra*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- Serrão, E. da C. (1974) – A estação arqueológica do Vale da Palha (Calhariz). *Estudos Arqueológicos*. Sesimbra: Câmara Municipal. 1, pp. 129-142.
- Serrão, E. da C. (1994) – *Carta arqueológica do concelho de Sesimbra. Do Vilafranquiano médio até 1200 d.C.*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- Silva, R. B., coord. cient. (2021) – *Lisboa Romana* Felicitas Iulia Olisipo. *Para além desta vida: Memória funerária da cidade*. Lisboa / Casal de Cambra: Câmara Municipal de Lisboa / Caleidoscópio.
- Sousa, E. (2016) – The Tagus estuary (Portugal) during the 8th-5th BC: stage of transformation and construction of identity. In Garbati, G.; Pedrazzi, T., eds. – *Transformations and Crisis in the Mediterranean. 'Identity' and Inter-culturality in the Levant and Phoenician West during the 8th-5th Centuries BCE*. Roma: Edizioni CNR, pp. 279-300.
- Sousa, E. (2017) – Percorrendo o Baixo Tejo: Regionalização e Identidades Culturais na 2^a metade do 1^o milénio a.C. In Celestino Pérez, S.; Rodríguez González, E., eds. – *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Madrid: CSIC, pp. 295-318.
- Sousa, E. (2018) – A Tale of Two (?) Cities: Lisbon and Almaraz at the Dawn of the Iron Age. *Rivista di Studi Fenici*. Roma: CNR. XLVI, pp. 137-151.
- Sousa, E.; Guerra, S. (2018) – A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da colina do Castelo de São Jorge. *Saguntum*. Valencia: Universidad de Valencia. 50, pp. 57-88.
- Sousa, E.; Guerra, S. (2021) – Intervenções no Largo de Santa Cruz do Castelo 6-7: dados preliminares sobre a ocupação da Idade do Ferro. In Antunes, A. S.; Nozes, C.; Carvalhinhos, M.; Leitão, V., eds. – *Atas do II Encontro de Arqueologia de Lisboa: Arqueologia em meio urbano. Teatro Aberto, 22 a 24 de Março, 2018*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 11-35.
- Torres Ortiz, M. (1999) – *Sociedad y Mundo Funerario en Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- Torres Ortiz, M. (2002) – *Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- Torres Ortiz, M. (2008) – Urnas de tipo Cruz del Negro. In Almagro-Gorbea, M., dir. – *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia, pp. 631-654.
- Trindade, L.; Ferreira, O. da V. (1965) – Acerca do Vaso «Piriforme» Tartésico de Bronze do Museu de Torres Vedras. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Lisboa. 63-64, pp. 175-183.
- Vilaça, R.; Cruz, D. J.; Gonçalves, A. (1999) – A Necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conímbriga*. Coimbra: Universidade de Coimbra. XXXVIII, pp. 5-29.

A espacialidade funerária romana da cidade de *Olisipo*: problemáticas de definição e expressões arquitetónicas.

Rodrigo Banha da Silva¹

(...) *iam tanta religium est sepulcrorum ut extra sacra et gentem inferri fas negent esse.*

[(...) existe agora uma tal religião dos sepulcros, que eles negam que seja certo
ser enterrado fora do sagrado e da nação]

(Cícero, *De legibus*, II, 55)

RESUMO

O conhecimento arqueológico das espacialidades e de algumas arquiteturas funerárias romanas imperiais da cidade de *Olisipo* conheceu, ao longo das duas últimas décadas, um desenvolvimento sem precedente, tendo dado lugar em data muito recente a diversas publicações e um documentário.

A definição das espacialidades funerárias romanas é, todavia, uma matéria que se reveste de aspetos problemáticos: em primeiro lugar, porque a designação das necrópoles mais não é do que uma artificialidade fabricada pela análise contemporânea; em segundo lugar, e em sentido estrito, porque a espacialidade funerária romana se regeu somente pela obrigatoriedade de exclusão da área urbana propriamente dita; por fim, porque as práticas funerárias romanas do período imperial resultaram muito mais de atos individuais ou das *familiae* do que de imperativos da coletividade no seu todo. Dos elementos expostos resulta, por consequência, a questão de até onde considerar a inserção de práticas documentadas num determinado espaço numa determinada necrópole da cidade de *Olisipo*.

O autor reflete sobre as problemáticas das definições dos espaços funerários da cidade de *Olisipo* e das suas distintas expressões arquitetónicas, cruzando esta informação com a dimensão cronológica.

ABSTRACT

Over the last two decades, the archaeological knowledge on the spatiality and on some of the Roman funerary architectures of the city of *Olisipo* undergone an unprecedented development, published in several publications and a documentary at a very recent dates.

The definition of Roman funerary spatiality is, however, a matter that encloses challenging aspects: firstly, because the designation of necropolises is mostly an artificiality produced by contemporary analysis; secondly, and in the strict sense, because Roman funerary spatiality was ruled only by the obligation to exclude it from the urban area itself; finally, because the Roman funerary practices of the imperial period resulted much more from individual and family acts than from collective imperatives as a whole. Consequently, from the issues arises the question of how far to consider the insertion of documented practices in a given space in a given necropolis.

The author reflects on the problems of urban definition presuppositions at stake related to the funerary spaces of the Roman Lisbon in its different architectural expressions, crossing this information with the chronological framework. **A espacialidade funerária romana da cidade de *Olisipo*: problemáticas de definição e expressões arquitetónicas.**

¹ Câmara Municipal de Lisboa/ Direção Municipal de Cultura/ Departamento de Património Cultural/ Centro de Arqueologia de Lisboa | Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

O *pomerium* e a materialização física da definição da cidade.

Os princípios que nortearam o conceito e a definição de cidade em época romana encerraram pressupostos mentais, cosmogónicos e religiosos. Fortemente enraizados, assumiam consequências jurídico-administrativas vinculadas. Assim, uma cidade, no seu sentido estrito, equivalia ao espaço do *pomerium*, uma área ritualmente definida pelo rasgo de um *ualum*, sendo entendida como todo o interior considerado a partir do bordo interno da cavidade ou compreendendo uma faixa mais alargada non *aedificandi* disposta em torno do dito rasgo e/ou muro depois erguido, incluindo a ambos, neste último caso segundo um trecho de Tito Lívio (*Ab Vrbe Condita*, I, 44), referente a um tempo incerto que lhe era anterior. Todo o remanescente externo equivaleria ao *ager*, no seu sentido contemporâneo de território, independentemente da sua distância ao *pomerium* (Sennett, 1996, pp. 106-111): cidade e *ager* eram, portanto, percecionados como entidades bem distintas religiosa e juridicamente; todavia não essencialmente dicotómicas, outrosim indissociáveis, interligadas e interdependentes.

Na Antiguidade o termo *pomerium* foi aplicado sobretudo (ou em exclusivo) à cidade de Roma. Assim, no texto da lei colonial da bética *Vrso*, por exemplo, não se refere aquele vocábulo, mas a *área definida pela relha do arado* (*Lex Colonia Genetiva Iulia seu Vrsonensis*, 73). O tema reveste-se de alguma complexidade, razão pela qual ao longo do presente texto será feita a referência ao *pomerium* de outras cidades com consciência plena das problemáticas hermenêuticas que o termo coloca, as quais são, aliás, analogamente extensivas ao uso de outros como *suburbium(a)*, que só encontramos textualmente para a própria Roma, ou de *Decumanus Maximus* e *Kardo Maximus*, não utilizados nas fontes fora do contexto da agrimensura dos campos, não se conhecendo em referência aos espaços urbanos. A tradição da investigação em Arqueologia Romana, contudo, consagrou o uso daqueles no âmbito dos estudos do urbanismo e arquitetura romanos, deste modo se justificando a sua utilização aqui.

Os princípios que enformam a ideia de cidade, entendidos relativamente à própria Roma, foram aplicados às criações urbanas novas nos espaços provinciais e da *Italia*. De acordo com Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.), “*muitas cidades foram fundadas no rito etrusco do Lácio, ou seja, com uma junta de bois, ou de um touro e uma vaca, com que contornavam o interior com um sulco do arado (faziam isso em um dia auspicioso, por motivos religiosos), para que ficassem protegidos por um fosso e um muro. Eles usavam a terra de onde haviam escavado o fosso para com ela construir, do lado interno, uma parede; feito isto tornou-se o espaço assim definido o começo da cidade, e o que estava para o interior do muro foi chamado de postmoerium, e com ele terminavam os auspícios urbanos*” (Varrão, *De Lingua Latina*, V, 143). As marcações iniciais da vala (*fossa* ou *ualum*) e muro em terra (*agger*) poderiam mais tarde ser reforçadas por marcos, *cippi pomoerii* (Richardson, 1992, p. 293).

Tácito descreve o traçado do *pomerium* de Roma tal como definido por Rómulo, tendo porventura seguido um texto anterior, da autoria do Imperador Cláudio (41-54 d.C.) (Tácito, *Annales*, XII, 24). O desenvolvimento da *urbs* provocou o desaparecimento físico dos vestígios do trabalho mítico romulano. Por esta razão, o limite foi, durante longo tempo da República, entendido de forma mais comum como idêntico ao traçado da antiga muralha serviana (reedificada após a invasão gaulesa de 390 a.C.), rei a quem se atribuiu o redesenho e alargamento dos limites urbanos (Liou-Gille, 1993, p. 94), sendo de qualquer das formas aquele muro o elemento usado como referencial jurídico e religioso para o *pomerium*. O perímetro desta área seria redefinido e remarcado durante a ditadura de *Sulla*, em 80 a.C., implicando a novidade da inclusão do Esquilino (Rodríguez-Almeida, 1983). O Imperador Cláudio, em consequência do grande incêndio do Aventino, ocorrido durante o seu principado, redefiniu e alargou o *limes* da *urbs* em todas as direções, ampliando significativamente a área do *pomerium* de Roma e nele incluindo o *pagus auentinum*. A iniciativa cláudia viu o novo limite ser reforçado paisagisticamente com a colocação de cipos epigrafados que o assinalavam (Richardson, 1992, pp. 279, 293-294). O achado, na *urbs*, de diversos *cippi pomoerii* datados dos principados ulteriores de Vespasiano (69-79 d.C.) e de Adriano (117-138 d.C.; esta equivalente a um restauro), a que acresce uma outra reforma de Trajano (98-117 d.C.), documentada através de numisma, para além de darem testemunho de outras intervenções de redefinição perimetral durante o Principado, demonstram a importância do ato e dos elementos arquitetónicos e epigráficos usados como referencial paisagístico até Aureliano, quando se ergue, em 271-275 d.C., a nova muralha da cidade, novo e evidente marco físico urbano do *pomerium* de Roma (Richardson, 1992, pp. 295-296).

Os cipos, valas e muralhas de Roma ilustram, de forma bastante categórica, que as formulações dos limites de um *pomerium* podiam assumir diversas configurações arquitetônicas como expressão material.

Os princípios e práticas do ato mítico romulano foram os adotados para a fundação das outras cidades romanas posteriores, conforme a referência de Varrão antes cotejada, e como o asseverou também Dionísio de Halicarnasso na época de Augusto, em texto escrito entre 30 e 8 a.C. (*Antiquitates Romanae*, I, 88). Higino Gromático, já no séc. II d.C., descreve nos mesmos termos os ritos fundacionais coloniais seus contemporâneos, referindo-se ao magistrado que executava o ritual como *legatus coloniae deducendae*, que, como antes, envergaria a toga cobrindo a cabeça e usando parte dela à cintura à maneira de cinto (*ritu gabino*), abrindo o sulco com o arado no sentido contrário aos ponteiros do relógio (Eckstein, 1979, p. 88 e notas).

A numismática proporciona iconografia bastante a respeito dos ritos fundacionais praticados nos espaços da *Italia* e das *prouvinciae*. Merece algum destaque, neste quadro, a importante emissão de denários promovida em 30-29 a.C. por Octávio enquanto triúmviro, cônsul e *Imperator*, onde figura no anverso o Apolo de *Actium* e, no reverso, Octaviano arando com junta de bovinos sobre a legenda IMP CAESAR (tipo RIC I-272): a mensagem visual propagandística é óbvia, e remete para a política de intenso desenvolvimento das cidades promovida pelo pouco tempo depois *princeps*, um urbanizador fundador de numerosos centros na Itália e no mundo provincial, em especial no Ocidente; a este vetor político de atuação é feita menção pelo próprio Augusto nas *Res Gestae Divi Augusti* (IV, 16), o testamento político por si escrito em 13-14 d.C.

Cunhagens municipais em bronze com esta iconografia foram emitidas recorrentemente durante o Principado, com especial incidência no Oriente (Augusto - em seu nome e no de Agripa -, Tibério, Caio, Cláudio, Vespasiano, Antonino Pio, Caracala, Maximino, ...), mas também na *Hispania* até Cláudio, de que são casos bem conhecidos as emissões de *Emerita* (Vives y Escudero, 1924, lám. CXLII.4,6; CXLII.1-4) e *Caesaraugusta* (Idem, CXLVII.1-8; CXLVIII.1-2, 5-7, 10, etc ...).

A expressão paisagística muito visível de uma muralha encerrava, portanto, um significado simbólico profundo, traduzindo que as cidades detinham certos direitos que as diferenciavam dos restantes núcleos habitados, uma marca de que se tratava de uma fundação regular, de que possuía religião própria e estatuto civil reconhecido (Johnson, 1983, p. 12), e, de alguma forma, de que o muro expressava o limite mágico entre a cidade e o *ager* (Gros, 1996).

Os *poemia* e seus elementos de definição na *Lusitania* ocidental e meridional: algumas observações breves sobre as suas evidências materiais.

As evidências arqueológicas conhecidas de realidades paisagísticas que assinalavam os *poemia* (*ualum*, muralha ou *cipii*) são escassas para as cidades da *Lusitania* ocidental e meridional, a despeito do seu número e das profundas consequências mentais, jurídicas e urbanísticas que seguramente aqueles elementos encerraram para os sítios, seus habitantes e frequentadores.

Para cidades arqueologicamente mais ou menos bem conhecidas, como *Myrtilis* (Mértola), *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Tavira), *Salacia* (Alcácer do Sal), *Eburobrittium* (Óbidos), *Aeminium* (Coimbra) ou *Vissaeum* (Viseu), os dados materiais são para já inexistentes ou, admita-se, podem não ter sido ainda divulgados. Já aqueles disponíveis para outras cidades implicam uma leitura complexa, por vezes controversa.

Assim, o caso de Castelo Velho=Chãos Salgados (Santiago do Cacém) é, a esse respeito, sintomático. Se a circunstância de possuir fórum, *circus*, dois edifícios termas, um *macellum* (ou um *horrea* ?), a par de um número expressivo de *tabernae*, lhe assinalam uma relevância urbana regional sem reticências, a questão de se tratar, ou não, do *ubi* da capital da *ciuitas* dos *mirobrigenses* ditos célticos ainda subsiste para alguns investigadores (Quaresma, 2012, p. 25 e bibliografia posterior do mesmo autor; problematização com base epigráfica em Encarnação, 1996, pp. 129-135; a *contrario* Encarnação, 1984, p. 233; Guerra, 1995, p. 94; Alarcão, 2017; Teichner, 2021, entre muitos). Se a circunstância de possuir *forum*, *de per se*, não lhe

garantiria a condição de capital de *ciuitas*, a presença no complexo público dos vestígios arquitetonicamente claros das estruturas da *basilica*, *curia* e *tabularium*, como de outros espaços evidentes de função político-religiosa, deveriam ser suficientes para afastar qualquer dúvida acerca do seu estatuto jurídico por atestarem ali o funcionamento institucional próprio a uma capital de *ciuitas*.

Um elemento epigráfico de *Mirobriga*, achado perto da Ermida de São Brás em 1755 pelo Mestre Frei Alexandre da Sagrada Família, hoje infelizmente perdido (Barata, 1998, p. 24), assume uma importância supletiva no quadro do presente texto. Transmitido através de um manuscrito do século XVIII da autoria de Frei Bernardo Falcão Murzello (Falcão, 1931-1932 *apud* Barata, 1998, pp. 24 e 26), clérigo sobrinho do Bispo de Nanquim e que com ele partilharia a propriedade da Quinta dos Olhos Bolidos, em Santa Cruz (Santiago do Cacém), parece tratar-se de uma inscrição sobre um lintel quebrado, presumindo-se que marmóreo, grafado em letra que se intui capital quadrada de grande dimensão, numa linha única entre as modenaturas superior e inferior, e onde se lia PORTA CIVITA(...) (Almeida, 1964; Encarnação, 1984-88; Barata, 1998). Em texto recente, Felix Teichner questiona a veracidade da reconstituição gráfica da epígrafe elaborada por D. Fernando de Almeida na década de 1960 (Teichner, 2021, p. 78, nota 42). A natureza dos testemunhos iniciais, conjuntamente com o que se conhece da epigrafia de *Mirobriga* (conf. Encarnação, 1984, onde não se faz menção ao suposto lintel), tornam algo verosímil não só a existência da epígrafe (Barata, 1998, p. 24), como a proposta idealizada por Almeida.

Teichner acrescenta que a existência da porta da cidade não comprovaria, por si só, a existência de uma muralha (Teichner, 2021, p. 78, nota 42), o que é deveras certo: por um lado, é sabido que sendo as portas urbanas, componentes monumentais do mais alto simbolismo, seriam os primeiros elementos arquitetónicos de definição do recinto/cidade a ser erguidos, mas em contrapartida o programa/projeto urbano não tinha por vezes sequência ou, em alternativa, sequer considerara de início a construção de um muro de recinto, estrutura que parece ser de fato inexistente em Chãos Salgados; em sentido inverso, a presença de uma porta urbana em *Mirobriga* afigura-se plausível, para ela se podendo considerar, para além da notícia original da existência da epígrafe, diversos outros dados das imediações do local onde se produziu o achamento setecentista, tais como os elementos em silharia de grande aparelho encontrados próximos à Ermida de São Brás (armazenados no local), que incluem aduelas de grande dimensão (conjunto nunca estudado), e o achado de um grosso muro numa vala aberta na década de 1990 para a instalação do sistema elétrico do futuro centro interpretativo, dado mantido inédito porque, ao que se apurou, a estrutura não foi registada na altura, apenas observada. Terá uma porta sido consequência da promoção do antigo *oppidum stipendiarium* a capital de *municipium* com os Flávios? (Barata, 1998, p. 26; mas de notar um cidadão do *ager* inscrito na tribo Galéria, um *peregrinus* ou alvo de concessão individual prévia, pois que os cidadãos mirobrigenses foram inscritos na tribo Quirina - conf. Encarnação, 1996, pp. 139-142).

De um ponto de vista urbanístico é evidente e notória a posição marginal da Ermida de São Brás em relação ao remanescente do espaço urbano de *Mirobriga*, com a suposta porta colocada junto de um dos poucos acessos permitidos pela orografia acidentada do núcleo urbano, por onde aliás se acede hoje ao sítio arqueológico. A este respeito, e no mesmo sentido, merece menção a sua relativa proximidade à “construção 1”, desgraçadamente desmantelada para a construção do atual centro interpretativo, um pequeno edifício erigido em data de Nero-Vespasiano (Quaresma, 2012, pp. 49 e ss., especialmente p. 52), primeiro interpretado como *domus* (Quaresma, 2003; 2012, p. 56), mas que corresponde, outrossim, e de forma inconfundível, a um espaço artesanal (Felício, 2019; Felício e Sousa, 2022, pp. 271-273): por essa razão foi também ele colocado numa posição periférica do povoado tal como outros análogos próximos e com o mesmo carácter e que ainda se podem observar no local.

Tudo o que antes se expôs não invalida a prática em *Mirobriga* de rito fundacional e/ou da colocação de elementos de definição do espaço urbano propriamente dito aquando da municipalização, pelo mais tarde, mas os eventuais vestígios materiais poderão permanecer ocultos, para mais porque o tema nunca foi o alvo de interesse de qualquer investigação sobre a cidade.

Em Beja, uma bem conhecida inscrição, datada de 3 ou 2 a.C., assinala o patrocínio munifcente de Augusto na construção das portas e torres da cidade (Ficheiro Epigráfico 9, 20=Encarnação, 1984). Merece

referência especial a este propósito o comentário de Jorge de Alarcão à segura data augusta de edificação das portas urbanas da capital conventual do Sul da Lusitânia, sublinhando ser incerto que ela tenha sido complementada com a construção de uma muralha (Alarcão, 1990, p. 47 *apud* Lopes, 2000, p. 173). Os dados mais tarde obtidos, aduzidos e refinados por Maria da Conceição Lopes, identificaram a possibilidade de lhe corresponder um troço de muro com 1,60 m de espessura escavado na Praça de Armas do Castelo (E1= Lopes, 2000, pp. 144-146).

Considerando a intervenção direta em 3-2 a.C. do *Princeps* na conformação urbana de *Pax Iulia*, e levando em linha de conta o seu estatuto colonial seguramente anterior (promessa cesariana? ação de Octávio? ou já de Augusto aquando da segunda estadia na Hispânia? - conf. Lopes, 2003, pp. 107-118, de qualquer das formas anterior a 16-13 a.C., data da condição de capital conventual - conf. também Dopico, 1986; Bernardes, 2017), não se pode deixar de chamar à atenção para o especial interesse que encerra o evidente desfasamento temporal entre a concessão de estatuto privilegiado e o patrocínio munificente augústeo.

De *Seilium*, cidade mártir por via da sua difícil e mal resolvida relação com a contemporaneidade de Tomar, nada se conhece da definição de um *pomerium*. Contudo, a visão regular e ortogonal do traçado das suas *uiaes* e *insulae*, porventura algo exagerada em algumas publicações (Batata, 1997; 2013, pág. 213, fig.1), implica necessariamente trabalhos de planificação e agrimensura, os quais terão feito tábuas rasas da morfologia mais ancestral, sidérica, a presumivelmente ainda vigente nos seus traços essenciais durante o período republicano romano. No entanto, nenhuma evidência arqueológica de *muralha* ou *ualum* de *Seilium* foi até ao momento apontada pela investigação como equivalente à demarcação do espaço urbano. A estar genericamente correta a leitura ortogonal da urbanística alto-imperial seiliense, a existência de elementos de demarcação torna-se muito provável por força dos trabalhos de agrimensura necessariamente praticados para configurar a área.

Merece, por isso, atenta reanálise e reinterpretção o achado dos vestígios de um fosso e talude dispostos ao longo do extremo ocidental do núcleo principal da cidade: a vala assumia perfil vagamente em V, tendo sido identificada ao longo de quase 100 m de extensão, possuindo mais de 3 m de largura e, aproximadamente, 2 m de profundidade, tendo-lhe associado um talude do lado interno do aglomerado (difusamente mencionado na literatura). Estas estruturas foram, porém, atribuídas à 2.^a Idade do Ferro (Batata, 2013, p. 210, que lhe aponta 10 m de largura, o que é incompatível com os dados que o próprio disponibiliza, a menos que inadvertidamente se estivesse a referir ao conjunto de fosso e talude (conf. Idem, p. 214, fig. 2 e p. 215, fig. 3).

Ora, considerando a paleotopografia de Tomar, i.e., a localização do fosso e talude (Idem) no bordo da plataforma onde assentou a cidade romana imperial, junto ao seu marcado declive para o vale de encaixe onde corre o Nabão, se aquelas estruturas fossem da Idade do Ferro manteriam uma desajustada relação morfológica e funcional com a necrópole sidérica que lhe jazia próximo, na zona onde iria depois ser implantado o *forum*. De fato, na apresentação oral realizada por Carlos Batata ao “1.^o Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo (Vila Nova da Barquinha, 2011)”, que daria origem a publicação (Batata, 2013), o investigador apresentou algum do material associado à primeira unidade estratigráfica que preenchia a estrutura negativa: para além da cerâmica, que classificou genericamente como da Idade do Ferro, deu a conhecer o achado, mantido de outra forma inédito, de um quinário argênteo de Augusto (uma emissão emeritense conduzida por Públio Carísio ?) encontrado na parte inferior do interface que compunha a vala/fosso. Por consequência, terá de se admitir para estas estruturas, e com forte probabilidade, uma cronologia romana, seja ela do período romano republicano, e assim equivalente a um elemento defensivo, ou, em alternativa, já alto-imperial, implicando no caso tratar-se do *ualum* definidor do *pomerium* de *Seilium*, hipótese que se nos afigura encerrar maior verosimilhança, sem que ambas sejam necessariamente exclusivas.

Um outro dos casos lusitanos ocidentais mais extensamente estudado e evidente é o de *Conimbriga*, como seria de esperar dada a intensidade e tradição da investigação sobre o local. Daí se conhece a quase totalidade do perímetro da denominada muralha augustana e, particularmente bem, uma das suas portas (Pessoa, 1991; Étienne, 1997; Correia, 2004). Alvo de leituras diversas (conf. Correia, 2004, p. 265 e ss.), as detalhadas observações da estratigrafia murária e dos contextos estratigráficos associados à zona da porta dita augustana (Pessoa, 1991), promovidas por Virgílio Hipólito Correia, são, como o próprio bem

esclarece, suficientes para identificar três fases construtivas (Correia, 2004, pp. 266-267). Os materiais são escassos, embora sugestivos, como o investigador conimbricense assinala, mas os elementos correlacionados com a primeira fase equivalem a abundantes materiais da Idade do Ferro remobilizados e “a que se tinham mesclado alguns materiais romanos” (cf. Idem, p. 267). Com segurança se data a segunda fase, mediante o achado de um *dupondius* de *Antonia* encontrado em associação (Idem), pelo que a reforma será contemporânea ou posterior a 41-50 d.C. É com esta base que Virgílio Hipólito Correia postula que quer a longa muralha quer a porta monumental conimbrigenses datarão de alguma data anterior a 50 d.C. (Idem, p. 267). A observação afigura-se verosímil, compatível com cronologias recuadas dentro do Principado. No entanto, e em bom rigor, os dados expostos mais não autorizam do que avançar a data de 41-50 d.C. como *terminus post quem* para a segunda fase, podendo, portanto, ser algo posterior, e é esta cronologia incerta a base que fixa um *terminus ante quem* para a primeira fase. Em síntese, nada é categórico quanto a uma primeira fase da muralha prévia a 50 d.C., conforme bem assinala depois Virgílio Correia (2018, p. 179).

Felicitas Iulia Olisipo completa a lista de cidades lusitanas ocidentais e meridionais com vestígios arqueológicos conhecidos de materialidades definidoras do espaço propriamente urbano encerrando datas do Principado.

Jorge de Alarcão entendeu como consequências da elevação da cidade a *municipium ciuium romanorum* por Octávio/Augusto o desenvolvimento de um programa urbanístico extenso, estatuto que é singular no quadro da província da *Lusitania*. A leitura do mestre de Coimbra foi produzida num estágio ainda quase incipiente do conhecimento sobre o urbanismo romano da cidade que antecedeu a atual Lisboa, preconizando para esse programa a instalação de, entre outros equipamentos públicos, uma muralha alto-imperial (Alarcão, 1994, p. 58). Os vestígios desta construção, preconizada por Alarcão, iriam ser pela primeira vez identificados uma década depois, no espaço dos antigos armazéns da Casa Sommer, por Alexandra Gaspar e Ana Gomes em 2004-2005 (Gaspar e Gomes, 2007).

No local foi possível escavar o preenchimento de uma estrutura negativa ligada ao embasamento da muralha (de 2,20 m de espessura), no interior da qual se recolheu um conjunto cerâmico rico e coerente: bojos de ânforas itálicas, béticas e lusitanas, designadamente bordos e fundos de Dressel 1 e 1C, Dressel 7/11, Maña C2b e Haltern 70, cerâmica de paredes finas da forma Mayet XXXVII e paredes com decoração arenosa, “encrespada” e de vasos “tardorepublicanos”, «cerâmica de engobe vermelho pompeiano», dos quais três exemplares do tipo Oberaden 21 reconhecidos, lucernas de disco e dupla voluta, um pratinho em cerâmica comum bética e fragmentos de *terra sigillata* itálica e sudgálica. O contexto foi datado do principado de Tibério (Gaspar e Gomes, 2007, p. 693), e nele assumiu relevância especial a “marca de oleiro” em *terra sigillata* itálica datada de 30-70 d.C., que lhe fixou um mais que fiável *terminus post quem* de 30 d.C. para a instalação naquele local do troço murário, dado compaginável com o que se conhece dos ritmos e perfis de importação da *terra sigillata* em Lisboa (Silva, 2012, p. 304).

A intervenção mais recente no mesmo local, da responsabilidade da empresa Neoépica, não permitiu ampliar os conhecimentos, dado que a muralha romana tardia, que até certo ponto adossara à anterior, espessando-a, infletia o seu trajeto, cerceando a alto-imperial. A regular inflexão em ângulo da muralha romana tardia para o interior da cidade, onde se rasgava um vão, mais tarde nomeado na Idade Média como Porta do Furadouro, poderá resultar de uma reformulação no trajeto face ao da do período júlio-cláudio, ação ocorrida entre finais do séc. III e o séc. V d.C. Poderá esta configuração tardia ter resultado do aluimento de parte da muralha alto-imperial na Antiguidade, considerando que estaria assente numa área de interface ribeirinho onde os solos eram altamente instáveis? Talvez assim se justificasse a discrepância cronológica bem assinalada num texto de síntese recente sobre as muralhas romanas de Lisboa, entre a edificação dos troços de muralha tardia reconhecidos na Casa dos Bicos e Casa Sommer, arqueologicamente verificados para o último terço do séc. III d.C., no primeiro caso, e o final do séc. IV-inícios do V d.C., no segundo (Filipe *et al.*, 2020, p. 71).

Esquecido do texto de síntese antes mencionado ficou o troço mais bem conservado da muralha alto-imperial de Lisboa conhecido até ao momento. Na Rua Norberto de Araújo se estudaram e caracterizaram mais de 13 m de extensão da construção, que conservava aí cerca de 3 m de alçado: tendo incluído nela mais tarde uma significativa estrutura hidráulica, a muralha foi datada por materiais que cobrem uma

ampla cronologia de momentos pré-flávios ao séc. II d.C. (Mota, Carvalhinhos e Miranda, 2017, p. 502); a superestrutura e o aspeto do paramento externo da muralha, em *opus incertum* (mas que incluía pequenos silhares calcários toscamente trabalhados), tinha sobreposta a muralha tardia (situada aqui nos sécs. III-V d.C.), com pouco mais de 7 m de altura, e esta, por seu turno, pelas de cronologia do período de dominação islâmica (sécs. X-XII d.C.) e posteriores. A muralha alto-imperial, cujos dados contextuais apontam para uma cronologia de edificação de meados do séc. I d.C. (Idem), assentava num ponto sobre os enchimentos de um fosso defensivo datável do período da integração de *Olisipo* no mundo romano, provavelmente executado no período de 138-133 a.C. (Idem) e já antes reconhecido em 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, um pouco mais para norte (Silva, 2014), demonstrando deste modo a forte tradição do traçado.

A construção do trajeto oriental da muralha alto-imperial de *Felicitas Iulia Olisipo*, como a do ribeirão, foi limitada por fortes constrangimentos da orografia, bem evidenciados pela sobreposição recorrente das estruturas ao longo dos períodos ulteriores, romano tardio, tardo Antigo, de dominação islâmica e da primeira dinastia portuguesa, como se viu na Rua Norberto de Araújo. É este fator, e as circunstâncias em que foram executados os estudos dos troços da muralha localizados mais a sul, no Pátio da Senhora de Murça, em 2007-2008, e na Rua de São João da Praça, em 2002, que permite manter a hipótese, já antes formulada, de em qualquer um destes dois locais estar presente a muralha alto-imperial, a despeito de não visível ou não reconhecida pelos investigadores que a trataram (Silva, 2012, p. 193; 2015, pp. 42-43). Já os trajetos ocidental e setentrional (Lóios-Castelo de São Jorge) colocam outras problemáticas, pois o que se conhece nestas zonas do trajeto da muralha medieva evidencia somente cronologias construtivas do período de dominação islâmica e posteriores e, no caso do limite setentrional, o percurso seguido no Alto Império é uma incógnita absoluta no momento, por manifesta falta de dados.

No que se refere à zona ocidental, a releitura de um elemento pode assumir significado relevante: em 1992-1993, na escavação do jardim do Palácio dos Condes de Penafiel, dirigida por António Dias Diogo, se reconheceu e identificou um muro espesso de 60 cm, que depois assumia 90 cm, interpretado como “muro de contenção”, função que efetivamente encerrava (Guimarães e Silva, 2017, pp. 1281 e 1288, fig. 3). Sabe-se hoje que a zona onde se implantou o muro correspondeu no Principado a uma área aparentemente não edificada da cidade romana, com prática funerária muito pontual (Silva, 2021) e, sobretudo, destinada ao descarte de detritos sólidos urbanos (um “vertedero”, como diriam os colegas espanhóis). Esta atividade de despejo de detritos domésticos urbanos previamente triados, que se documentou no dito jardim e junto dele, na Calçada do Correio Velho (Idem e Silva, 2012, pp. 233-248), como próximo, na Rua de São Mamede ao Caldas-via Pública (Mota *et al.*, 2017), atingiu, em certos pontos, os quase 4 m de potência.

Merecem especial saliência os dados arqueológicos da Rua de São Mamede ao Caldas-Via Pública, onde os elementos muito bem estratigrafados da *Sondagem 1* apontam para uma diacronia que se detém com probabilidade em Vespasiano, ao passo que na *Sondagem 2* se prolongam um pouco mais adiante, dentro do período flávio final e antonino, considerando os espécimes de *terra sigillata*, cerâmica de paredes finas, lucernas e ânforas (cf. Mota *et al.*, 2017, pp. 173 e ss.). O carácter periférico da zona face à cidade propriamente dita ao longo de todo o século I d.C. é, portanto, categórico. No campo das conjecturas, é interessante notar a orientação perfeitamente coincidente entre o muro romano que se preserva no Palácio dos Condes de Penafiel e a muralha medieval que se observa um pouco mais a norte daquele, junto das Escadinhas de São Crispim, estrutura mais uma vez implantada numa zona de orografia muito acidentada, podendo o fato ser sugestivo de ser este o trajeto do perímetro murado alto imperial.

É possível admitir, em conclusão, que o dito muro possa equivaler, para além da sua função contentora de terras, a um troço da muralha alto-imperial de *Olisipo*. As suas características, em particular a sua pequena espessura para uma estrutura deste tipo (em particular a parcela de 60 cm), têm de ser postas em perspectiva, para aqui se invocando o caso de *Baelo Claudia* (Belo, Cádiz): nesta cidade, o trajeto da muralha alto imperial era (e é) de uma visibilidade evidente, por vezes até monumental, e de há muito era entendido como formando um perímetro não fechado, no caso, na sua zona de fachada costeira atlântica, onde se situam as *officinae* de *garum* com origem no período romano republicano e que prosseguiram depois a sua laboração; contudo, os trabalhos conduzidos pela equipa liderada por Alícia Arévalo e Darío Bernal

Casasola (2007) vieram comprovar o fechamento da muralha da cidade bética mediante uma solução pragmática e de visibilidade discreta, a da ereção de um muro de espessura variável (80 a 145 cm) adossado diretamente aos muros de limite das unidades habitacionais e instalações artesanais pré-existentes (Bernal *et al.*, 2007, pp. 94 e ss., em especial p. 95, fig. 2).

Independentemente das controvérsias em torno da definição do perímetro olisiponense, a simples presença de troços de muralha vem comprovar a existência de um *pomerium*, o que seria de esperar numa cidade que recebe como estatuto privilegiado a segunda categoria jurídica mais importante na hierarquia romana dos centros urbanos provinciais.

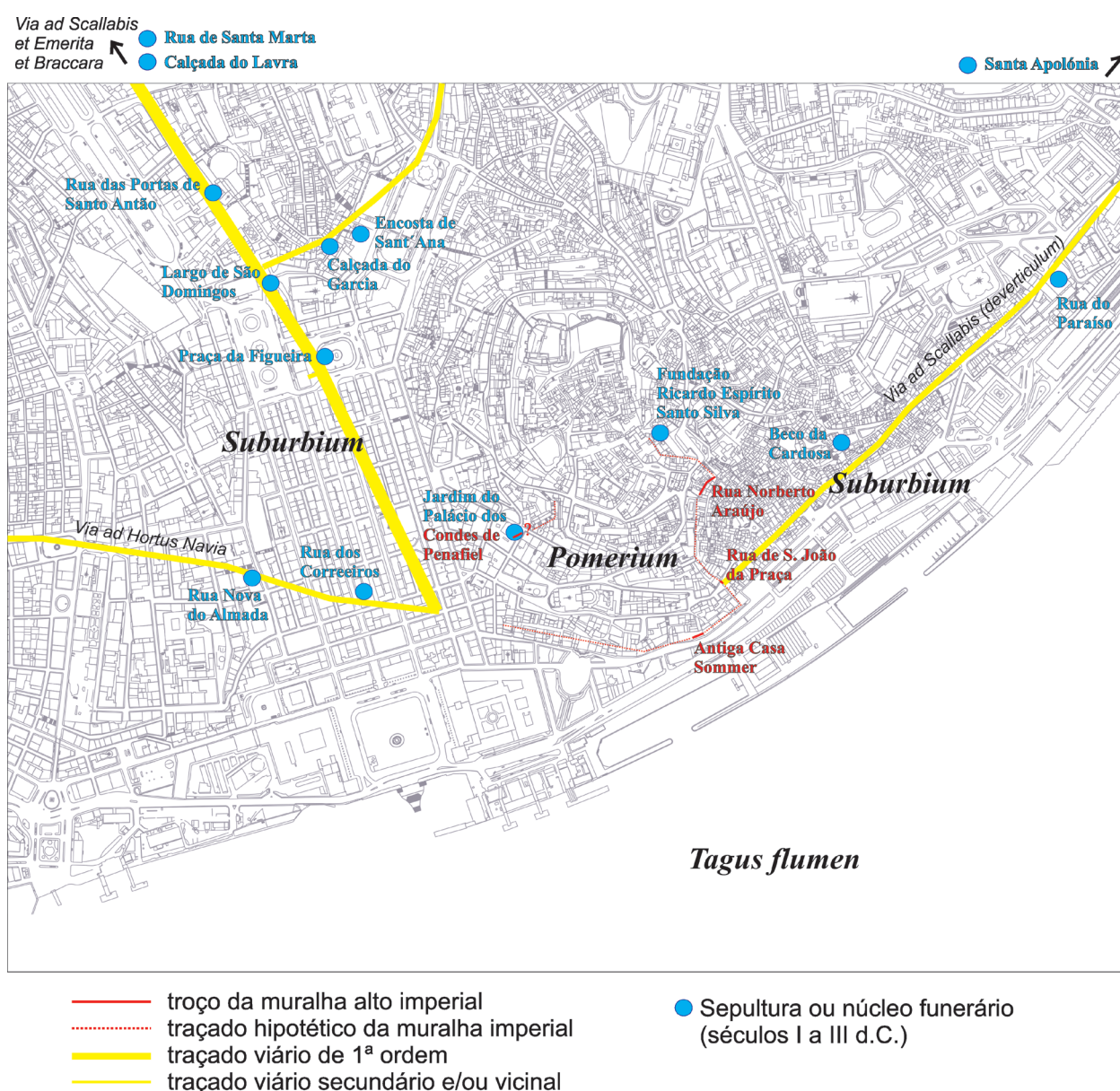


Figura 1 - Localização dos núcleos funerários alto e médio-imperiais de Olisipo (azul) e sua relação com a rede viária suburbana (amarelo) e troços da muralha urbana (vermelha) e seu traçado hipotético (tracejado vermelho).

A definição de funcionalidades urbanas e o uso do solo para fins funerários em Olisipo.

Item 73. “Pessoa alguma poderá, dentro dos limites da cidade ou colónia ou dentro da área

definida pela relha do arado [o ato fundacional], introduzir pessoa morta, ou sepultar ou cremar, ou construir monumento a defunto. Se alguma pessoa agir em contravenção a este regulamento será condenada a pagar aos colonos da colónia Genitiva Iulia 5.000 sestércios e será processado por qualquer pessoa, por esse valor. Todo o monumento assim construído será mandado demolir pelo duúviro ou edil e se, em contravenção a esta lei, um defunto tiver sido ali sepultado, deverão os mesmos magistrados proceder à necessária expiação.” Item 74. “Pessoa alguma construa a menos de meia milha da cidade novo forno crematório onde não foi ainda cremada pessoa alguma. Quem agir em contravenção a este regulamento será condenado a pagar aos colonos da colónia Genitiva Iulia 5.000 sestércios e será processado por qualquer pessoa, por esse valor” (tradução própria, adaptada; para mais informação a respeito destas disposições ver López Melero, 1997).

As duas *rubricae* da lei colonial da *Colonia Genetiva Iulia seu Vrsonensis* (Osuna, Sevilha) ilustram, de forma bastante clara, a distinção funcional feita entre a área de um *pomerium* e o *ager*, disposições inseridas no normativo local sobre a manutenção do espaço urbano e equipamentos públicos, não na legislação *sacra*, pois os usos funerários são considerados *sacra priuata* no período em que foi escrita. Também uma *rubrica* da *Lex Municipii Flavii Irnitani* estabelecia que os *loca sepulcrales* seriam regulados pelas *leges municipales*, e nela se encontram identificados os magistrados que supervisionavam os terrenos funerários, no caso os *aediles* (Reis, 2018, p. 100). A despeito de privada, a prática funerária estava plenamente dentro do âmbito de atuação pública, política, administrativa e jurídica do município.

A lei ursonense, elaborada originalmente por César em 48-44 a.C., e provavelmente aprovada em Roma após o seu assassinato e por isso emanada já por Marco António (*lex data*), é-nos transmitida por uma versão em bronze de época flávia, conservando-se quatro das nove tábuas originais, sendo, com a de *Irni* (Molino del Postero?, Sevilla) das mais completas leis coloniais/municipais conservadas no mundo romano. A concessão do estatuto municipal a *Felicitas Iulia Olisipo*, a que se atribui data octaviana de 31-27 a.C., portanto próxima à ursonense, terá implicado uma carta legal análoga e, de modo igual, a afixação das tábuas contendo o seu texto no *forum municipalis*, sendo lícito presumir-se ter incluído *rubricae* de conteúdo idêntico ou aproximado aos das leis de *Vrso*, como também de *Irni*.

O texto legal olisiponense consagrou o estatuto da cidade, mas necessariamente marcou de forma vigorosa a estruturação do espaço, sendo indispensável ter este elemento em mente quando se aborda o urbanismo alto imperial de *Felicitas Iulia Olisipo*: a muralha constituiu, a partir de determinado momento, a expressão arquitetónica mais visível de um perímetro tão simbólico quanto real. Isto, independentemente de partes da muralha terem sido somente instaladas mais de meio século depois, pelo menos, observação feita em referência aos casos discutidos antes dos troços identificados na Casa Sommer e Rua Norberto de Araújo.

Este cenário não é estranho no quadro peninsular: a ampliação do perímetro urbano de *Corduba*, patrocinada diretamente por Augusto na sequência da reorganização provincial de 27 a.C., é-nos bem conhecida pelas fontes textuais, mas uma fossa detritica que jazia sob um troço do setor da muralha junto ao “Templo de Cláudio Marcelo” encerrava uma datação de finais da década de 30 d.C., pelo mais cedo (Vargas Cantos e Moreno Almenara, 2002-2003), sendo o setor ribeirinho cordovês também fechado só no principado de Tibério (Molina Mahedero e Valdivieso Ramos, 2007, p. 48); ou, recorde-se, o caso de Beja referenciado mais acima, e o desfasamento entre as datas da elevação de *Pax Iulia a colonia*, ocorrida na hipótese mais tardia em 16-13 a.C. (mas que bem pode ser anterior), e a da doação e patrocínio direto augústeo da construção das portas e torres em 3-2 a.C. Se ambos os casos resultaram de intervenção munificente com financiamento direto do imperador, o que conjecturar numa obra provavelmente suportada apenas localmente?

Se a muralha de *Olisipo* encerrou significado simbólico, o perímetro anterior que lhe deu origem (definido por *valum* ou *valum et agger*) fê-lo mais fortemente, assumindo contornos religiosos, legais e urbanísticos que condicionaram os usos funerários romanos que tiveram lugar em *Olisipo*. Estes são-nos hoje mais bem conhecidos, graças aos trabalhos arqueológicos desenvolvidos em Lisboa nas duas últimas décadas, e foram objeto de obra de síntese de divulgação bastante recente, para a qual se remete aqui (Silva, 2021).

Para o caso olisiponense, convém ter presente que a população da cidade e seus *agri* era culturalmente heterógena nos finais da República e primeiros tempos do Império, compreendendo indivíduos de matriz distinta e mais ou menos remota, tanto cultural como etnicamente, e nela se reconhecem elementos de onomástica céltica, hispânica meridional, oriental e, com uma importância supletiva, itálica, esta provavelmente equivalente aos descendentes dos colonos que se fixaram ao longo do século I a.C. Por esta razão, é inapropriado falarmos de indigenismo e “romanização” em referência aos dados mais antigos de que dispomos para os fenómenos funerários romanos urbanos detetados em Lisboa, situados nos finais do séc. I a.C., pelo mais cedo, antes se devendo falar de romanidade plena, induzida numa população multiétnica por mais de um século de contatos prévios que comportaram assimilação, agenciamento, negociação, resistência, etc.,..., desenvolvidos no quadro de uma dominação política por Roma e estimulados pela presença de uma percentagem relevante de população de extração itálica, a que acresceu o carácter “cosmopolita” do sítio e da sua relevância portuária e comercial, com o poder de atração de forâneos que daqui comprovadamente acarretou.

No sentido do parágrafo anterior, o respeito pelos princípios e pela normativa urbanística romana ter-se-á aplicado a *Felicitas Iulia* não só pelo impositivo religioso e legal *top-down*, mas cumulativamente pelo presumível quadro cultural e mental *down-up*. Portanto, e em bom rigor, os achados arqueológicos de sepultamentos em Lisboa datados do Principado funcionam como elementos auxiliares da delimitação pela negativa da área de cidade no seu sentido mais estrito romano. Não podem, assim, ser indiferentemente compreendidas as evidências exumadas no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Rua dos Correeiros-Sondagem 34, jardim do Palácio dos Condes de Penafiel, Rua de São Miguel de Alfama ou Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (conf. Silva, 2021): qualquer uma delas constitui comprovação (que quase reputaríamos de perentória) do carácter não estritamente urbano do local onde se implantaram, pelo menos no período coevo à realização dos ritos de sepultamento. Todos os locais cotejados, como os suburbanos/periurbanos e mais manifestamente periféricos, dos núcleos da Rua Nova do Almada, Largo do Conde Barão, Praça da Figueira, Largo de São Domingos, Calçada do Garcia, Encosta de Sant’Ana, Rua das Portas de Santo Antão, Calçada do Lavra, Rua de Santa Marta, Campo de Santa Clara, Rua do Paraíso/Antigo Hospital de Marinha e Travessa de Lázaro Leitão, compunham uma paisagem urbana definida por antinomia, onde o princípio gerador era tão simplesmente o do não sepultamento no *pomerium* e/ou suas proximidades.

Sacrae priuatae, as práticas funerárias poderiam ser executadas em qualquer lugar do *ager*, a menos que a lei municipal olisiponense tivesse determinado uma distância mínima ao sulco do arado, como em *Vrso*, pelo que o uso do solo foi determinado de forma arbitrária dos seus proprietários. É esta a razão por que se conforma na área periurbana de *Olisipo* um espaço urbanisticamente fluído e difuso, com zonas onde talhões e monumentos funerários partilham o espaço com instalações artesanais, unidades domésticas, armazéns, campos cultivados, jardins ou presumíveis *uillae* e *uillulae* suburbanas ou outros tipos de propriedade agropecuária. Na Itália conhecem-se casos onde o patrocinador do monumento funerário o edificou inserido num bloco que incluiu muro de recinto ajardinado e *tabernae* sobrepostas por área residencial (Emmerson, 2020, pp. 1-4).

Na realidade, é a necessidade da leitura integrada do dado funerário por parte da investigação atual que lhes confere a designação e a unidade que em rigor nunca detiveram em época romana. Para Lisboa o caso mais conhecido é o da “Necrópole NO”, nomenclatura inspirada em modelos metodológicos já antes sobejamente aplicados em Arqueologia Romana e Arqueologia Urbana (por exemplo ver Vaquerizo Gil, 2001).

Ainda assim, aquilo que se entrevê urbanisticamente do *ager* mais próximo do *pomerium olisiponensis* tem, por vezes, sido perspetivado erroneamente como área propriamente de cidade: é deste modo que o entenderam em data recente Pedro Vasco Martins e Nuno Mota, que assinalaram que as estruturas “susce-

tíveis de terem pertencido ao espaço interior da cidade, se estender[am], pelo menos desde a Rua Augusta, a Oeste, até à Rua da Regueira, a Este, e na Rua de Santiago, a Norte” (Mota e Martins, 2020, p. 36). Ora, esta leitura é desmentida de forma consistente pela presença dos diversos núcleos funerários incluídos na área deste modo definida, aos quais atrás se fez referência, mas ademais pelos restos da muralha urbana e pelos próprios pressupostos do urbanismo romano alto-imperial aflorados ao longo do presente texto. Assinale-se como apontamento que esta visão expandida (e exagerada) da dimensão da cidade romana em sentido estrito fez um daqueles autores excluir da cartografia por ele produzida (Mota e Martins, 2020, p. 37, fig. 5) o troço de muralha datada do Principado que o outro coautor tão bem estudou e publicou da Rua de Norberto de Araújo (Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017; Mota, Carvalhinhos e Miranda, 2018).

Na realidade, a intensidade de ocupação da zona meridional da Baixa e, em menor medida, da parte baixa de Alfama, zonas de onde se conhecem estruturas termais, domésticas, artesanais (*officinae* de *garum*), comerciais (*horrea*), como edifícios públicos monumentais (*criptoporticus*, *circus* e *amphiteatrum* ?), confere uma matriz de pendor urbano a estas áreas, que a despeito de se apresentarem por vezes densos em termos de ocupação não integrariam a cidade em sentido estrito romano, antes o *ager*.

Deve notar-se que nesta urbanística suburbana das áreas baixas da atual Alfama e Baixa se assinalaram, de há muito, zonamentos com linhas de orientação partilhada entre estruturas romanas, fortemente sugestivas do prolongamento para o exterior dos elementos de definição do parcelário do *pomerium* de *Olisipo*, mas também de outros ordenamentos específicos da zona, articulados com as *uiaes*. No seu conjunto estas evidências deverão indiciar ações de agrimensura praticadas em múltiplos momentos (Silva, 2000; 2012; 2015; Mota e Martins, 2020, pp. 41-42).

Mais uma vez nos socorremos da *lex ursonensis*, desta feita para demonstrar a importância daquelas linhas mestras definidoras do desenho do *ager*: “*No que respeita a todos os caminhos e encruzilhadas de limite, feitos ou marcados dentro dos territórios da colónia Genetiva, e todas as valas de limite dentro do terreno, dadas e designadas por ordem de Caio César, ditador e imperator, e pela Lex Antoniana [de Marco António, triúmviro], por decretos do Senado e por plebiscitos: ninguém poderá ter as referidas estradas e encruzilhadas limítrofes bloqueadas, nem ter quaisquer monturos ou obstruções nas mesmas, nem arar as mesmas, nem bloquear ou obstruir as referidas valas, por meio das quais a água possa ser impedida de correr e fluir em seu próprio curso. Se qualquer pessoa agir em contravenção a este regulamento, por cada ato desse tipo, será condenada a pagar aos colonos da colónia Genetiva Júlia 1.000 sestércios e será processada por qualquer pessoa livremente por essa quantia*” (*Lex Genetiva Iulia seu Ursonensis*, 104 - ver Lopez Melero, 1997; de novo em tradução e adaptação próprias).

É crível, por consequência, que a sobredita coincidência de orientações observada para as estruturas romanas patentes nas áreas suburbanas da cidade resulte na sua origem de parcelários de pequeno módulo, onde as frações teriam sido depois subdivididas interiormente ao longo do tempo pelos seus proprietários. Mais, no interior de cada uma se poderiam acomodar as construções de que se necessitava com a orientação mais ajustada às funcionalidades, interesses e possibilidades económicas do proprietário e/ou usuário: um olhar sobre o Núcleo Arqueológico dos Correeiros mostra a realidade desta prática, dado que várias das unidades de laboração, muito bem demarcadas arquitetonicamente mediante muros de recinto, partilharam zonas de circulação necessariamente comuns e privativas das mesmas.

Estes princípios de configuração do espaço aplicados em *Olisipo* são-nos testemunhados também em ambiente funerário, e deverá enfatizar-se que é de Lisboa que provêm os dois únicos casos que a epigrafia documentou para todo o Ocidente peninsular, um dos quais de origem incerta. Naquele seguramente de Lisboa se indicavam as dimensões de parcela fúnebre no texto da epígrafe sepulcral de *Graptus*, de 13 anos, escravo de *Lucceia Cinnamidis*, tumulado num talhão de XX *pes in fronte* e XXX *pes in agro* (Reis, 2018, pp. 114; Silva, 2021, p. 143). De origem desconhecida, mas em 1860 já conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa, um outro epitáfio preservava o texto truncado D(...)/PED(es).EV(...) (?) / L(ocus).PED(es) (...) (Silva, 1944, p. 255, n.º 141; Silva, 2021, p. 143).

Um olhar sobre as dimensões dos monumentos, embasamentos de construções e recintos funerários exumados pela arqueologia em Lisboa mostra as conformações espaciais respetivas. A Praça da Figueira exibiu, a este respeito, uma diversidade de métricas: um recinto de grande dimensão, cujo uso funerário

inicial é incerto, conformando uma área reconstituída aproximada de 100 x 100 pés, escala de grandeza maior, apesar de tudo empregue na esfera funerária (ver Reis, 2018, pp. 114-115), ao passo que os restantes mostravam dimensões menores (também aproximadas) de 14 x 14 pés (2 casos), 16 x 16 pés, 20 x 20 pés, 25 x 22 pés, 26 x 20 pés, 35 x 22 pés, a que se acrescenta uma parcela fisicamente demarcada somente pela fachada para a via (*in fronte*) de 18 pés (Silva, 2021, p. 146). Para o recinto funerário identificado no núcleo da Calçada do Lavra (Peça *et al.*, 2021, p. 76, fig.1) é possível estimar uma dimensão próxima a 30 x 20 pés, *pedatura* curiosamente idêntica à indicada no título da sepultura de *Graptus*, citada acima. Para o “*columbarium*” da Rua do Paraíso não é ainda possível estimar a métrica dada a ausência no momento de elementos publicados (Vieira *et al.*, 2021).

A métrica olisiponense é, portanto, compatível com a praticada nas cidades da Itália e Gália Narbonense, onde as *pedaturae* mais comuns dos talhões funerários são de 10 x 10 pés ou de 15 x 15 pés (Vaquerizo Gil, 2019, p. 420), ou de Roma, onde predominam claramente os lotes quadrados de 12 x 12 pés, medida de igual modo usada em Córdoba para um loteamento fúnebre de iniciativa pública ou privada (Vaquerizo Gil, 2020, p. 420).

As métricas identificadas na Praça da Figueira em 1962 e 1999-2001 são, todavia, o resultado de utilizações do espaço dinâmicas, nalguns casos de uma utilização funerária com expressão monumentalizada contínua e ao longo de um lapso de tempo longo de mais de dois séculos, entre o final do principado de Cláudio (41-54 d.C.) e os finais do séc. III d.C.-inícios do IV d.C. (Silva, 2012). É legítimo, portanto, pressupor que as compartimentações observadas puderam decorrer de outras unidades de parcelamento maiores precedentes e das que conformariam originalmente um hipotético parcelário da zona. De facto, a análise espacial mostra a presença de algumas regularidades subjacentes a uma diversidade de métricas dos espaços, recintos e monumentos.

Deste modo, interessa incidir o olhar mais aprofundado sobre a métrica relativa aos monumentos e recintos funerários, em especial os de cronologia mais antiga dentro da área da Praça da Figueira, enquadráveis nas etapas mais recuadas da denominada Fase III da ocupação, que engloba os primeiros momentos da construção da paisagem como funerária e monumentalizada. Com uma cronologia primeiro situada no principado de Nero (Silva, 2005; Silva, 2012, p. 401), a discussão e revisão com maior rigor aferiu-lhes uma data situada dentro dos principados dos Imperadores Cláudios, de qualquer das formas contemporânea ou posterior a 50 d.C. (Silva, 2012, pp. 480-482). É vital realçar que foi neste quadro que se operou na zona (e para norte?) uma reforma da orientação do traçado da estrada *Olisipo-Scallabis*, e que as parcelas respetivas, dispostas lateralmente, se alinham em perfeito acordo com o eixo viário, afigurando-se que este parcelário orientado a 17° nordeste tenha sido criado *ex nouo* nesta ocasião.

Ora, retomando como ponto inicial da argumentação, a métrica da única *pedatura* assinalada em Lisboa, a do sepulcro do jovem escravo *Graptus* (Reis, 2018, pp. 114-115), i.e., os 30 *pedes in frontem* (de frente) por 20 *pedes in agro* (em profundidade), inscritos no seu epitáfio, enquadram-se bem com a metrologia romana de área, especificamente com a subdivisão do *iugerum*, unidade com 120 x 240 *pedes* muito utilizada na agrimensura para parcelas de menor módulo em zonas suburbanas: o dito sepulcro corresponderia, portanto, a um recinto de 1/48 da unidade de medida. Raciocínio idêntico poder-se-ia aplicar aos exemplos de 15 x 15 e de 20 x 20 *pedes*, definindo espaços de 1/128 e de 1/72 avos de *iugerum*, respetivamente. Mas para os exemplos de 25 x 22, 26 x 20, 35 x 22 e 100 x 100 *pedes* ter-se-ia de encontrar outro fundamento...

No contexto em apreço merecem uma atenção especial dois trechos de fontes latinas. Em primeiro lugar, um detalhe de um texto de Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.) relativo à agrimensura: “*Povos diferentes criaram diferentes unidades para medir a terra. Na Hispania Vltior a terra é dividida de acordo com o iugum, na Campânia com o uersum, connosco aqui, no ager romanus et latinus, de acordo com o iugerum. É dito que o iugerum é a quantidade de terra arada por uma junta bois durante um dia. No que respeita ao uersum chamam-no a cem pés, logo, a um quadrado de 100 pés de lado. O iugerum a uma área contendo dois actus quadrados*” (Varrão, *De Rerum Rusticarum*, I, 10, 1-2; conf. De Nardis, 1994, pp. 7-8). Em segundo lugar, no tratado técnico sobre agrimensura da autoria de Sexto Júlio Frontino (30-103 d.C.- conf. Idem, pp. 10-37), que recorre a Varrão, e de que se conservam somente fragmentos, é reforçada a ideia anterior

a que acresce uma outra indicação no que respeita ao desenho e implantação no terreno de um novo cadastro: “*Primeiro que tudo definem uma área fechada mediante quatro limites, normalmente de 100 pedes nas duas direções - os Gregos chamam-lhe um plethron, os Oscos e Úmbrios uorsus -, mas o nosso povo de 120 pedes em cada direção*” (Frontinus, *De Agri Mensura*, I; conf. De Nardis, 1994, pp. 8-9).

Ora, o *uersum/uorsus* parece poder ter sido a unidade de medida utilizada para a definição do lote com duplo pórtico revelado nas escavações mais recentes da Praça da Figueira. A experiência da aplicação desta unidade métrica ao restante do espaço escavado, quer em 1999-2001, quer antes, em 1962, veio revelar uma sugestiva forte correspondência com as realidades exumadas: deste modo, aquilo que foi designado por “monumentos SE e NE” da escavação de Bandeira Ferreira (Silva, 2005 e 2012), localizados a oeste da via, encaixam numa partição de um *uorsus* em três partes iguais, *in agro* e *in fronte*, com uma margem entre ambos a que os escavadores de 1962 chamaram de “Viela I”, justamente um caminho vicinal que serviu o espaço funerário; na realidade, e no que respeita aos espaços fúnebres a oeste da via, os dois *uorsus* passíveis de ser identificados nas duas campanhas de escavações na Praça da Figueira mostram esta mesma em 1/3 partes *in fronte*, admitindo-se que o grande recinto de c.100x100 *pedes* (1 *uorsus*) incorporou 2/3 do *uorsus* mais a sul, onde dois vestígios de muro definem com precisão o 1/3 restante de um outro recinto anterior, a que acresceu a adição de 1/3 do *uorsus* mais a norte, ao qual pertenceriam de igual modo os “monumentos SE e NE”, hipótese que parece reforçada pelo fato de o pórtico estar descentrado em relação à totalidade da fachada do compartimento e de o centro da sua coluna mais a norte ser coincidente com a subdivisão em terços da unidade métrica maior; na mesma linha de raciocínio, e no que respeita à espacialidade a oeste da via, no denominado “Sector T” de Bandeira Ferreira (1962) os dois longos muros paralelos que definiam um espaço sem uso funerário assinalado e que reinterpretemos como via secundária, a partir de determinado momento conducente ao circo vizinho, tem o muro mais meridional coincidente com o limite entre dois *uorsus* contados a partir do vértice dos muros que definem as laterais da via secundária a sul e da via *Olisipo-Scallabis*; no mesmo sentido, nas restantes compartimentações e monumentos do mesmo setor escavado a oeste da via, no caso na campanha de 2000-2001, as construções parecem ter-se adaptado maioritariamente a partições em quatro partes *in fronte*, onde os dois recintos mais a sul revelam 1/5 da unidade *in agro*.

Em síntese, o exercício executado sobre a espacialidade funerária da Praça da Figueira veio revelar uma série reiterada de coincidências métricas compatíveis com um uso do *uorsus* como unidade métrica original na configuração do espaço próximo à via *Olisipo-Scallabis*, a partir da sua zona de entroncamento com a via secundária (Silva, 2012).

Ora, a estar correta a proposta de interpretação, a matéria assume um significado superlativo ao documentar no principado de Cláudio o emprego de uma unidade de área de raiz itálica, osco-úmbrica, circunstância que para já não encontra paralelo no espaço provincial da *Lusitania* e *Gallaecia*: de fato, nas cadastrações romanas imperiais sobejamente conhecidas, como as de *Emerita Augusta*, *Ebora*, *Pax Iulia*, *Balsa*, *Scallabis*, *Conimbriga*, *Braccara Augusta*, ... (veja-se, a título de exemplo, vários dos trabalhos dedicados de Pierre Silières, Vasco Mantas, Conceição Lopes ou Helena Pires de Carvalho, entre muitos outros autores que aqui se poderiam invocar), a métrica de área invariavelmente usada foi propriamente romana, com base no *iugerum* e na *centuria quadratta*. O mesmo aconteceu, aliás, no próprio *territorium* de *Olisipo*, quer no que se refere às zonas parceladas de Cascais-Oeiras-Sintra, quer de Azeitão-Palmela (Cardoso e Encarnação, 1999).

Chama-se aqui a atenção, porém, que qualquer dos exemplos antes repertoriados respeita a parcelamentos de zonas vastas, destinadas fundamentalmente à exploração agropecuária, o que difere do caso presente, periurbano. Em sentido contrário, poder-se-ia aqui invocar, a favor de uma hipotética sobrevivência do *uorsum* linear no quadro lusitano provincial, o caso mais tardio, já do século II d.C., da munificência do circo balsense documentada epigraficamente, onde *Caius Licinius Baldius* e *Lucius Cassius Celer* ofereceram, cada um, 100 *pedes* do *podium* do edifício (Encarnação, 1984, pp. 128-130); ou, e com muitas reservas, o fragmento terminal de uma epígrafe monumental de Lisboa e que se expõe no seu Museu, grafada numa única linha bem centrada em caracteres monumentais quadrados

e onde se poderá ler (...) [*Pedes ?*]. *C(centum)*. *D(ono uel ecreto)*. *D(edit uel ecurionem)*. Contudo, convém relembrar que a conceção aritmética e métrica romana é mista, de base tanto decimal quanto duodecimal, pelo que outras explicações se poderão ter aplicado naqueles exemplos. Não se afigura ser esse, todavia, o caso manifesto da Praça da Figueira.

A muito plausível utilização do *uorsus* na configuração do espaço periurbano de *Olisipo* encerra implicações de um outro cariz, mental e cultural, pelo que requer de outros suportes. Por outras palavras, que sentido faria a utilização de uma métrica itálica “ancestral”, no extremo ocidental da *Hispania*, pelos meados do séc. I d.C.?

A resposta a esta questão poderá ter-se prendido com as origens dos primeiros colonos romanos assentes no território, onde a epigrafia acusa forte presença itálica (Ribeiro, 1994, pp. 82-86; Martineau, 2003, p. 195; Guerra, 2003, p. 136 e ss). Assim, estão nestas circunstâncias *gentes* documentadas na região a que se atribui mais ou menos remota origem como a *Vrsia*, *Osca*, as *Caluentia*, *Terentia* e *Marcia*, a que se atribui comumente filiação Sabina, a *Gelia*, remotamente Samnita, a *Cocceia*, úmbrica, *Cominia*, aurúncia, ou a *Heia*, messénia, nomes que de alguma forma se vinculam com uma esfera cultural itálica antiga e com o universo linguístico osco-úmbrico, “nomes-fósseis” completados com os de outra raiz, como os latinos *Arrii*, *Caecilii*, *Canidii*, *Cassii*, *Coelii*, *Fabii*, *Hirrii*, *Iunii*, *Licinii*, *Numisii*, *Rutilii* ou *Rubrii*, o picentino *Afranius*, o *Cossutius* cisalpino ou os tuscus *Fulvius* e *Porcii*. Neste sentido, o uso do *uorsus* em *Olisipo* justificar-se-ia em função da cronologia tardo-republicana do estabelecimento dos contingentes populacionais itálicos, comprovado de múltiplas outras formas, e em especial dos contornos do seu saber-fazer, o que justificara a peculiar conformação do espaço periurbano, em boa parte usado depois para finalidades fúnebres.



Figura 2 - Proposta de leitura do parcelário subjacente à utilização funerária romana datada dos séculos I-III d.C. no espaço da Praça da Figueira, em função das escavações de 1962 e de 1999-2001.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. de (1990) - *O Domínio Romano*. In Oliveira Marques, A. H. de; Serrão, J., dir. - *Nova História de Portugal*, vol. I, Alarcão, J., dir. - *Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa: Editorial Presença. pp. 342 - 441.
- Alarcão, J. de (1994) - Lisboa romana e visigótica. *Lisboa Subterrânea*. Catálogo. Lisboa: Electa, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa '94, pp. 58-63.
- Alarcão, J. de (2017) - *A Lusitânia e a Galécia do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.* Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Almeida, F. de (1964) - *Ruínas de Mirobriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*. Setúbal: Ed. da Junta Distrital de Setúbal.
- Arévalo, A.; Bernal Casasola, D. (eds.) (2007) - *Las cetariae de Baelo Claudia. Avances de las investigaciones arqueológicas en el barrio meridional (2000-2004)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.
- Barata, F. (1998) - *Miróbriga: Urbanismo e Arquitectura*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. Disponível em: https://www.academia.edu/807569/Mir%C3%B3briga_Arquitectura_e_Urbanismo [Consultado a 10.12.2021].
- Batata, C. (1997) - *As origens de Tomar. Carta Arqueológica do Concelho*. Tomar: Centro de Estudos e Protecção de Património da Região de Tomar.
- Batata, C. (2013) - *Seilium*, Cidade Romana, na Tomar dos Dias de Hoje. In Cruz, A. R.; Graça, A.; Osterbeek, L.; Rosina, P., eds. - *1º Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo. Homenagem a José da Silva Gomes*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar (col. *Arkeos*; 34), pp. 207-215.
- Bernal, D.; Arévalo, A.; Aguilera, L.; Lorenzo, L.; Díaz, J. J.; Expósito, J. A. (2007) - IV, La topografía del barrio industrial. Baelo Claudia, paradigma de la industria conservera urbana Hispanorromana. In Arévalo, A.; Bernal Casasola, D., eds. - *Las cetariae de Baelo Claudia. Avances de las investigaciones arqueológicas en el barrio meridional (2000-2004)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, pp. 91-221.
- Bernardes, J. P. (2017) - Augusto e a (re)organização administrativa do Sul da Lusitânia. *Gérion*, 35. Madrid: Universidade Complutense de Madrid, pp. 399-415.
- Cardoso, G.; Encarnação, J. d' (1999) - Economia agrícola da região de Olisipo. O exemplo do lagar de azeite da uilla romana de Freiria. In Gorges, J-G.; Rodríguez Marín, F. G., eds. - *Économie et territoire en Lusitanie Romaine*. Madrid: Casa de Velázquez (*Colletion de la Casa de Velázquez*, 65), pp. 391-401.
- Carvalhinhos, M.; Mota, N.; Miranda, P. (2017) - Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: o lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o Miradouro de Santa Luzia. In Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R. B., eds. - *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Nov. de 2015)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 298-336.
- Correia, V. H. (2004) - Coexistência e revolução: Urbanismo e arquitectura em Conimbriga (séc. I a.C. - III d.C.). In Lopes, M. C.; Vilaça, R., coords. - *O passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, pp. 261-298.
- Correia, V. H. (2018) - *Emerita* e as cidades na origem da Lusitânia. In Nogales Basarrate, T., Barrero Martín, N., coords. - *La fundación de Augusta Emerita y los orígenes de Lusitania*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, Fundación de Estudios Romanos (col. *Monografías Emeritenses*; 11), pp. 174-188.
- De Nardis, M. (1994) - *The writings of the Roman Land Surveyors: technical and legal aspects*. London: University College (PhD Thesis).
- Dopico Caínzos, M. D. (1986) - *Los conventus iuridici*. Orígenes, cronología y naturaleza histórica. *Gérion*. Madrid: Universidad Complutense. 4, pp. 265-283.
- Eckstein, A. M. (1979) - The Foundation Day of Roman "Coloniae". *California Studies in Classical Antiquity*. University of California Press. 12, pp. 85-97. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25010742?origin=JSTOR-pdf> [Consultado a 24.02.2019].
- Emmerson, A. L. C. (2020) - *Life and Death in the Roman Suburb*. Oxford: Oxford University Press.
- Encarnação, J. d' (1984) - *Inscrições romanas do Conuentus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia.

Encarnação, J. d' (1984-88) - Aureliano homenageado em *Mirobriga*. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 10, pp. 103-109.

Encarnação, J. d' (1996) - Problemas em aberto na epigrafia mirobriguense. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. 35, pp. 129-146.

Étienne, R. (1997) - Postface. In Étienne, R.; Mayet, F., eds. - *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française*. Paris: Ed. De Boccard, pp. 275-277.

Falcão [Murzello], F. B. (1931-1932) - Memórias da Antiga Miróbriga (segundo manuscrito do século XVIII). In Costa, M. P. da, dir. - *Nossa Terra*. Santiago do Cacém: Empresa Nossa Terra, n.º 10 (22-11-1931), pp. 2-3; n.º 12 (25-12-1931), p. 4; n.º 14 (17-01-1932), p. 2-3; n.º 17 (28-02-1932), p. 2; n.º 18 (13-03-1932), p. 3; n.º 20 (10-04-1932), p. 3; n.º 21 (24-04-1932), p. 2; n.º 23 (22-05-1932), p. 3; n.º 28 (31-07-1932), p. 2.

Felício, C. (2019) - *Gestão de resíduos em Mirobriga - O sistema de saneamento (sécs. I-IV d.C.)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de Mestrado).

Felício, C.; Sousa, F. (2022) - Drainage, sanitation, and wastewater management in the Roman town of Mirobriga (Santiago do Cacém, Portugal). In Lebre, J.-B.; Agusta-Boularot, S., dirs. - *La gestion des eaux indésirables dans le Monde Romain* (Révue Archéologique de Narbonnaise; 54-55). Montpellier: Presses Universitaires de La Méditerranée, pp. 263-283.

Ferreira, F. A. R. B. (1962) - *Diário das Escavações Sistemáticas na Praça da Figueira, em Lisboa*. Lisboa: Junta Nacional da Educação (manuscrito - exemplar policopiado a partir de microfilme em depósito no CAL).

Filipe, V.; Leitão, M.; Leitão, V.; Neto, N.; Rebelo, P.; Ribeiro, R. (2020) - As muralhas de *Felicitas Iulia Olisipo*. In Fabião, C., coord. - *Felicitas Iulia Olisipo. A morfologia urbana*. Lisboa: Caleidoscópio / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 49-71.

Gaspar, A.; Gomes, A. (2007) - As muralhas de *Olisipo* - O troço junto ao Tejo. In Rodriguez Colmenero, A.; Rodá de Llanza, I., eds. - *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio. Lvcvs Avgvsti como paradigma. Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29.XI.2005)*. Lugo: Museo Provincial de Lugo, pp. 687-697.

Gros, P. (1996) - *L'Architecture romaine du début du IIIe siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire. 1. Les monuments publics*. Paris: Picard.

Guerra, A. (1995) - *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri.

Guerra, A. (2003) - Algumas Notas sobre o Mundo Rural do Território Olisiponense e as suas Gentes. In Santos, A. R.; Rodrigues, N. S.; Resende, T. K.; Guerra, A., eds. - *Mundo Antigo Economia Rural*. Lisboa: Colibri, pp. 123 -150.

Guimarães, R.; Silva, R. B. (2017) - Um contexto cerâmico e vítreo da primeira metade do séc. III d.C. do Palácio dos Condes de Penafiel (Lisboa). In Arnaud, J. M.; Martins, A., eds. - *Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1279-1291.

Johnson, S. (1983) - *Late Roman Fortifications*. London: Batsford.

Liou-Gille, B. (1993) - Pomerium. *Museum Helveticum*. Basel: Schwabe Verlagsgruppe AG. 50-2, pp. 94-106.

Lopes, M. C. (2000) - *A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Iulia*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/582> [Consultado a 25.11.2003].

Lopes, M. C. (2003) - *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Iulia*, Coimbra: Universidade de Coimbra, Instituto de Arqueologia.

López Melero, R. (1997) - Enterrar en Urso. *Studia Historica. Historia Antigua*. Salamanca: Universidad de Salamanca. 15, pp. 105-118.

Martineau, B. (2003) - Les *libertii* dans la cité d'Olisipo". In Armani, S.; Martineau, B.; Stylow, A., eds. - *Epigrafia y Sociedad en Hispania durante el Alto Imperio: estructuras y relaciones sociales*. Alcalá, Madrid: Universidad de Alcalá, Casa de Velázquez (*Acta Antiqua Complutensia*, IV), pp. 193-202.

- Molina Mahedero, J. A.; Valdivieso Ramos, A. (2007) - Aportaciones sobre la evolución de las murallas de la Córdoba Romana a partir de los datos arqueológicos. *Romula*. Sevilla: Universidad Pablo Olavide. 6, pp. 29-50.
- Mota, N.; Carvalhinhos, M.; Miranda, P. (2018) - A “cerca velha” de Lisboa na Antiguidade Tardia e Idade Média: novas leituras a partir das fontes arqueológicas. In Andrade, A. A.; Tente, C.; Silva, G. M. da; Prata, S., eds. - *Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*. Lisboa e Castelo de Vide: IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide (col. *Estudos*, 18), pp. 495-519.
- Mota, N.; Grilo, C.; Almeida, R.; Filipe, V. (2017) - Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de Olisipo. A intervenção arqueológica na Rua de São Mamede (via pública - 19), Santa Maria Maior, Lisboa. *Círa Arqueologia*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 5, pp. 149-206.
- Mota, N.; Martins, P. V. (2020) - A estrutura urbana da cidade portuária. In Fabião, C., coord. - *Felicitas Iulia Olisipo. A morfologia urbana*. Lisboa: Caleidoscópio / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 29-45.
- Peça, P.; Bolila, C.; Granja, R.; Rebelo, P. (2021) - Calçada do Lavra: testemunho da variabilidade de rituais funerários em época romana. In Silva, R. B., coord. - *Felicitas Iulia Olisipo. Para Além desta vida: Memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 75-83.
- Pessoa, M. (1991) - *A muralha augustana de Conimbriga*. Coimbra: Ed. Autor.
- Quaresma, J. C. (2003) - Terra sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Mirobriga?). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (col. *Trabalhos de Arqueologia*, 30).
- Quaresma, J. C. (2012) - *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Lisboa: UNIARQ (col. *Estudos e Memórias*, 4).
- Reis, S. H. (2018) - Epigrafia funerária na Hispania Romana: Uma revisão à prática da Indication de *Pedaturae* nos *Tituli Sepulcrales*. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. 57, pp. 97-138.
- Ribeiro, J. C. (1994) - Felicitas Iulia Olisipo - Algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II série. 3, pp. 75-95.
- Rodríguez-Almeida, E. (1983) - I confini interni della ‘regio V’, Esquiliae, nella ‘Forma Urbis Marmorea’. In Sartorio, G. P.; Quilici, L., org. - *L’archeologia in Roma capitale tra sterro e scavo*. Catálogo. Venezia: Marsilio Editori, pp. 106-115.
- Richardson, L. (1992) - *A new topographical dictionary of Ancient Rome*. London & Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Sennett, R. (1996) - *Flesh and Stone: The body and the city in Western Civilization*. New York & London: Norton and Company.
- Silva, A. V. da (1944) - *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a história da Lisboa Romana*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Silva, R. B. (2000) - As sepulturas da Calçada do García e o urbanismo de Olisipo. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*. Almada: Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus (Col. *Monografias Arqueologia*), pp. 193-205.
- Silva, R. B. (2005) - *As “marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C.- séc. II d.C.)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Tese de mestrado). Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/8130>
- Silva, R. B. (2012) - *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (tese de doutoramento). Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/9472>
- Silva, R. B. (2014) - Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Lisboa): as evidências do período romano. In Fabião, C.; Pimenta, J., eds. - *Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo (Círa Arqueologia; 3)*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 178-199.

Silva, R. B. (2015) - O contexto Alto-Imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): Vidros, cerâmicas e análise contextual. In Quaresma, J. C.; Marques, J. A., eds. - *Contextos estratigráficos na Lusitania. Do Alto Império à Antiguidade Tardia*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (col. *Monografias AAP*, 1), pp. 41-67.

Silva, R. B. (coord.) (2021) - *Felicitas Iulia Olisipo. Para Além desta vida: Memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio / Câmara Municipal de Lisboa.

Teichner, F. (2021) - Mirobriga (Santiago do Cacém, Alentejo, Portugal) como caso paradigmático das «pequenas cidades» da Hispania romana: algumas reflexões. *Anas*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. 34, pp. 55-86.

Vaquerizo Gil, D. (coord.) (2001) - *Funus Cordobensium- Costumbres Funerarios en la Cordoba Romana*. Córdoba: Seminario de Arqueología, Universidad de Córdoba.

Vaquerizo Gil, D. (2019) - Planificación topográfica en las necrópolis de *Colonia Patricia* (ss. I a.C.-II d.C.). *Madri-der Mitteilungen*. Wiesbaden: Reichert Verlag. 60, pp. 417-421.

Vaquerizo Gil, D. (2020) - Parcelaciones funerarias en necrópolis cordubenses. Reflexiones a partir de dos hallazgos recientes. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. 93, pp. 147-172.

Vargas Cantos, S.; Moreno Almenara, M. (2002-2003) - Análisis de un contexto cerámico en el sector meridional de la Colonia Patricia Corduba. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba: Universidad de Córdoba. 13-14, pp. 201 - 227.

Vieira, V. N.; Neto, N.; Casimiro, S.; Frazão, V.; Santos, R. (2021) - Rua do Paraíso. Os monumentos funerários: um *columbarium* de *Olisipo*. In Silva, R. B., coord. - *Felicitas Iulia Olisipo. Para Além desta vida: Memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 125-127.

Vives y Escudero, A. (1924) - *La Moneda Hispánica. Atlas*. Madrid: Real Academia de la Historia.

Permanência e mudança: a matéria da morte em Lisboa, na transição para a Alta Idade Média

Paulo Almeida Fernandes¹

RESUMO

Durante séculos, vigorou a regra romana de interdição de sepultamento dentro das cidades, ou no interior de áreas mais densamente ocupadas. Esta imposição, que cessou oficialmente no tempo de Flávio Valério Leão (imperador entre 457 e 474), não foi substituída por normas orientadoras coerentes por parte da hierarquia religiosa cristã. Uma tal indefinição doutrinária motivou a existência de práticas sepulcrais diversas, ao sabor de opções familiares, locais ou regionais.

A caracterização da dimensão funerária paleocristã no ocidente peninsular parte de uma dupla evidência hoje mais bem conhecida: por um lado, o deliberado afastamento simbólico das necrópoles pagãs; por outro, a aproximação a outras marcas prestigiantes no território, às quais os primeiros cristãos pretenderam associar a memória dos seus entes queridos.

A diversidade de opções relativamente ao lugar de sepultura foi apenas uma das novidades introduzidas pelo cristianismo. Na nova paisagem religiosa da Alta Idade Média cresceu, vagarosamente, o gosto pela tumulação *ad sanctos* (em associação a uma igreja que continha relíquias). Mudou também a forma das sepulturas, a dimensão epigráfica da memória dos tumulados e os objetos que acompanharam a deposição, propiciadores de uma serena travessia para o Além. No entanto, haveriam também de passar vários séculos até que os cristãos perdessem definitivamente o costume de partilhar refeições com os seus mortos, ou que abandonassem a medida preventiva de colocação de uma moeda na sepultura para pagamento do óbolo a Caronte...

Avanços recentes no conhecimento do território olisiponense ajudam a compreender as permanências e as mudanças próprias deste período – um tempo de transição, entre uma realidade histórica pagã que se pretendia afastar, e uma nova era de afirmação do cristianismo, para a qual a mentalidade da morte não havia ainda criado caminhos seguros.

Palavras-chave: Lisboa (*Olisipo*), Alta Idade Média, morte, paleocristão, visigótico.

ABSTRACT²

For centuries, the Roman interdiction of burials within cities or densely populated areas was enforced. This imposition, which officially ceased during the time of Flavius Valerius Leo (Emperor between 457 and 474), was not replaced by coherent guiding norms dictated by the Christian religious hierarchy. Such doctrinal uncertainty led to the existence of diverse burial practices, influenced by familial, local, or regional choices.

The characterization of the Paleochristian funerary dimension in Western Iberia derives from dual evidence that is now better understood: on one hand, the deliberate symbolic distancing from pagan necropolises; on the other, the approximation to other prestigious landmarks in the territory, with which the early Christians intended to associate the memory of their loved ones.

The range of options regarding burial places was just one of the novelties introduced by Christianity. In the new religious landscape of the High Middle Ages, there was a slow-increasing preference for *ad sanctos* burials (in association with a church containing relics). The form of graves also changed, along with the epigraphic dimension of the memory of the deceased, and the objects accompanying the body, which

¹ Museu de Lisboa; Instituto de História da Arte da NOVA FCSH.

² Tradução de Erica Cunha Alves.

enabled a serene journey to the Afterlife. However, it would take several centuries for Christians to definitively abandon the custom of sharing meals with their dead or the preventive measure of placing a coin in the grave as Charon's obol...

Recent advances in the knowledge of the Lisbon territory help to understand the continuities and changes that characterised this period – a time of transition between a pagan historical reality people wanted to distance themselves from, and a new era of affirmation for Christianity, for which the mentality of death had not yet forged secure paths.

Keywords: Lisbon (Olisipo), Early Middle Ages, death, paleochristian, Visigothic.

INTRODUÇÃO. OS MODELOS EXPLICATIVOS

O tema deste texto liga-se naturalmente às muitas mudanças ocorridas em *Olisipo*, e, em geral, no antigo mundo romano, resultantes da progressão do cristianismo e da emergência de estruturas de poder mais vinculadas à Alta Idade Média do que à Antiguidade Clássica.

A abordagem à forma como a morte foi encarada e resolvida na transição para um mundo exclusivamente cristão encontra dificuldades ainda inultrapassáveis para grande parte dos contextos urbanos e rurais. Por um lado, não existem vestígios materiais inequívocos a respeito da vivência dos primeiros cristãos, ainda romanos; por outro, só muito recentemente se reuniram dados para construir primeiras tentativas de síntese, ainda que mais alicerçadas em modelos explicativos e menos em informações resgatadas por via arqueológica e debatidas em quadros comparativos regionais e sincrónicos.

Os modelos explicativos estabelecem tendências próprias de largas diacronias e círculos geográficos dilatados. Paradoxalmente, um dos pontos de partida é a grande diversidade de opções que as mais antigas comunidades cristãs da Europa ocidental encontraram para sepultar os seus mortos. Vejamos as principais tendências.

Ao contrário dos campos mortuários pagãos, concentrados no exterior das cidades, o cristianismo impôs uma progressiva aproximação dos espaços dos mortos em relação aos âmbitos dos vivos, naquilo que, mais tarde, se caracterizará como uma espécie de promiscuidade medieval. Essa deslocalização das necrópoles para próximo de áreas residenciais não ocorreu ao mesmo tempo, nem em todo o antigo império romano ocidental. Houve passos intermédios, opções questionavelmente estranhas, manifestações isoladas sem razão aparente. No último século romano, quando os cemitérios estavam ainda concentrados no exterior das cidades, foi natural que esses espaços periféricos comesçassem a atrair as atenções mortuárias dos primeiros cristãos, havendo mesmo casos de convivência entre pagãos e cristãos (Johnson, 1997, pp. 50-51).

A cristianização de antigas necrópoles imperiais parece encontrar eco também no futuro território português. À saída da antiga cidade romana de *Bracara Augusta*, ergueram-se as basílicas de São Vicente, São Vítor e São Pedro de Maximinos, em torno das quais se estruturaram necrópoles paleocristãs. Para todas elas, a arqueologia ainda não confirmou a proximidade de cemitérios romanos, nem está fora de dúvida a atribuição cronológica destes templos ao início da Alta Idade Média. Todavia, a sua localização no exterior da urbe, ao longo de vias de particular importância, e os resultados das escavações em São Vítor, onde se documentou uma área sepulcral com aparente origem no final do império (Lemos, 2001, p. 19), são fortes indicadores acerca da continuidade cristã de anteriores cemitérios romanos (Ribeiro, 2008, pp. 304-308).

Continuidade é também o que se identifica nas primeiras fases de cristianização de Mértola, onde a grande necrópole imperial da Achada de São Sebastião foi também o chão para os primeiros cristãos no século IV. Entre as sepulturas identificadas, realça-se o enterramento de uma criança acompanhada por um pendente de ouro em forma de crismon (Lopes, 2013, pp. 434 e 440). Em Mértola, só mais tarde se registou a deslocalização funerária, como se verá.

Outra questão que ainda não encontrou resposta satisfatória para grande parte das antigas cidades romanas relaciona-se com a forma como se terá processado a escolha de novos lugares para a tumulação, uma vez perdida a unidade imperial. Sendo a cidade novo cenário de enterramento, é natural que alguns edifícios romanos, perdidas as suas originais funções, tenham acabado por atrair a escolha dos cristãos, em busca de locais prestigiantes e dignos para sepultar os seus entes queridos.

Conímbriga é um caso interessante para perceber como o centro das cidades se tornou cenário sepulcral. Até ao momento, foram identificadas seis áreas de necrópole no perímetro da antiga cidade romana, consistentes com a presença dos primeiros cristãos, mas apenas uma associada à primeira basílica cristã. Apesar das dúvidas cronológicas que todos estes cemitérios motivam, tal significa que a simples existência de um edifício religioso não polarizou a totalidade das opções funerárias durante várias gerações.

Outra tendência revelada pelas escavações em Conímbriga é a progressiva ocupação do espaço protegido pelas muralhas, áreas onde também se concentrou a ocupação residencial a partir de finais do século III. De acordo com uma recente síntese (Farinha, 2021, pp. 319-320), a mais antiga área tumular implantou-se na Casa dos Esqueletos, antiga residência urbana destruída pela construção da muralha e que ficou no exterior do sistema defensivo conimbrigense. Algum tempo depois, uma parte do fórum recebeu enterramentos, circunstância interpretada por alguns autores como indício de uma ainda duvidosa adaptação do templo do fórum a igreja (Man, 2005, p. 2; Correia e Farinha, 2021, pp. 366). Só mais tarde se terá estruturado a necrópole da basílica. Esta, todavia, terá convivido com outros cemitérios, bem como com alguns enterramentos marginais em antigas *tabernae* e numa zona a sul do anfiteatro. A dispersão sincrónica é uma evidência em Conímbriga, tal como a progressiva utilização de espaços aparentemente abandonados, situados paredes meias com âmbitos residenciais.

De forma progressiva, é possível reconhecer um afastamento deliberado das necrópoles romanas, consideradas indignas de receber sepulturas cristãs, numa busca de diferenciação ideológica. Este processo testemunha-se apenas a partir do século V, quando os sistemas urbanos imperiais estavam já em desestruturação. Ainda que não esteja esclarecido, é também possível que esta opção tenha tido um fundo doutrinário.

A *uilla* de Milreu ilustra bem esta tendência. O templo pagão foi transformado em edifício de culto cristão, possivelmente ainda no século V (Bernardes, 2012, p. 24), embora outras opiniões situem essa transformação na centúria seguinte. Não se tratou, todavia, de uma linear adaptação. Houve um passo intermédio. Quando o templo pagão perdeu a sua função, foi usado como necrópole cristã e, só mais tarde, se associou a este cemitério uma igreja. Na era imperial, Milreu dispôs de duas áreas sepulcrais: uma era destinada a albergar os restos mortais da família proprietária; a outra reuniu os enterramentos dos trabalhadores rurais, era uma necrópole comum, situada a cerca de 300 metros da *pars urbana*, já depois de ultrapassada a pequena ribeira que estruturava a *uilla*. Nos finais do século IV, quando os primeiros cristãos ali estabelecidos pretenderam enterrar os seus mortos, não escolheram qualquer das duas necrópoles pré-existentes. Optaram, sim, pela periferia do templo, não a sua *cella*, mas uma área perimetral (Bernardes, 2017, pp. 374-376). Idêntica solução foi observada no templo da *uilla* de São Cucufate e indícios semelhantes existem em outras unidades de povoamento no sudoeste peninsular tardo-antigo.

Milreu fornece mais dados a respeito das permanências rituais. Algumas sepulturas cristãs foram realizadas com materiais romanos reaproveitados e outras apresentam o característico formato em *mensa*, tendo-se resgatado, do seu interior, jarrinhos e vasilhas. Estes factos denunciam a manutenção de antigos costumes romanos de comensalidade e auxílio ao trânsito da alma no percurso além-túmulo dos tumulados. Mudou a localização do campo mortuário, mas alguns rituais observados eram ainda assumidamente herdeiros de tradições pagãs.

Já a reutilização do templo dedicado às divindades aquáticas do território de Ossónoba merece mais comentários. A sua transformação em basílica cristã justificou-se para monumentalizar e integrar o cemitério. Não foi a necrópole a associar-se a um templo cristianizado, de resto uma raridade na transição do paganismo para o cristianismo, dadas as evidentes dificuldades em transformar templos pagãos em cristãos. Os primeiros eram usufruídos por um número restrito de pessoas, com condições bastante controladas de acesso. Os segundos, não obstante a progressiva compartimentação ditada pela liturgia (sobretudo em

solo hispânico), requeriam espaços amplos, próprios para uma assembleia de crentes, reunidos em comunidade. Este facto é importante para contrariar a ideia pré-concebida de conversão natural de templos pagãos em cristãos, teoria que a arqueologia tem desmontado (Ripoll e Arce, 2015, p. 349; López Quiroga e Martínez Tejera, 2006, pp. 141-147, entre outros).

O afastamento entre necrópoles pagãs e cristãs testemunha-se em mais locais do atual território português. Em Silveirona, o cemitério cristão implantou-se a cerca de 300 metros do campo mortuário romano, ao que parece seguindo o alinhamento de um edifício (uma basílica?), embora não tenha sido resolvida a relação estratigráfica entre área funerária e âmbito arquitetónico (Fabião, Dias e Cunha, 2008, p. 44). Neste local, as mais antigas epígrafes funerárias datam de início do século VI, época a que pode também atribuir-se criticamente algum espólio escultórico de carácter religioso aplicado à compartimentação do edifício.

A pré-existência de uma necrópole cristã como fator condicionador da construção de basílicas depreende-se também em Tróia. A mais recente interpretação da estratigrafia associada ao sítio onde se ergueu a basílica realçou o facto de as cetárias de uma anterior oficina de salga de peixe e vestígios de âmbito residencial terem sido transformados em área cemiterial numa altura avançada do século IV. Só depois de estruturado o campo mortuário é que se ergueu a basílica (Pinto *et al.*, 2019, pp. 387-390), possivelmente como forma de monumentalizar o cemitério. Ao longo das várias fases de vida deste edifício, o solo basilical recebeu também enterramentos, todos posteriores à construção das paredes da basílica. Durante várias gerações, no adro e no interior do templo, optou-se sistematicamente por sepulturas em *mensa*, o que demonstra a continuidade de antigas práticas de comensalidade ritual ao longo de vários momentos de vida cristã local.

A basílica de Tróia não concentrou, todavia, todas as opções mortuárias da comunidade local. Surpreende, mesmo, a dispersão de marcas funerárias ao longo da estreita península habitada na transição para a Idade Média. Na Ponta do Verde, escavada em 2011 após uma destruição parcial provocada pelo avanço das águas do Sado, identificou-se uma sepultura cristã a que se associava uma superfície mural pintada com cruzeiros e dois alfas, possivelmente o que restava de um mausoléu. Tinha também o formato em *mensa*, tipologia que parece ter caracterizado a quase totalidade dos enterramentos cristãos em Tróia até ao século VI, baliza cronológica terminal sugerida para a pintura mural de cruzeiros com alfas (Pinto *et al.*, 2014, p. 121).

Em alguns casos, foi a existência de uma igreja, ou uma basílica a determinar a proximidade do cemitério. Parece ter sido esse o caso de Mértola, onde a comunidade cristã se afastou da primitiva necrópole da Achada de São Sebastião para zonas mais próximas do centro urbano. Os dois locais escolhidos terão sido determinados pela existência de igrejas. Não há dúvidas sobre a basílica do Rossio do Carmo, edifício que concentrou a busca por enterramentos privilegiados das comunidades mertolenses (latina, oriental e judaica) entre os séculos V e VI. Todos os enterramentos foram posteriores à entrada em funcionamento da igreja, uma vez que nenhuma sepultura interfere com as paredes do edifício (Macias, 1993, p. 54). E é possível que idêntica solução tenha sido encontrada para a necrópole do cineteatro Marques Duque, onde existiu a igreja de Santo António (cuja cronologia não foi determinada) e se registou arqueologicamente um campo mortuário com ocupação entre os séculos IV e VIII (Lopes, 2013, p. 454).

Noutros casos, surpreende a aparente negligência com que os corpos foram depositados, sem consciência de grupo, de cemitério, de aparente proximidade em relação a âmbitos religiosos estruturantes. A dignidade que qualquer enterramento pressupõe – sobretudo para aqueles que eram batizados e haviam terminado os seus dias por uma boa morte, esperada e preparada, ocorrida na velhice e nunca em idade prematura – por vezes parece ser questionável para quem, em teoria, aguardaria a ressurreição.

Doutrina e ritual. Começar a encontrar respostas

Pagãos e cristãos partilharam visões e rituais sobre a morte, mas, ideologicamente, registaram-se substanciais diferenças logo desde a primeira hora. Os antigos romanos entendiam os seus mortos como espíritos, sombras que tanto podiam proteger os entes queridos como perturbá-los. Caso fossem recordados com carinho e com gestos públicos e familiares constantes (sacrifícios, libações, banquetes...), os falecidos sentir-se-iam bem nas suas dignas sepulturas e protegeriam os descendentes. A morte era preparada, conferindo-se particular cuidado ao trânsito da alma rumo ao Eliseu. Ao defunto era fornecida uma moeda, pois teria de pagar a travessia do rio Aqueronte na barca de Caronte, figura mitológica herdada da cultura helénica. Para além disso, a sepultura continha uma série de óleos e perfumes destinados ao auxílio do percurso e ao bem-estar do falecido.

Ao contrário deste entendimento geral, para os cristãos, o corpo, uma vez morto, estava em estado dormente na sepultura, aguardando o dia da ressurreição. O estado de falecido não equivalia a um sono eterno, mas sim à espera do dia do Juízo Final e pelo derradeiro chamamento de Deus. A morte era o início da verdadeira viagem de regresso à casa de origem, uma jornada acompanhada por anjos e outros habitantes celestiais (Bastos, 1994, p. 47). Muitas vezes, essa viagem era entendida como um percurso realizado por barco, em que a alma do defunto era conduzida por Cristo ou por anjos, um pouco à semelhança de Caronte. Por essa razão, foi muito enraizado o costume de colocação de moedas para pagamento do óbolo de Caronte, crença popular testemunhada em várias necrópoles ao longo da Idade Média, onde se encontraram moedas na boca ou fechadas nas mãos dos tumulados. Para a época e a geografia abordadas neste artigo, esta prática foi testemunhada em Talaíde, Cascais (Cardoso e Cardoso, 1995, p. 408).

Para que tal viagem fosse coroada de sucesso e para que o corpo ressuscitasse no último dia da humanidade, era fundamental que a morte fosse preparada.

O primeiro passo era a administração do viático, comunhão dada aos moribundos destinada a apaziguar os assuntos da vida e a fornecer provisões para a viagem até à Casa de Deus. Havia a noção de que essa viagem poderia ser difícil e atribulada, pelo que o alimento espiritual fornecido pelo viático tornaria a jornada mais pacífica (Mattoso, 1994, p. 59). Para o cristianismo emergente, já não era necessária a moeda para o pagamento a Caronte. A administração da extrema-unção libertava o defunto dos pesos de uma vida, e, em lugar da moeda, colocava-se uma hóstia na sua boca. Este ponto de vista ideológico e diferenciador, todavia, não dispensou, em muitas comunidades, a crença popular no pagamento do óbolo, como se viu.

Os rituais da morte e enterramento tinham também aspetos herdados do paradigma pagão. Uma vez consumado o óbito, fechavam-se os olhos e a boca e alongavam-se os membros. Para muitos cristãos, havia a ideia de que a alma ia abandonando a matéria corpórea à medida que os membros esfriavam. O corpo, nu, era então sujeito a uma lavagem ritualista com água morna, assim simbolicamente restituindo o corpo à sua pureza original, «sem a qual não é possível abordar o Além» (Torres e Macias, 1994, p. 28). Seguiu-se o amortalhamento, com peças de roupa branca e a colocação de cânfora nos orifícios para que estes ficassem fechados e não permitissem uma tentativa desesperada do espírito em regressar ao corpo.

O funeral, entendido como ato de piedade, era o passo seguinte, depositando-se o cadáver com a cabeça voltada a poente, para que, uma vez ressuscitado, pudesse contemplar o nascer do sol no dia do Juízo Final. Em alguns casos, foi registada a deposição em padiolas ou caixões de madeira, como na necrópole da Achada de São Sebastião. Para auxiliar ao trânsito da alma, começou-se a generalizar o cortejo fúnebre, formado pela comunidade de crentes. A seu tempo, a lamentação desordenada dos familiares deu lugar ao cântico dos salmos, prática já assumidamente declarada no 3.º Concílio de Toledo (589), e, a seu tempo, ao sufrágio das almas que visava libertá-la dos pecados que ainda pudessem pender sobre ela.

Depois de morto, o corpo era apenas uma cápsula vazia.

Apesar do cuidado com a preparação da morte e não obstante o papel que a ressurreição da carne desempenhava no ideário cristão, a Igreja demorou muito tempo a doutrinar a matéria da morte. Questões tão importantes como a definição do recinto sagrado que constituíam as áreas de enterramento autorizadas, ou o abandono de práticas pagãs foram secundarizadas. Por um lado, um número importante

de autores desvalorizou a morte. Para Santo Agostinho, «mais importante que o local onde se deposita o corpo é o que se fez com ele em vida», ou seja, «os méritos dos mortos não são determinados pelos lugares onde se encontram os seus corpos, mas pelas disposições em que se encontram as suas almas» (Bernardes, 2017, p. 372). Este posicionamento foi alterado ao longo do tempo. No século VII, Santo Isidoro de Sevilha já estipulava a unicidade do cemitério, «de forma que aqueles que vivam em conjunto na unidade da caridade, estejam reunidos na morte num único lugar» (Bernardes, 2017, p. 373). Por outro lado, é natural que a distância (também canónica) entre mundo urbano e rural tenha dificultado a difusão das determinações eclesiais.

Fosse como fosse, certo é que o longo tempo de indefinição favoreceu a manutenção de práticas pagãs, longamente observadas pelas comunidades e enraizadas no espírito coletivo. Os banquetes e os sacrifícios foram condenados no 2.º Concílio de Braga, o que pressupõe uma prática constante bem avançado o século VI, tal como se observa pela grande quantidade de sepulturas em *mensae* atestadas no território hoje português. Também o hábito de deposição de lacrimários e pequenos recipientes para alimentos e perfumes no interior das sepulturas foi um gesto recorrente, como a escavação da necrópole da Achada de São Sebastião provou (Lopes, 2013, p. 438).

Casos excecionais foram os enterramentos de mártires. Em inícios do século IV, durante as chamadas perseguições de Diocleciano, o cristianismo ganhou vários mártires para a sua história. Normalmente, estes santos ganharam sepultura condigna e monumentalizada, dada a sua especial relevância para o cristianismo emergente. O hábito de enterramento nas proximidades destes locais ganhou terreno, pois acreditou-se que a proximidade física em relação aos corpos santos garantia proteção aos tumulados e à sua alma na viagem além-túmulo, até ser proibido pelo 1.º Concílio de Braga (561) (Bastos, 1994, p. 50). O caso mais excecional e próximo de Lisboa ocorreu em Mérida, onde o enterramento da mártir Santa Eulália, possivelmente num mausoléu do século IV, levou à destruição de anteriores âmbitos residenciais romanos e à estruturação de uma grande necrópole paleocristã, sucessivamente ampliada nos séculos seguintes (Mateos Cruz, 1999, pp. 52 e 181).

Lisboa: na periferia do debate

Para *Olisipo*, o problema do enterramento dos primeiros cristãos era um tema escassamente abordado até ao projeto *Lisboa Romana* e ao volume coordenado por Rodrigo Banha da Silva (2021). Ainda assim, o conhecimento continua a ser diminuto e motiva mais perguntas do que dá a conhecer respostas.

Há duas grandes tendências para qualificar este período: por um lado, o abandono da epigrafia funerária, que só reaparecerá em períodos mais consolidados do domínio visigótico (século VI); por outro, uma assumida desmonumentalização, caracterizada por abundante reaproveitamento de materiais. A subtração de elementos pétreos na necrópole romana ocidental pode mesmo considerar-se como um sinal inequívoco de desestruturação do principal campo mortuário de *Olisipo*, no ocaso do império romano (Silva, 2021a, p. 28).

Até ao momento, a topografia alto-medieval da morte lisboeta caracteriza-se pela dispersão de enterramentos, por vezes apenas sepulturas individuais. Estas opções parecem ter sido determinadas mais pelo pragmatismo do que seguindo orientações doutrinárias e litúrgicas específicas. Ainda não se identificaram as grandes necrópoles paleocristãs, embora a manutenção parcial do vasto campo funerário da Praça da Figueira possa ser sugerida. Em todo o caso, os dados procedentes de Lisboa acrescentam mais exemplos a algumas tendências que corporizam os modelos explicativos dominantes, atrás elencados.

Tal como em Tróia, as antigas cetárias, uma vez desativadas, foram um recurso natural e de extrema facilidade para proceder ao enterramento de membros das comunidades cristãs, pois forneciam cavidades facilmente reutilizáveis. Num tanque de salga da Rua da Prata, desativado entre finais do século IV e início da centúria seguinte, registaram-se cinco enterramentos, embora nenhuma sepultura de adulto (Casimiro *et al.*, 2021, p. 121). Na Rua dos Correeiros temos informação de uma sepultura individual de um adulto, também numa cetária (Silva *et al.*, 2021, p. 139).

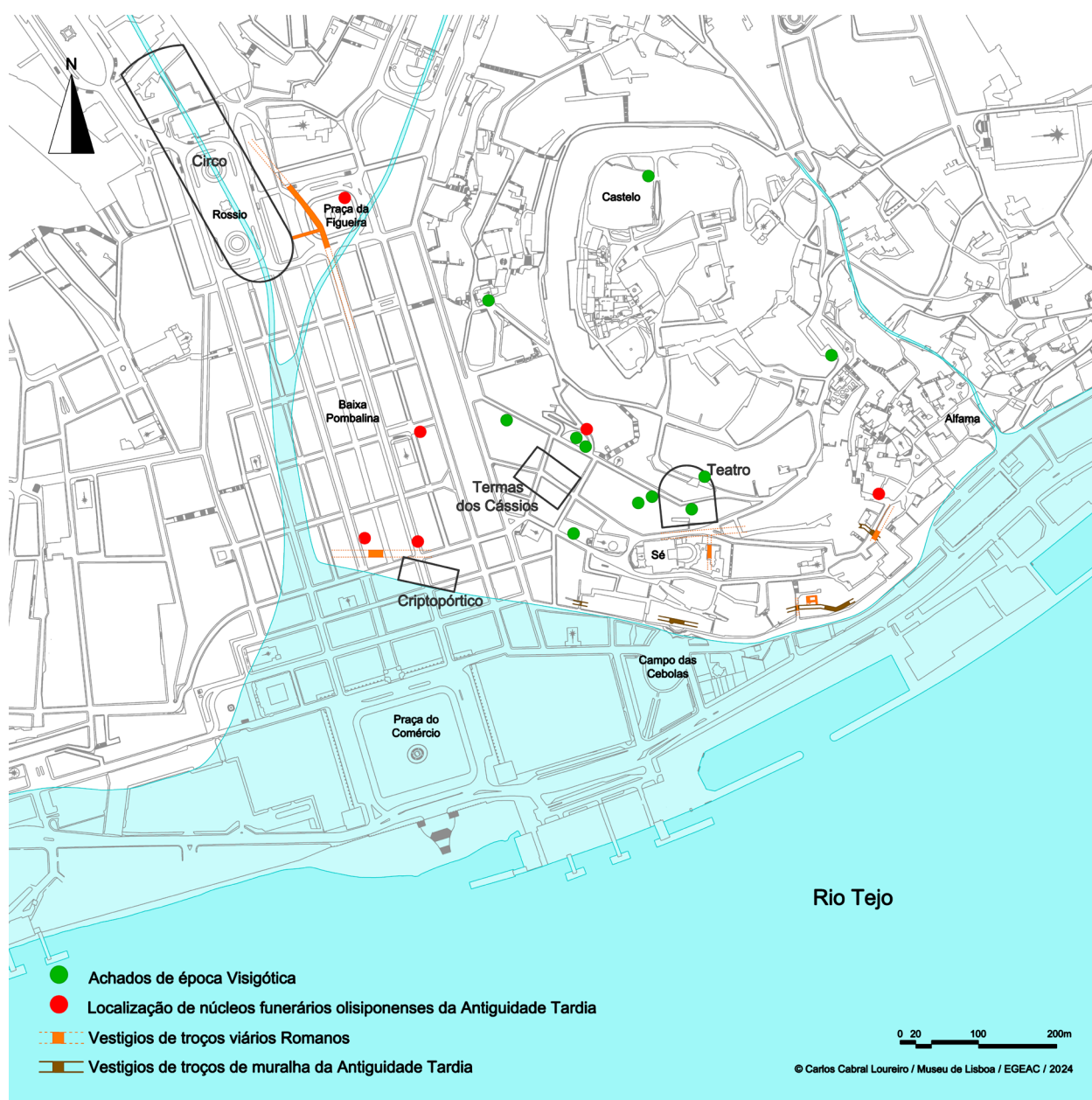


Fig. 1 – Mapa de *Olisipo*, assinalando-se a verde os locais onde se encontraram vestígios arquitetónicos e decorativos de época visigótica e a vermelho os locais de enterramento atribuíveis à Alta Idade Média.

Carlos Cabral Loureiro e Paulo Almeida Fernandes, Museu de Lisboa, 2024

Outra opção pragmática foi ditada por passos do ritual aplicado aos defuntos. A lavagem integral para posterior amortalhamento favoreceu a prática deste ritual nas antigas termas dos Cássios, também elas já desativadas. E é possível que idêntica solução tenha ocorrido nas termas da Rua da Adiça (Filipe e Santos, 2020, p. 84). As termas proporcionavam água em abundância e facilitavam o ritual purificador para a preparação do trânsito da alma. A presença da água na viagem além-túmulo era também uma crença bem enraizada. Há casos mais evidentes desta relação, como sucedeu no Monte da Cegonha, basílica cristã de carácter funerário, construída precisamente sobre antigas termas romanas desativadas (Alfênim e Lopes, 1995, pp. 390-391; Real, 2000, p. 30).

Finalmente, registam-se enterramentos ocasionais, ditados pela condição infantil dos tumulados. Na Praça da Figueira, numa fase situável pelos séculos V-VI, identificaram-se três enterramentos infantis (Casimiro, Prata e Silva, 2016, pp. 49-54). Um pouco mais a sul, na Rua de São Nicolau, ao que tudo indica aproveitando antigas oficinas de salga de peixe, enterraram-se adultos e crianças em cronologias

incertas, mas possivelmente no século VI. A escavação identificou ainda alinhamentos de alicerces que podiam corresponder a um âmbito arquitetónico privilegiado, mas os resultados não foram conclusivos (Casimiro *et al.*, 2021, p. 120).

Os dados resgatados em São Nicolau advertem para um dos silêncios na caracterização da Alta Idade Média lisboeta – a dúvida sobre a existência de necrópoles associadas aos primeiros templos cristãos da cidade. Apesar de a plena funcionalidade da diocese só parecer estar documentada muito tardiamente, já avançado o século VI, altura em que se regista uma mais estável lista de prelados e maior consistência dos vestígios materiais associados a igrejas (Fernandes, 2022, pp. 56-57), subsistem dúvidas sobre o carácter funerário dos templos ou dos seus adros. Um dos locais que poderia fornecer respostas para este assunto é o sítio de Santos-o-Velho, onde a tradição coloca o enterramento solene dos três mártires olisiponenses (Máxima, Júlia e Veríssimo), em inícios do século IV. Na topografia alto-medieval lisboeta, Santos-o-Velho é o único exemplo de enterramento privilegiado *ad sanctos*, pelo que é natural que se tenha gerado um campo mortuário em torno do primitivo templo, infelizmente ainda não identificado arqueologicamente. A análise aos restos osteológicos conservados na arca-relicário de Santos-o-Novo admite que tenha existido um reforço cultural a estes santos fundadores do cristianismo lisboeta no século VI (Antunes e Cunha, 1991, pp. 30 e 35), eventualmente uma *inuentio* das suas relíquias (Gouveia, 2007, p. 398), o que potenciará também a vontade dos crentes em inumar-se na proximidade daqueles restos sagrados.

Das mais antigas igrejas lisboetas, só a de São Mamede parece ter tido uma necrópole, ainda que os dados não sejam inequívocos. A escavação ali realizada permitiu identificar duas fases de carácter funerário. A primeira é composta por um único enterramento isolado, situável entre os séculos IV e V, e possivelmente mais ditada pela proximidade das termas dos Cássios (Silva, 2021c, p. 119). À segunda fase pertencem dois fragmentos de inscrições funerárias paleocristãs, datáveis do século VI, que foram reaproveitados numa sepultura tardia (pós-conquista de 1147). A proveniência exata destes fragmentos é desconhecida, embora se admita que possam pertencer a um cemitério local. Uma das sepulturas assinalava o enterramento de *Tessodis*, ou *Tesso* (Dias e Gaspar, 2006, p. 240). A outra integrava o início do característico formulário olisiponense *Depositio*, acompanhado por duas aves afrontadas em torno de uma estilizada Árvore da Vida. A essa mesma fase correspondem elementos decorativos associados à arquitetura, caracterizados por grande simplicidade decorativa que têm correspondência estilística com algum espólio secundário de Mérida sob domínio visigótico (Fernandes e Fernandes, 2014, pp. 233-235).

Todos os restantes templos não parecem, para já, evidenciar horizontes funerários associados. Por outro lado, a escassa epigrafia funerária não encontrou, até agora, relações diretas com âmbitos arquitetónicos específicos. A inscrição funerária de *Basilius* (Guerra, 2006, p. 290) surgiu na Praça Nova do Castelo de São Jorge, na proximidade de um local onde terá existido um templo, mas cujos vestígios materiais mais antigos correspondem à época moçárabe (Fernandes, 2018, pp. 65-67). Em Chelas, a inscrição de *Marturius* está descontextualizada e não é conhecido o âmbito arquitetónico que a enquadrava. Finalmente, na Praça da Figueira, local onde se registaram mais enterramentos, como vimos, surgiu uma lápide funerária de *Vicentius* (Silva, 2021b, pp. 112 e 115), porém também sem relação com um eventual templo.

Conclusão

Os dados relativos a Lisboa reforçam a sensação de dispersão, pragmatismo e ausência de regra que caracteriza grande parte dos enterramentos dos primeiros cristãos no ocidente peninsular. Contribuem também para ilustrar aquele longo tempo de indefinição doutrinária que a hierarquia religiosa levou até definir regras mais claras a respeito dos enterramentos e da estruturação de campos mortuários. Uma tão prolongada indefinição contrasta com os rituais da morte, notoriamente mais padronizados e observados pelas comunidades. No ideário cristão, fortemente marcado pela expectativa da ressurreição (também da carne), a maior parte dos muitos passos da extrema-unção, funeral e luto parecem ter sido seguidos desde uma época precoce, à exceção da eleição do local de sepultura.

É possível que a amostra relativa a Lisboa esteja condicionada por outros fatores. O carácter marginal de enterramentos infantis pode ser um desses casos, pois às crianças não deveriam ser reservadas sepulturas condignas, uma vez que as suas vidas haviam sido amputadas precocemente, assim se integrando no conceito de “má morte”. Subsistem também dados em sentido contrário, como se viu em relação ao enterramento de uma criança na necrópole da Achada de São Sebastião, em Mértola. Por outro lado, é um facto que ainda não se identificou uma grande necrópole paleocristã em Lisboa, o que garante aos dados até agora identificados estatuto secundário, cuja análise determina necessariamente conclusões provisórias.

Finalmente, ao contrário do que ocorre em outros locais do ocidente peninsular, e até em áreas próximas de Lisboa, os enterramentos até agora identificados pautam-se mais por um afastamento em relação aos âmbitos e rituais romanos. Não se registaram exemplos de comensalidade, de pagamento do óbolo a Caronte, nem de auxílio da viagem além-túmulo através de óleos e perfumes. Também neste ponto, os resultados obtidos em Lisboa parecem adquirir carácter provisório, uma vez que práticas continuadoras de antigos hábitos pagãos estão sobejamente documentadas em diferentes âmbitos da Alta Idade Média.

BIBLIOGRAFIA

Alfenim, R.; Lopes, M. C. (1995) – A basílica paleocristã do Monte da Cegonha. In *Actas da IV Reunião de Arqueologia Hispânica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans / Universitat de Barcelona / Universidade Nova de Lisboa, pp. 389-400.

Antunes, M. T.; Cunha, A. S. (1991) – *Santos mártires de Lisboa. Espólio osteológico de Santos-o-Novo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Bastos, M. R. (1994) – Testemunhos hispânicos sobre o mundo dos mortos nos séculos IV a VIII. In Mattoso, J., dir. – *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*. Lisboa: Sá da Costa, pp. 45-54.

Bernardes, J. P. (2012) – A cidade de Ossónoba e o seu território. *Anais do município de Faro*. Faro: Câmara Municipal de Faro. 37, pp. 11-26.

Bernardes, J. P. (2017) – A transformação do espaço funerário no ocidente entre os séculos IV e VI. Ambiguidades e *loci sepulturae* em espaços rurais do sul da Lusitânia: o caso dos templos. In Teixeira, C.; Carneiro, A., coords. – *Arqueologia da transição: entre o mundo romano e a Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 367-386.

Cardoso, G.; Cardoso, J. L. (1995) – A necrópole tardo-romana e medieval de Talaíde (Cascais). Estudo Preliminar. In *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans / Universitat de Barcelona / Universidade Nova de Lisboa, pp. 407-414.

Casimiro, S.; Prata, S.; Silva, R. B. (2016) – Enterramentos infantis em contextos não funerários na Alta idade Média. In Fontes, J.; Oliveira, L.; Tente, C.; Farelo, M.; Martins, M., coords. – *Lisboa medieval. Gentes, espaços e poderes* (Estudos; 5). Lisboa: IEM, pp. 37-55.

Casimiro, S.; Manso, C.; Neto, N.; Reis, J.; Oliveira, J. M.; Alves-Cardoso, F. (2021) – Núcleos ocidentais II – Rua da Prata: evidências fúnebres da Antiguidade Tardia. In Silva, R. B., coord. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: A memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio, p. 121.

Casimiro, S.; Oliveira, J. M.; Manso, C.; Silva, R. B.; Seabra, A. (2021) – Núcleos ocidentais II – Rua de São Nicolau e *Corpus Christi*: discretas evidências da Antiguidade Tardia. In Silva, R. B., coord. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: A memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio, p. 120.

Correia, V. H.; Farinha, E. D. (2021) – Escultura tardo-antiga, monumentos e necrópoles. Associações espaciais e cronológicas. In Ruivo, J.; Correia, V., eds. – *Conimbriga diripitur. Aspetos das ocupações tardias de uma antiga cidade romana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 365-377.

Dias, M. M. A.; Gaspar, C. I. S. (2006) – *Catálogo das inscrições paleocristãs do território português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.

- Fabião, C.; Dias, M.; Cunha, M. (2008) – Sit Tibi Terra Levis. *Rituais funerários romanos e paleocristãos em Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Farinha, E. D. (2021) – Contextos arqueológicos e espaciais das necrópoles do espaço urbano de Conímbriga. In Ruivo, J.; Correia, V., eds. – *Conimbriga diripitur. Aspetos das ocupações tardias de uma antiga cidade romana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 307-363.
- Fernandes, L.; Fernandes, P. A. (2014) – Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: DGPC. 17, pp. 225-243.
- Fernandes, P. A. (2018) – Sinais de vitalidade cristã sob domínio islâmico: a diocese moçárabe. In Fontes, J. L. I., dir., - *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 61-84.
- Fernandes, P. A. (2022) – Olysipona: a cidade entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média. In Fontes, J. L.; Oliveira, L. F., coords. – *Os territórios da Lisboa medieval* (Estudos; 27). Lisboa: IEM, pp. 47-74.
- Filipe, V.; Santos, R. (2020) – Banhos termiais na Rua da Adiça, Alfama. In Fernandes, L.; Fernandes, P. A., coords. – *Lisboa Romana* Felicitas Iulia Olisipo. *A capital urbana de um município de cidadãos romanos*. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 80-85.
- Gouveia, M. (2007) – O culto dos santos mártires de Lisboa na fronteira ocidental do reino de Leão (séc. X-XI). In Krus, L.; Oliveira, L. F.; Fontes, J. L., coords. – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 388-399.
- Guerra, A. (2006) – Os mais recentes achados epigráficos do castelo de S. Jorge, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA, 9: 2, pp. 271-297.
- Johnson, M. J. (1997) – Pagan-Christian burial practices of the fourth century. Shared tombs? *Journal of Early Christian Studies*. Baltimore: John Hopkins University Press. 5: 1, pp. 37-59.
- Lemos, F. S. (2001) – Arredores de *Bracara Augusta* - escavações arqueológicas na necrópole de S. Vitor, no contexto da via romana *Aquae Flaviae*. *Forum*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho. 29, pp. 9-38.
- Lopes, V. (2013) – *Mértola e o seu território na Antiguidade Tardia (sécs. IV-VIII)*. Huelva: Universidade de Huelva (tese de doutoramento).
- López Quiroga, J.; Martínez Tejera, A. (2006) – El destino de los templos paganos en *Hispania* durante la Antigüedad Tardía. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: CSIC. 79, pp. 125-153.
- Macias, S. (1993) – Um espaço funerário. In Torres, C.; Macias, S., coords. – *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 31-62.
- Man, A. (2005) – Sobre a cristianização de um fórum, *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. IIª Série.13, VI (adenda eletrónica), pp. 1-4.
- Mateos Cruz, P. (1999) – *La basílica de Santa Eulalia de Mérida*. *Arqueología y urbanismo* (Anejos de AESPA; XIX). Mérida: CSIC / Consorcio Ciudad Monumental de Merida.
- Mattoso, J. (1994) – Os rituais da morte na liturgia hispânica (séculos VI a XI). In Mattoso, J., dir. - *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*. Lisboa: Sá da Costa, pp. 55-74.
- Pinto, I. V.; Magalhaes, A. P.; Brum, P.; Almeida, J. P. (2014) – Novos dados sobre a Tróia cristã. In Gómez Martinez, S.; Macias, S.; Lopes, V., coords. – *O sudoeste peninsular entre Roma e o Islão*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 104-123.
- Pinto, I. V.; Magalhães, A. P.; Brum, P.; Santos, F. (2019) – Problemática em torno da basílica de Tróia. In López Vilar, J., ed. – *Actes 4th Congrès Internacional d'Arqueologia i Món Actic. VII Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica. El Cristianisme en l'Antiguitat Tardana. Noves Perspectives. Tarragona, 21-24 de Novembre de 2018*. Tarragona: Universitat Rovira i Virgili - Institut d'Estudis Catalans, pp. 385-393.
- Real, M. L. (2000) – Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe. In Caballero Zoreda, L.; Mateos, P., eds. – *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad tardía y la alta Edad Media* (Anejos de AESPA; XXIII) Madrid: CSIC / Consorcio Ciudad Monumental de Merida, pp. 21-75.
- Ribeiro, M. C. (2008) – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. 3 vols. Braga: Universidade do Minho (tese de doutoramento).

Ripoll, G.; Arce, J. (2015) - De los cultos paganos al culto cristiano: el proceso de transformación en Hispania (siglos IV-VII). In Caillet, J.-P.; Destephen, S.; Dumézil, B.; Inglebert, H., eds. - *Des dieux civiques aux saints patrons (IVe-VIIe siècle)*. Paris: A. et J. Picard, pp. 341-351.

Sequeira, A. S. M. (2021) - *A morte: crenças, rituais e práticas no ocidente da Península Ibérica (séculos II-X)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado).

Silva, R. B. (2021a) - Espaços funerários: de *Felicitas Iulia Olisipo* a *Olisipona*. In Silva, R.B., coord. - *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: A memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 25-31.

Silva, R. B. (2021b) - As inscrições funerárias da necrópole NO de *Olisipo*. In Silva, R. B., coord. - *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: A memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 105-115.

Silva, R. B. (2021c) - Núcleos ocidentais I - Palácio dos Condes de Penafiel. In Silva, R. B., coord. - *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: A memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 117-119

Silva, R. B.; Casimiro, S.; Antunes-Ferreira, N.; Lourenço, M.; Granja, R.; Garcia, S.; Duarte, C.; Alves-Cardoso, F. (2021) - Práticas e rituais funerários em *Olisipo* entre os séculos I e VI d.C. In Silva, R. B., coord. - *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: A memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 131-139.

Torres, C.; Macias, S. (1994) - Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola. In Mattoso, J., dir. - *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*. Lisboa: Sá da Costa, pp. 11-44.

Uma necrópole medieval na Encosta de S. Gens. História e Arqueologia.

Manuel Fialho Silva¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta de interpretação relativa à posição topográfica do cemitério dos judeus de Lisboa durante a Idade Média. Para a elaboração desta proposta foi realizada uma vasta pesquisa documental e foi também considerada a informação disponível sobre alguns sítios arqueológicos de Lisboa, situados na Encosta de S. Gens. Com base nas evidências documentais, confrontadas com a realidade arqueológica, foi possível localizar com precisão espaços onde estavam presentes sepulturas dos judeus de Lisboa. Tentou-se também propor algumas hipóteses sobre as complexas realidades funerárias que se apresentaram nas escavações arqueológicas dos dois sítios mais bem documentados de entre as várias escavações arqueológicas que têm decorrido na Encosta de S. Gens nas últimas décadas. Os sítios arqueológicos da Rua dos Lagares 74 e Largo das Olarias 19-23 revelaram a existência de espaços cemiteriais de diferentes cronologias e de rituais religiosos distintos. Tentou-se aqui entender parte dessa complexa realidade funerária, comparando-se com o panorama de necrópoles judaicas de duas cidades de Espanha, Lucena e Toledo, onde existiram comunidades hebraicas de grande relevância, no período medieval. Este artigo não pretende ser, de modo algum, um ponto final sobre a questão da necrópole judaica, será muito mais uma abertura para um muito necessário e fundamental debate sobre a memória dos espaços funerários dos judeus da Lisboa medieval.

Palavras-chave: Cemitério; Judeus; Lisboa; História Medieval; Arqueologia Medieval.

ABSTRACT

This article presents a proposal for interpreting the topographical position of the Jewish cemetery in Lisbon during the Middle Ages. To draw up this proposal, extensive documentary research was carried out and the information available on some of Lisbon's archaeological sites, located on the slope of S. Gens, was also considered. Based on the documentary evidence, confronted with the archaeological reality, it was possible to precisely locate spaces where the graves of Lisbon's Jews were present. We also tried to propose some hypotheses about the complex funerary realities that have emerged in the archaeological excavations of the two best-documented sites among the various archaeological excavations that have taken place on the slope of S. Gens, in recent decades. The archaeological sites at Rua dos Lagares 74 and Largo das Olarias 19-23 revealed the existence of cemeteries of different chronologies and different religious rituals. We have tried to understand part of this complex funerary reality by comparing it with the panorama of Jewish necropolises in two cities in Spain, Lucena and Toledo, where there were very important Hebrew communities in the medieval period. This article is by no means intended to be a final point on the issue of the Jewish necropolis, but rather an opening for a much-needed and fundamental debate on the memory of Jewish funeral spaces in medieval Lisbon.

Keywords: Cemetery; Jews; Lisbon; Medieval History; Medieval Archaeology.

¹ Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa / Centro de História da Universidade de Lisboa / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

INTRODUÇÃO

A presença judaica em Lisboa abarca toda a Idade Média, tendo sido sempre uma comunidade minoritária que se manteve coesa desde a sua chegada, que ocorreu antes dos séculos IV-V, até à expulsão ordenada por D. Manuel, em 1496, ou seja, uma presença milenar. Ao longo deste milénio, a informação que existe sobre a comunidade de judeus lisboetas é muito dispar, pois os momentos bem documentados dos séculos finais da sua presença contrastam com as escassas suposições que podemos fazer sobre os primeiros seis séculos da sua existência.

Antes de entrarmos na questão central deste artigo, o espaço cemiterial dos judeus lisboetas no período medieval, façamos um brevíssimo voo planado sobre a sua longa presença na cidade. Sabemos que os judeus já se encontravam em *Olisipo* antes do momento datado pela primeira evidência arqueológica, ou seja, o período de transição entre os séculos IV e V. Essa evidência consiste numa marca de pão com a forma de uma *menorah*, uma marca da identidade hebraica, sobretudo quando acompanhada de *lulav*, um cordão fitomórfico que rodeia a figura central. É muito provável que os judeus já comessem pão em *Olisipo* antes desta peça ter sido abandonada, na margem ribeirinha da cidade, talvez não muito longe da padaria onde foi usada (Ribeiro *et al.*, 2022, pp. 175-187). Quanto tempo antes? Dificilmente algum dia saberemos.

Relativamente ao período de domínio islâmico as informações sobre a presença de judeus em Al-Ushbuna são também muito escassas, mas cativantes. Um ulema, ou seja, um sábio das leis islâmicas, nascido em Lisboa, que terá sido médico dos califas de Córdova, Abd Al-Rahman III e Al-Hakam II, apresenta um nome com ressonâncias hebraicas: Harun bin Musa, ou seja, as personagens bíblicas, Aarão filho de Moisés. Segundo Maribel Fierro, esta antroponímia pode significar que o médico fosse um judeu converso ao Islão (Fierro, 2007, p. 36). Na verdade, nada mais podemos dizer sobre a história da comunidade judaica de Lisboa no período muçulmano, pois não há fontes que a refiram, nem surgiram ainda evidências arqueológicas conhecidas relativas a este período. Podemos apenas referir que o consenso entre os medievalistas que estudam tópicos hebraicos ou a história desta cidade é que esta comunidade realmente existiu (Silva, 2022, p. 268). Na nossa opinião, não observamos qualquer evidência do contrário, tendo em conta que a ausência da prova não é prova da ausência, como sabemos.

Durante o período medieval cristão, ou seja, após a formação do reino de Portugal na última metade do século XII até à expulsão no reinado de D. Manuel, no final do século XV, os judeus portugueses passaram por diversas fases, com períodos de altos e baixos a todos os níveis, demográfico, económico, influência política e financeira. Se houve períodos em que os judeus cortesãos adquiriram uma influência política tremenda, como aconteceu nos reinados de D. Dinis ou de D. Fernando, houve também outros em que esse papel se esbateu, como nos reinados de Afonso IV ou D. Pedro. Fosse como fosse, as famílias mais influentes mantiveram sempre uma capacidade financeira notável, muitas vezes ligados à coleta fiscal da coroa, existindo simultaneamente muitas famílias judaicas que se dedicavam a atividades económicas primárias, como a agricultura, e outras ao comércio e a produção artesanal (Tavares, 1992).

Quando os judeus foram finalmente expulsos por D. Manuel, ou quando a sua existência legal deixou de ter efeito, pois como sabemos, muitos ficaram convertidos em cristãos-novos, a sua história no território português era muito mais longa do que o próprio reino, como acabámos de compreender. No caso de cidades como Lisboa, é certo que já existia aí uma comunidade hebraica muito antes da cidade se inserir no reino português. Com a formação de Portugal é notório que as suas comunidades hebraicas, sendo a de Lisboa uma das mais relevantes, se integraram perfeitamente no funcionamento da nova sociedade cristã ocidental. Queremos com isto sublinhar o facto de que os judeus desta cidade, já eram lisboetas antes de serem portugueses, e quando se tornaram portugueses, adaptaram-se à nova realidade política com facilidade, mas mantendo a sua cultura. Um dos aspetos que revelam a manutenção de uma cultura hebraica é precisamente a escolha da topografia urbana das suas necrópoles. Ao contrário dos cristãos, que nessa época enterravam os seus mortos dentro ou junto das igrejas, fazendo os seus típicos cemitérios de adro de igreja, os judeus, aliás tal como os muçulmanos, mantinham uma lógica muito mais antiga, elegendo espaços periurbanos especificamente selecionados para esse efeito, no caso específico dos judeus, muitas

vezes situados na encosta de um monte, sob a proteção de uma fortaleza (Casanovas Miró, 1993, p. 293). É exatamente dentro desta lógica topográfica que vamos encontrar o único cemitério hebraico conhecido do período medieval, na cidade de Lisboa.

Crónica documental do cemitério dos judeus na Lisboa medieval

Quando Afonso Henriques e os cruzados cercaram Lisboa em 1147, a cidade possuía vários cemitérios nos arrabaldes da cidade, e alguns combates decorreram mesmo sobre as campas dos mortos, segundo nos relata o cruzado que narra a operação militar. Seria um destes cemitérios, o cemitério dos judeus? É possível que sim, mas o relato não faz distinções entre os cemitérios, na verdade, aos olhos dos cruzados, judeus, muçulmanos ou mesmo os cristãos moçárabes eram todos vistos como muito diferentes dos cristãos do Norte. Não foi por acaso que o bispo moçárabe terá sido assassinado, como relata a mesma fonte (*A Conquista de Lisboa aos Mouros*, 2001, pp. 100-103). Na ausência de datações concretas dos vestígios arqueológicos, que serão posteriormente abordados, as fontes documentais assumem um papel preponderante.

Mais de um século depois da conquista, mais precisamente em 1280 e 1281 foram produzidos dois documentos que nos revelam, pela primeira vez, onde se situava o cemitério dos judeus lisboetas. Em Maio de 1280, os clérigos porcionários de Santa Cruz do Castelo escambaram, ou seja, trocaram com João Eanes dito *Cabalarío* um ferragial no arrabalde novo dos Mouros, em permuta por outro ferragial com herdade situado “iuxta S. Genesium”, em cujas confrontações surge a sul o “Almocovara Judeorum”. Isto significa que, nessa data, o cemitério dos judeus de Lisboa se situava perto de S. Gens, ou seja, na zona de Nossa Senhora do Monte (Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa, 1280, doc. 4). Em Março do ano seguinte o “almocovar dos judeus” volta a ser referido nas confrontações de uma venda de um campo em Lisboa, em São Gens, por João Eanes Cavaleiro: “todo o campo do ferregial que eu ey em Lisboa Cabo San Gens o qual foi de João Soares Alfetoz assim como parte com portal novo e com a coirela de Santa Cruz que foi de D. Marcos e com Almocovar dos judeus...” (ANTT, Coleção Especial, caixa 86. 1281). Portanto, não há dúvida que perto do alto de S. Gens existia um cemitério dos judeus de Lisboa. Infelizmente visto que a documentação judaica se perdeu, e não foram ainda feitas pesquisas profundas na documentação posterior ao reinado de D. Dinis, não encontrámos ainda outras referências ao cemitério dos judeus, até ao seu momento derradeiro, quando o espaço é transformado e a sua memória apagada por D. Manuel.

Algures em meados do século XIII a mouraria começou a ser habitada por uma comuna muçulmana, pois esse espaço físico começa a surgir na documentação apenas na década de 60 do século XIII, não havendo motivo aparente para a sua criação logo após a conquista, tal como muitas vezes é afirmado (Silva, 2022, pp. 458-462). A primeira menção a um cemitério islâmico na mouraria ocorre num documento realizado cerca de um século depois, numa sentença régia, de Setembro de 1366, que proíbe as mulheres cristãs de entrarem na mouraria: “...nom entre no arravalde dessa cidade de noyte nem de dia salvo que possam hir quando lhes mester fizer pollo caminho que vay da porta de Sancto Andre pera Sancta Barbora, pella calçada des y pello almocovar hu os mouros jazem enterrados, outrossy pello caminho direito que se vay do poço dos mouros ao dicto logo de Sancta Barvora...” (ANTT, Chancelaria de D. Pedro I, liv. I, fl. 124). Esta informação é relevante para o nosso tema, pois a relação entre os cemitérios dos muçulmanos e judeus será uma constante a partir desta altura. Além disso, é o primeiro cemitério da zona da Mouraria documentado com alguma precisão, situando-se no caminho que ia de Santo André para Santa Bárbara, em direção a Norte.

Portanto, é certo que desde meados do século XIV, muito provavelmente antes, existiam na encosta de S. Gens necrópoles das comunidades religiosas minoritárias da cidade, muçulmanos e judeus. No entanto, estes espaços cemiteriais tinham uma diferença importante. Enquanto, por um lado, a necrópole judaica existia, possivelmente no mesmo local há vários séculos, tão antiga como a própria comunidade, por outro lado a necrópole islâmica só terá aí existido depois da conquista de 1147, possivelmente até mesmo depois, nos meados do século XIII, quando é certo que já existia a Mouraria. Isto porque os muçulmanos tinham outros cemitérios na cidade, os quais foram já arqueologicamente comprovados, tanto no Arra-

balde Oriental, como dentro da Alcáçova (Filipe, Toso e Inocêncio, 2017). Seja como for, foi o espaço de necrópoles das minorias situado na Mouraria, que, nos finais do século XV, D. Manuel doaria à cidade de Lisboa, apenas alguns meses depois do édito de expulsão, em Maio de 1497.

“Dom Manuell per graça de Deus rey de Purtugall e dos Allgarves d’aaquem e d’aallem maar em Afryca senhor da Guinee a quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que queremdo nos fazer graça e merçee aa nosa cidade de Lixboa teemos por bem e lhe fazemos doaçam pera sempre do chãao dos jazigos dos judeos e mouros da dita çidade que ora ficam a nos per bem de sua hida e esto pera servemthia e husso comuum do comcelho e moradores della avemdo respeito como tem muy poucos resyos nem lugares que amdasem sem guados e bestas. E porem mandamos ao noso comtador mor que meta a dita çidade em posse per os ditos chãaos e elle e todollos outros nossos ofiçiaaes e pessoas a que esta nossa carta for mostrada e ho conhecimento della pertemçer que lhe leixem teer logar e pesuyr na maneira que dito he sem lhe nisso ser posta duvida nem embargo allguum. E por firmeza dello lhe mandamos dar esta carta asynada per nos e asellada com o nosso sello de chumbo. Dada em a nosa çidade d’Evora aos IX dias de Mayo. Amdre Fernamdez a fez anno do naçimento de Nosso Senhor Jesuu Christo de mill IIIlc LRVII. ¶ E nesta doaçam se nom emtemderam as campaas e <cabeçeiras> do ditos jazigos porque a pedra dellas teemos dada e apropriada pera a fabrica do esprital de Todollos Samtos da dita cidade.” (AML, *Livro dos Pregos*, doc. 501)

Não terá sido fácil para os muitos judeus lisboetas que permaneciam na cidade assistirem à destruição do seu milenar espaço cemiterial. Nesta época os cristãos não tinham ainda adotado a opção dos cemitérios delimitados, preferindo ainda, inumar os seus mortos dentro, ou junto de igrejas. Os judeus, tal como os muçulmanos aliás, necessitavam, de acordo com o seu ritual, de terreno estéril, o que ajuda a compreender que estas necrópoles teriam uma extensão considerável no território. Note-se também os dois objetivos desta doação. O primeiro seria dar ao concelho um terreno para pasto, numa cidade em rápida expansão e num aumento exponencial demográfico, e o segundo, talvez ainda mais premente, obter pedra para a construção do Hospital Real de Todos-os-Santos. Em 1502, D. Manuel realizou um escambo com o Mosteiro de S. Domingos sobre a horta e celeiro onde se irá construir o Hospital Real de Todos os Santos, dando em troca aos dominicanos casas na Mouraria, situadas na “rua das Olarias que vay dereito à porta de Santo André”, que confrontavam a oriente com a “barroca do almocovar dos judeus” (ANTT, Extremadura, Livro I, fl. 252v. 255). Esta última informação leva-nos a considerar que no início do século XVI o cemitério dos judeus na Mouraria ainda se mantinha, se não em funcionamento, pelo menos, ainda fazia parte da memória daquele espaço, servindo como referência nos atos notariais. Além disso, é muito relevante que a situação topográfica deste cemitério seja confirmada múltiplas vezes na documentação, ao longo da rua que ia desde a Porta de Santo André até Santa Bárbara já no vale de Arroios, no lado oriental, ou seja no desnível entre o referido vale e o topo de S. Gens. A configuração hipotética do cemitério ganha maior leitura observando a Carta Topographica da cidade de Lisboa, realizada em 1871 por Filipe Folque, onde a Avenida Almirante Reis estava ainda em fase de projeto (ver Fig. 1).

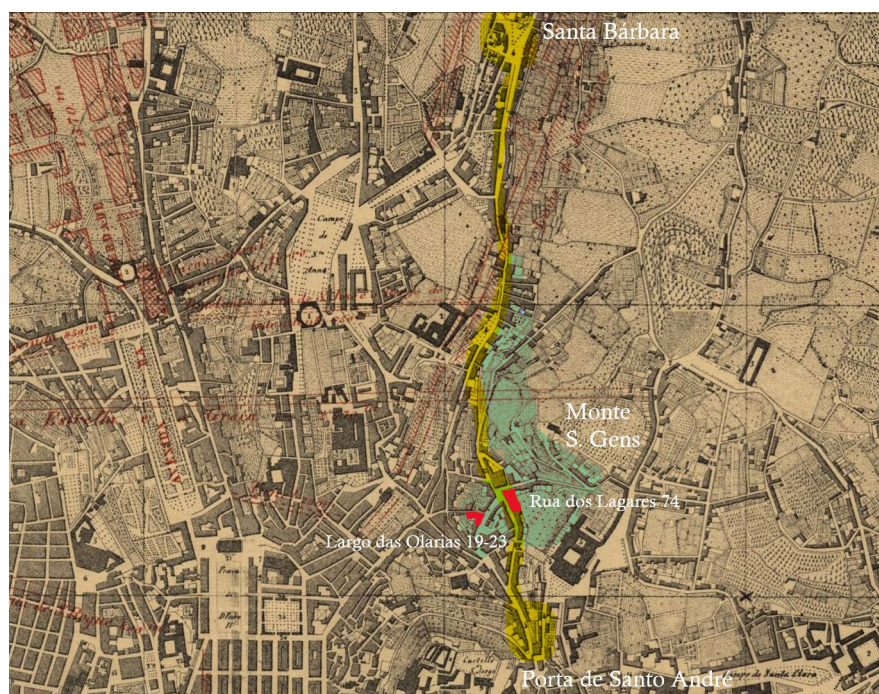


Fig. 1 - Proposta de reconstituição do cemitério judaico da encosta de S. Gens sobre a *Carta Topographica de Lisboa* de 1871 de Filipe Folque. A verde: cemitério judaico; a vermelho: sítio arqueológico da Rua dos Lagares 74 e Largo das Olarias 19-23; a amarelo: Rua que ia da Porta de Santo André para Santa Bárbara.

Numa passagem do Tombo de Lisboa, citada por Pedro de Azevedo, afirma-se que, em 1573, estavam na posse do concelho da cidade “umas casas térreas e um quintal tudo místico em um aforamento do almocávar dos Judeus que é ao pé de N^a S^a do Monte, abaixo da casa da bombardá, e estão as ditas casas na rua que sai do dito almocávar para a calçada de pé de Nossa Senhora do Monte” (Azevedo, 1899, p. 276). Isto significa que oito décadas depois da expulsão das minorias religiosas o espaço cemiterial dos judeus ainda fazia parte da memória topográfica, se é que não estava ainda em funcionamento numa fracção da sua antiga extensão.

Relativamente à sobrevivência das práticas funerárias judaicas após a expulsão importa aqui relembrar que a introdução da inquisição no reino português ocorreu apenas em 1536, e que o primeiro auto de fé ocorreu, em Lisboa, em 1540. Além disso, é ainda conhecido que o arranque da inquisição, mais precisamente o primeiro triénio, não foi imediato nem sólido, pelo contrário, foi antes lento e tímido (Giebels, 2016, pp. 329-332). Por fim, devemos realçar uma importante evidência documental pois, em 1547, ou pouco antes disso, ainda existiam cristãos-novos que se sepultavam perto do seu antigo cemitério, no claustro do Convento da Graça, deixando escrito no seu testamento que fossem enterrados “nas crastas de Nossa Senhora da Graça numa cova muito alta e virgem onde nunca ninguém havia sido enterrado”. Considerado judeu pelo tribunal da Inquisição, justamente por fazer uso do ritual judaico na escolha da sua sepultura, este indivíduo foi realmente desenterrado do local onde tinha escolhido para ser sepultado, aparentemente junto dos seus familiares, para ter “os seus ossos desenterrados e a sua alma danada” (Giebels, 2016, p. 220).

Nesta grande área que propomos na nossa reconstituição hipotética existiram espaços cemiteriais das minorias religiosas lisboetas até surpreendentemente tarde, como a Arqueologia viria a confirmar. Tratava-se de um espaço cemiterial extremamente complexo, com uma larguíssima ocupação nessa funcionalidade, não sendo sequer possível encontrar um limite lógico, nem documental, nem ainda menos material para o início da sua ocupação pela comunidade judaica. Como observámos, a chegada dos judeus à cidade foi, não só muito anterior ao reino português, como anterior à chegada do Islão, e não conhecemos motivos

para que essa comunidade tivesse escolhido outro sítio para sepultar os seus mortos. Esta localização é também “ideal” do ponto de vista da gestão urbana, pois trata-se do vale menos iluminado, virado a Norte, da cidade medieval e antiga, e logo com uma terra menos produtiva e menos adequada para a habitação. A mesma realidade topográfica e os mesmos argumentos terão levado os monarcas portugueses, provavelmente D. Afonso III, a escolher este espaço para a implantação da comunidade muçulmana, muito perto de onde já talvez existisse o cemitério dos judeus, possivelmente aquele que o cruzado refere como estando situado “*in medio montis*”, no relato da conquista da cidade, em 1147 (*A Conquista de Lisboa aos Mouros*, 2001, pp. 100-103).

Este é o panorama traçado pela análise documental. Vejamos agora como a realidade trazida à luz pela Arqueologia das últimas décadas pode ou não ser compreendida neste enquadramento.

As necrópoles da Mouraria à luz da Arqueologia

Nas últimas décadas, a Arqueologia urbana em Lisboa conheceu uma explosão muito significativa (Bugalhão, 2018). Neste sentido, é natural que novos dados arqueológicos tenham surgido, no entanto, nem sempre estes são conhecidos quer do grande público ou até mesmo dos especialistas. Relativamente à questão central deste artigo a Arqueologia tem realmente muito a acrescentar, pois foram verificadas evidências de um espaço cemiterial, extremamente complexo e de difícil leitura cronológica, como aliás a documentação já parecia sugerir. Na Rua dos Lagares e Largo das Olarias, na Mouraria, foram identificados vários espaços cemiteriais, que parecem configurar uma vasta área de necrópoles com diferentes rituais funerários enquadráveis em religiões distintas: islão e judaísmo.

Na Rua dos Lagares 74 foram identificadas duas fases cronológicas de diferentes necrópoles: uma de rito islâmico e outra anterior, de judeus (Ponce *et al.*, 2017; ERA, 2017). Na mesma Rua dos Lagares, mas nos números 54-66 foram registadas “sepulturas” inseridas numa “necrópole islâmica” (Portal do Arqueólogo). Ainda nesta artéria da Mouraria, na Rua dos Lagares 24, foram identificados seis indivíduos sepultados de acordo com o rito islâmico (Silva *et al.*, 2014). Junto a esta mesma rua, no Largo das Olarias 35 a 42, foi encontrada uma sepultura, que parece partilhar semelhanças com uma das fases de ocupação (Portal do Arqueólogo). No conjunto de edifícios situados no Largo das Olarias 19 a 23 e Travessa do Jordão 1 a 15 foram registadas pelo menos, duas realidades cemiteriais, uma judaica e outra islâmica (Filipe, 2022).

A escavação no sítio arqueológico da Rua dos Lagares 74 deu origem a informações da maior relevância tendo sido então proposto, pela primeira vez, que vários indivíduos ali sepultados poderiam ter sido judeus lisboetas (Ponce *et al.*, 2017, p. 1707). Concordamos com a interpretação dos arqueólogos que atribuem à comunidade judaica a necrópole mais antiga encontrada neste sítio arqueológico visto que o ritual descrito coincide com aquilo que era realizado pelos judeus sefarditas na idade média, nomeadamente o decúbito dorsal, com os braços maioritariamente estendidos ao longo do corpo, com os pés orientados a levante, ou, em menor grau, a sul. Além disso, também a tipologia de algumas das sepulturas da Rua dos Lagares 74 apresenta uma forma escalonada, que seria coberta por uma tampa de madeira ou por uma lápide, coincidente com outros espaços cemiteriais de judeus de outras cidades ibéricas, como veremos. A hipótese judaica ganha ainda mais força pelo facto de as fontes documentais apontarem precisamente esse mesmo local como espaço funerário dos judeus, desde, pelo menos, 1280. A outra hipótese que se poderia colocar, seria a que estas sepulturas fossem de cristãos, mas a ausência de um templo realmente próximo, leva-nos a afastar essa hipótese, pois no período medieval seria invulgar a existência de cemitérios cristãos sem estarem associados a um templo.



Fig. 2 - Panorama da Necrópole mais antiga da Rua dos Lagares, 74.
© ERA Arqueologia, S.A.

Os resultados da intervenção arqueológica da Rua dos Lagares 74 demonstram bem a complexidade da ocupação cemiterial desta zona da Mouraria, com duas necrópoles que se sobrepõem, intervaladas por um aterro que regulariza o nível do solo e selou a necrópole mais antiga, e por uma ocupação relacionada com unidades de produção oleira que surgem entre as duas necrópoles e também sobre a necrópole mais recente. As cronologias apresentadas pela Arqueologia para este complexo faseamento revelam que a necrópole mais antiga, a qual será muito provavelmente de judeus lisboetas, será anterior à expulsão de finais do século XV, mas não se vislumbra o momento de origem. Relativamente ao aterro, este terá ocorrido em finais do século XV, e as olarias posteriores no início do XVI. Por fim, a fase de necrópole islâmica foi datada do século XVI, ou seja, já depois da expulsão das minorias religiosas do reino português. Esta cronologia complexa e até mesmo algo surpreendente, ganha sentido quando considerada à luz da documentação aqui anteriormente apresentada.

Em primeiro lugar, importa observar que o cemitério judaico revelado na Rua dos Lagares 74, se encontra precisamente no local em que as fontes documentais medievais inserem um cemitério de judeus, ou seja, na via que ia desde Santo André, descendo a Mouraria, em direção a Santa Bárbara, na “barroca do almocovar dos judeus”, na encosta da Senhora do Monte. Deste modo, a coordenada espacial demonstra-se perfeitamente conciliável entre Arqueologia e documentação. Em segundo lugar, no que respeita à coordenada temporal, acontece precisamente o mesmo, pois ambas estas fontes de informação nos indicam que existiu no referido sítio um cemitério judaico até à expulsão das minorias nos finais do século XV. Além disso, a documentação possibilita uma proposta de ocupação deste espaço como cemitério judaico, com toda a certeza na segunda metade do século XIII, e com uma possibilidade mais vaga e hipotética de ter ocorrido uma ocupação cemiterial anterior à conquista de 1147. Os níveis de certeza ou incerteza na documentação verificam-se devido ao facto de, por um lado, existirem documentos notariais de 1280 e 1281 que referem um cemitério judaico perto de S. Gens, o que oferece um maior grau de certeza, e

por outro lado, a menção vaga a cemitérios já fora dos arrabaldes de Lisboa, “*in medio montis*”, na carta do cruzado. Seja como for, a cronologia do início da ocupação deste espaço poderá um dia ser melhor compreendida através de análises químicas aos vestígios humanos desta necrópole que permitam obter datações concretas.

O facto de existirem sepulturas aparentemente posteriores à expulsão das minorias religiosas indicia que as práticas funerárias dessas minorias, neste caso, muçulmanos, pois foram depositados em decúbito lateral, se mantiveram e também que o local do antigo almocávar se pode ter mantido como um espaço funerário ativo, algo que não deve constituir surpresa, como já foi referido. Importa também notar sobre a fase de necrópole mais recente, que em 30% dos casos, ou seja, 18 em 60 sepulturas, o esqueleto foi encontrado em decúbito dorsal (ERA, 2017, p. 169). Para este factor pode advir um hipotético movimento do cadáver, após a sua deposição, de decúbito lateral para uma posição dorsal, por ações externas. No entanto, parece-nos um número proporcionalmente demasiado alto para essa explicação, o que nos leva a propor que parte destes inumados possam ter sido cristãos-novos. Tal como foi observado anteriormente, os recém-convertidos ao cristianismo mantiveram práticas judaizantes, até praticamente aos meados do século XVI, e, possivelmente, alguns fizeram-se mesmo enterrar no espaço onde sabiam estar os seus antepassados.



Fig. 3 - Sepultura judaica no sítio arqueológico do Largo das Olarias 19-23 e Travessa do Jordão 1-15. © Anabela Castro

Outro espaço de necrópole verificado num outro sítio arqueológico que não podemos aqui deixar de considerar situa-se no Largo das Olarias 19 a 23 e Travessa do Jordão 1 a 15, num quarteirão localizado cerca de 70 m a sudoeste da Rua dos Lagares 74. A necrópole deste último sítio foi alvo de uma dissertação de Mestrado recentemente defendida, no âmbito da Antropologia (Filipe, 2022). Neste espaço funerário, onde não se escavou a totalidade da área dos edifícios, visto que apenas foi possível escavar as partes afetadas pela obra aí realizada, foram registados diferentes ritos religiosos, onde se distinguem com toda a clareza judeus e muçulmanos, e segundo a autora da dissertação, também cristãos. Na nossa opinião, podemos considerar que estes últimos fossem cristãos, sim, mas mais especificamente cristãos-novos. Há algumas evidências que parecem apontar nesse sentido. Antes de mais, importa compreender que esta escavação identificou, tal como havia ocorrido na Rua dos Lagares 74, dois níveis de necrópole, uma mais antiga, onde se “destacam as sepulturas retangulares, de construção muito cuidada, o enchimento que cobre o indivíduo é bastante limpo e a profundidade é notável” (Filipe, 2022, p. 60), a qual Anabela Castro Filipe atribui uma cronologia “anterior ao século XV”, possivelmente de judeus, e outra posterior datada entre os séculos XIV-XV, com muçulmanos e cristãos (Filipe, 2022, pp. 19-28). Relativamente à proposta de as sepulturas da fase mais antiga terem pertencido a judeus, estamos completamente alinhados com a interpretação da arqueóloga responsável por esta escavação. No que respeita à proposta cronológica, esta tem como base elementos cerâmicos exumados no enchimento das sepulturas, uma metodologia indubitavelmente válida, mas que apresenta alguns problemas, pois a datação será sempre limitada a um momento posterior à produção daquelas cerâmicas, que podem ter estado em uso alguns dias, algumas décadas, ou, quem sabe, terem sido deslocadas séculos depois da sua produção. A datação pelos materiais arqueológicos é, ainda assim, a melhor forma de datação, quando não é possível a realização de análises químicas, o que no caso dos cemitérios medievais e modernos da Mouraria, não terá até hoje acontecido. A nossa principal objeção à proposta dos defuntos da necrópole mais tardia terem sido cristãos-velhos, prende-se sobretudo com o facto de que, até ao século XIX, em Portugal, os cristãos usarem as igrejas e os seus entornos como espaços preferenciais para a deposição funerária. Casos isolados seriam naturais, e completamente compreensíveis, mas os números revelados por esta escavação (30) que apenas abrangeu cerca de 170 m², teriam de configurar um cemitério. Perante esta realidade, podemos supor que algumas das sepulturas dos níveis mais recentes, que se encontram em decúbito dorsal, possam pertencer a cristãos-novos. A memória do espaço manteve-se até muito tarde, como confirma a toponímia, ligada às necrópoles que ali tinham existido, persistindo o topónimo Rua do Almocávar até ao século XVIII (Filipe, 2022, p. 72). Seria natural que, persistindo a memória do lugar, e sabendo nós que várias famílias de cristãos-novos mantiveram rituais judaicos, mais ou menos adaptados à sua realidade clandestina, algumas destas pessoas teimassem em usar o mesmo espaço funerário que os seus ancestrais. O uso do claustro da Graça como local de sepultamento de cristãos-novos está atestado documentalmente, como observámos anteriormente. Isto significa que, durante mais de quatro décadas após a expulsão das minorias, e talvez mesmo depois disso, os cristãos-novos sepultavam os seus mortos usando os seus rituais específicos, possivelmente no mesmo local que os seus antepassados judeus tinham escolhido, desde, pelo menos, 1280. Ainda assim, algo se foi perdendo, pois as sepulturas destes cristãos-novos não possuem o escalonamento exibido nas sepulturas mais antigas da primeira fase desta necrópole, mantendo-se o decúbito dorsal e, em alguns casos, os braços esticados ao longo do corpo.

Do mesmo modo, nem todos os muçulmanos abandonaram Lisboa, e talvez por isso, se tenham encontrado sepulturas realizadas segundo o ritual islâmico, cuja estratigrafia aponta para que tenham sido realizadas após a implantação de algumas olarias, já durante o século XVI, como parece ter acontecido na Rua dos Lagares 74.

No caso da escavação do sítio arqueológico do Largo das Olarias 19 a 23 e Travessa do Jordão 1 a 15, as olarias sobrepõem-se claramente aos vestígios de necrópoles, evidenciando que nem todas as olarias foram erguidas simultaneamente, e que os talhões foram sendo vendidos gradualmente, ficando espaços vazios entre as novas olarias que ocupavam o antigo cemitério. Estes processos de ocupação e reocupação do espaço criaram situações altamente complexas do ponto de vista da estratigrafia resultante, o que explica que cada área que vá sendo escavada possa apresentar realidades muito diferentes, consoante o momento e o grau de afetação aquando da urbanização desse espaço, e ainda há que considerar as perturbações causadas pelas ações de sepultamento feitas após a expulsão das minorias religiosas do reino.

Seja como for, é fundamental confirmar ou infirmar estas propostas através da realização de análises químicas aos esqueletos que permitam obter uma datação absoluta, a qual será uma chave essencial para se compreender as complexas dinâmicas destes vários espaços cemiteriais, de diferentes cronologias.

	Judeus	Muçulmanos	Cristãos-(novos)?
Núcleo 1	-	6	7
Núcleo 2	5	26	14
Núcleo 3	1	37	9
Totais	6	70	30

Tabela 1. Hipotéticas filiações religiosas verificadas na escavação do Largo das Olarias, segundo os dados publicados por Anabela Castro Filipe (Filipe, 2022).

Do Al-Andalus a Castela. Os cemitérios judaicos de Toledo e Lucena

A lógica da ocupação do espaço cemiterial dos judeus da Lisboa medieval pode ser melhor compreendida se observarmos o caso de outras duas cidades ibéricas, que tiveram comunidades hebraicas sefarditas de grande relevância no período medieval: Toledo e Lucena. Além disso, as três cidades possuem uma ligação umbilical aos sefarditas, acompanhando três momentos chave da sua história. Os judeus de Lucena configuravam uma das mais relevantes comunidades judaicas do Al-Andalus, até à sua conquista, em 1148, pelos Almóadas. Estes últimos eram uma dinastia islâmica vinda do Magreb, caracterizada por um fundamentalismo religioso até aí incomum na Península Ibérica muçulmana, que terá levado ao êxodo de muitas famílias hebraicas de várias cidades do Al-Andalus precisamente para Toledo (Assis e Meyerson, 2018, p. 130). Esta última cidade acolheu uma importantíssima comunidade hebraica que floresceu entre o século XII e os finais do século XIV, sobrevivendo ainda até à expulsão dos judeus de Castela em 1492 (Passini, 2017, p. 87). Desde 1391, momento em que as comunidades judaicas de Castela sofreram ataques até aí nunca vistos, com assassinatos, conversões forçadas e vasta destruição patrimonial, que muitos dos seus membros foram abandonando o reino, sendo que um dos destinos preferenciais foi o reino vizinho de Portugal, onde a situação dos judeus se mantinha muito mais estável. Dentro de Portugal, é natural que a maior comunidade do reino, a de Lisboa, tivesse recebido muitas destas famílias. Há, portanto, uma conexão interessante através de um movimento migratório forçado de Lucena para Toledo, no século XII, e depois, finalmente para Lisboa, entre os finais do XIV e o XV, que une as três cidades em momentos chave da história dos sefarditas. Não pretendemos aqui afirmar que as famílias que estão sepultadas em Lucena são as mesmas que depois estarão em Toledo e por fim em Lisboa. O que realmente nos importa é que os costumes funerários destas três cidades se podem organizar numa cronologia específica, acompanhando três das mais relevantes comunidades judaicas da Península Ibérica, entre o século X e o XV, o que pode ajudar a compreender melhor o caso específico lisboeta. Em todas estas três cidades foram encontrados cemitérios hebraicos de dimensão considerável, que apresentam paralelos e semelhanças notáveis.

Em 2007, foi encontrado um cemitério judaico de grande dimensão em Lucena, cidade andaluza, ao qual foi, numa fase inicial, atribuída uma cronologia muito alargada entre o final do alto império e a chegada do Islão à Península Ibérica, ou seja entre os finais do século III e o início do VIII, sobretudo devido ao espólio cerâmico associado a algumas sepulturas, que consistia em diversas *tegulae* usadas como cobertura das sepulturas e um fragmento de bordo de *terra sigillata africana* Hayes 52, que se encontrava no recheio de uma delas. Quando foi encontrada a lápide sepulcral com uma inscrição hebraica, foi possível fazer uma associação sólida com a comunidade judaica. Todavia, como as dúvidas sobre a cronologia se mantinham, os arqueólogos optaram por fazer análises químicas a alguns vestígios da necrópole que revelaram três amostras datadas do século XI, com uma margem que abrange a segunda metade do século X e os finais do seguinte. Há uma importante lição a retirar de tudo isto, pois a interpretação inicial, fundada no espólio cerâmico, estava afinal afastada da realidade demonstrada pelas análises químicas. Não podemos deixar

de lembrar que no caso lisboeta, não se fizeram, até ao momento, análises químicas a esqueletos das necrópoles da encosta de S. Gens que permitissem obter a sua datação. As datações realizadas através do espólio associado, são muito mais incertas, como se comprovou no caso de Lucena. Relativamente à posição topográfica do cemitério judaico de Lucena, não foi possível determinar os seus limites, apesar de a escavação ter uma dimensão considerável com quase 1.5 km² de superfície total escavada. Relembremos que a comunidade judaica de Lucena, entre os séculos X e XI, foi muito relevante a vários níveis, quer culturalmente quer demograficamente. Situado numa encosta de uma colina, espaço ideal na lógica do ritual hebraico, o cemitério judaico de Lucena, com as suas estruturas funerárias adaptadas à pendente do terreno, encontra-se a cerca de 700 m do perímetro amuralhado da cidade (Botella Ortega e Casanovas Miró, 2009, pp. 8-10).

No caso lisboeta, o espaço cemiterial da Rua dos Lagares 74 encontra-se a cerca de 630 m das Portas do Sol, a entrada na cidade que daria acesso à necrópole judaica, até à construção da muralha de D. Fernando em 1373, uma intervenção que iria aumentar consideravelmente o perímetro amuralhado. Se considerarmos a distância da necrópole judaica da Rua dos Lagares 74 para a judiaria grande de Lisboa esta distância chega a ultrapassar os 700 m, em linha recta. Estes dados devem ser interpretados considerando que os cemitérios judaicos se localizavam em espaços afastados dos núcleos urbanos com a finalidade de que os corpos permanecessem inviolados até à ressurreição (Casanovas Miró, 1993, p. 293). Esta informação é relevante pois permite supor que, muito provavelmente, quando a necrópole judaica foi ali implantada, no seu momento original, a Mouraria ainda não existiria, ou teria ainda uma dimensão limitada, pois tal não seria coerente com a *Halakha*, a lei judaica.

Em Lucena, todas as sepulturas foram realizadas no nível geológico numa situação arqueológica estéril e em nenhum caso surgiram sobreposições de sepulturas. A informação publicada sobre o cemitério dos judeus de Lisboa parece confirmar esta situação, pois os casos de sobreposição parecem apenas ocorrer quando as sepulturas das fases posteriores, cortam as da fase mais antiga (Filipe, 2022, p. 27). Na cidade andaluza, tal como na cidade do Tejo, as sepulturas foram orientadas com os pés a oriente, com pequenas variações, seguindo o ritual de inumação em fossa sobre terra estéril, com os indivíduos depositados em decúbito dorsal. Nas 337 sepulturas identificadas em Lucena não foi verificada a existência de objetos de adorno ou de qualquer tipo de enxoval funerário (Botella Ortega e Casanovas Miró, 2009, p. 5). Na questão do espólio, existem diferenças significativas, pois em Lisboa foram encontrados vários objetos de adorno que permanecem inéditos, tal como foi também encontrado um espólio de objetos de adorno na necrópole judaica de Toledo (Ruiz Taboada, 2016, pp. 142-143).

Pouco mais de metade das sepulturas do cemitério de Lucena apresentam uma forma escalonada que servia para separar a parte inferior, onde era deposto o morto num compartimento vazio, sendo a parte superior enchida com terra. Estas duas partes eram separadas por uma tampa de madeira ou por pedras e *tegulae*. Esta tipologia funerária foi encontrada nas duas necrópoles mais antigas da encosta de S. Gens, tanto na Rua dos Lagares 74 (ERA, 2017, p. 171), como no Largo das Olarias (Filipe, 2022, p. 22). A outra cerca de metade das sepulturas da necrópole de Lucena era constituída por fossas simples, ou com um nicho lateral, ou ainda com uma forma mista (Botella Ortega e Casanovas Miró, 2009, p. 6). Eram, portanto, estas as características fundamentais de um espaço de necrópole judaica ibérica entre os séculos X e XI.

A questão dos cemitérios de Toledo adquire uma outra dimensão, pois as analogias entre ambas as cidades do Tejo são muito relevantes a vários níveis. Em ambas as cidades existiram comunidades de muçulmanos, cristãos e judeus, tanto sob o domínio político muçulmano como cristão. Além disso, ambas as cidades partilham um passado milenar e em ambas existiram necrópoles romanas e visigodas, além das já referidas necrópoles medievais. Este panorama que nos leva a observar uma longa diacronia em paralelo com uma grande complexidade social no âmbito das necrópoles foi já considerado pela historiografia que estuda Toledo (Rodríguez Fernández e Rosado Tejerizo, 2015), mas ainda permanece, em grande parte, por estudar em Lisboa. No caso português, até agora, tem-se considerado a questão dos espaços funerários com fronteiras cronológicas distintas, que nos levam a uma segmentação que não colabora no entendimento da evolução desses espaços na diacronia. Conhecemos relativamente bem onde eram os espaços funerários da *Olisipo* romana (Silva, 2021), tal como temos ideias claras sobre as necrópoles islâmicas de Al-Ushbuna (Filipe, Toso e Inocêncio, 2017; Silva, 2022, pp. 411-412). Sobre as necrópoles da antiguidade

tardia a questão afigura-se mais complexa, dada a natureza inconstante dos rituais dessa época, e o parco conhecimento da cidade nesse período (Bugalhão, 2022, pp. 149-150). A questão fulcral é que os espaços funerários, na narrativa historiográfica vigente até agora, surgem em locais apartados conforme a sua cronologia, o que numa primeira observação, ajuda a resolver vários problemas, mas pouco ou nada nos ajuda quando nos deparamos com casos mais complexos, como aconteceu na encosta de S. Gens, onde foram encontradas necrópoles com ritos distintos, de diferentes cronologias.

As reflexões que têm sido feitas sobre o caso toledano podem ajudar a compreender a questão dos espaços funerários de Lisboa. Na cidade espanhola, até há algum tempo, eram propostas duas teses diferentes sobre os espaços funerários que se situavam a Norte da cidade, numa zona amplamente documentada quer por fontes históricas quer pela Arqueologia (Rodríguez Fernández e Rosado Tejerizo, 2015, p. 225). Uma primeira tese que defende a existência de cemitérios distintos para cristãos, judeus e muçulmanos em espaços apartados bem delimitados (de Juan Garcia, 1998) e outra que propõe que existia um espaço cemiterial plurirreligioso a Norte da cidade, ocupando uma extensão de terreno considerável onde se alternavam enterramentos, zonas de cultivo, prados e edificações de época romana, visigoda e islâmica, coexistindo nessa grande área espaços cemiteriais das três religiões (Delgado Valero, 1987). Atualmente, as evidências arqueológicas demonstram uma clara diferenciação dos espaços cemiteriais, impondo-se gradualmente a ideia de um espaço cemiterial segmentado, onde se registam fases ocupacionais das três religiões organizados através de limites claros e precisos (Ruiz Taboada, 2016, pp. 123-124). Isto significa que em Toledo, durante toda a idade média, as diferentes comunidades religiosas tinham os seus próprios espaços cemiteriais, os quais eram vizinhos uns dos outros. No caso de Lisboa, não é ainda bem conhecida a organização das cidades dos mortos das suas diversas comunidades religiosas medievais. Temos alguma informação, é certo, mas não toda. Relativamente ao cemitério dos judeus, há indicações claras que nos apontam para que as sepulturas encontradas na Rua dos Lagares 74 e no Largo das Olarias façam parte de uma grande necrópole da comunidade judaica. Tanto no caso de Lucena como em Toledo, foram encontradas sepulturas escalonadas com duas partes separadas por uma tampa de madeira, que se podem associar ao rito judaico, visto que não é uma tipologia comum nas sepulturas cristãs e está totalmente ausente da realidade cemiterial islâmica (Botella Ortega e Casanovas Miró, 2009, p. 6; Ruiz Taboada, 2016, p. 135). Em Lisboa, na Rua dos Lagares 74, também foram registadas sepulturas escalonadas que nos confirmam que se tratava de uma necrópole hebraica, argumento que se agrega aos já apresentados sobre a posição topográfica, confirmada pela documentação (ERA, 2017, 171).

Além de tudo isto, é notável que no caso de Toledo, tal como em Lisboa, e ao contrário de Lucena, foram encontrados objetos de adorno pessoal nas sepulturas de alguns indivíduos. Isto pode significar que as comunidades hebraicas de períodos mais recuados, como indica a cronologia da necrópole de Lucena (séculos X a XI), tenham sido mais rigorosas no cumprimento dos preceitos da lei hebraica, e que num período posterior, se normalizaram os enterramentos onde os mortos mantinham alguns elementos de adorno, tal como se verificou na necrópole de Toledo datada nos séculos XIII e XIV. Se assim for, talvez a cronologia dos judeus sepultados com elementos de adorno na fase mais antiga encontrada na Rua dos Lagares 74, se possa enquadrar nesse mesmo período: séculos XIII-XIV. No entanto, mais uma vez, estas suposições devem ser confirmadas através de análises químicas aos esqueletos aí encontrados, que nos permitam saber a sua datação.

CONCLUSÃO

No final da redação deste artigo não nos restam muitas dúvidas de que as fases mais antigas das necrópoles encontradas na encosta de S. Gens, nomeadamente, na Rua dos Lagares 74 e no Largo das Olarias 19 a 23, tenham pertencido ao cemitério medieval dos judeus de Lisboa. Essa mesma posição topográfica é claramente identificada em documentos notariais do século XIII, e posteriormente referida em documentação régia do final do século XV e também do XVI. Acreditamos que, futuramente, se for feita uma análise detalhada à documentação lisboeta produzida nos séculos XIV e XV, se encontrarão ainda mais referências ao almocávar dos judeus, na encosta de S. Gens. Além disso, como observámos, não foi ape-

nas em documentos que se verificou a existência deste cemitério de judeus, pois também a Arqueologia se deparou, nessa mesma encosta de S. Gens, com sepulturas medievais claramente identificáveis com o rito hebraico, pelas suas semelhanças com necrópoles judaicas de outras cidades ibéricas, como Lucena e Toledo. Os mesmos argumentos que, em 1547, a inquisição usou para condenar Nicolau Rodrigues a ser exumado do local que havia escolhido para ser sepultado, no claustro do Convento da Graça, “numa cova muito alta e virgem onde nunca fosse outro enterrado, junto da cova de senhor seu filho” ajudam-nos a compreender e identificar precisamente este ritual nas sepulturas das fases mais antigas das necrópoles da Rua dos Lagares 74 e Largo das Olarias, onde se encontraram sepulturas especialmente profundas, escavadas em terra estéril e limpa, por vezes até chegar ao nível geológico. A questão do espólio encontrado em algumas sepulturas da Rua dos Lagares merece, só por si, um estudo aprofundado que permanece por realizar, e que foi aqui aflorada apenas na sua possível contribuição para uma proposta de uma cronologia semelhante à da necrópole judaica de Toledo (séculos XIII-XIV).

Levantámos também a hipótese de que parte das sepulturas das necrópoles das fases mais recentes, em ambos os sítios arqueológicos referidos (Rua dos Lagares 74 e Largo das Olarias 19-23), pudesse ter pertencido a cristãos-novos, visto que nos parece lógico que, nas décadas imediatas ao édito de expulsão das minorias religiosas, muitas famílias tenham mantido alguns dos seus costumes ancestrais, como sepultar os seus em decúbito supino no local onde os seus antepassados jaziam, e, se fosse possível, em terra virgem, o que se foi tornando cada vez mais difícil de concretizar.

Estas nossas propostas sobre cronologias precisas, ou sobre a identidade dos possíveis cristãos-novos, carecem de confirmação através de análises químicas que permitam obter datações absolutas, as quais, mesmo que tenham uma margem de erro considerável, serão sempre de grande importância para a nossa compreensão destas questões. Neste momento, aquilo que nos parece realmente indiscutível é a identidade judaica das sepulturas das necrópoles das fases mais antigas da Rua dos Lagares 74 e Largo das Olarias 19 a 23².

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

_Arquivo Municipal de Lisboa, Livro dos Pregos, doc. 501.

_Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa, 1280, doc. 4.

_Arquivo Nacional da Torre Tombo, Coleção Especial, 1281, caixa 86.

_Arquivo Nacional da Torre Tombo

Chancelaria de D. Pedro I, liv. I, fl. 124.

_Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Leitura Nova - Extremadura, liv. I, fl. 252v. a 255.

ESTUDOS

_A Conquista de Lisboa aos Mouros (2001), Aires de Nascimento (trad.) Lisboa: Vega.

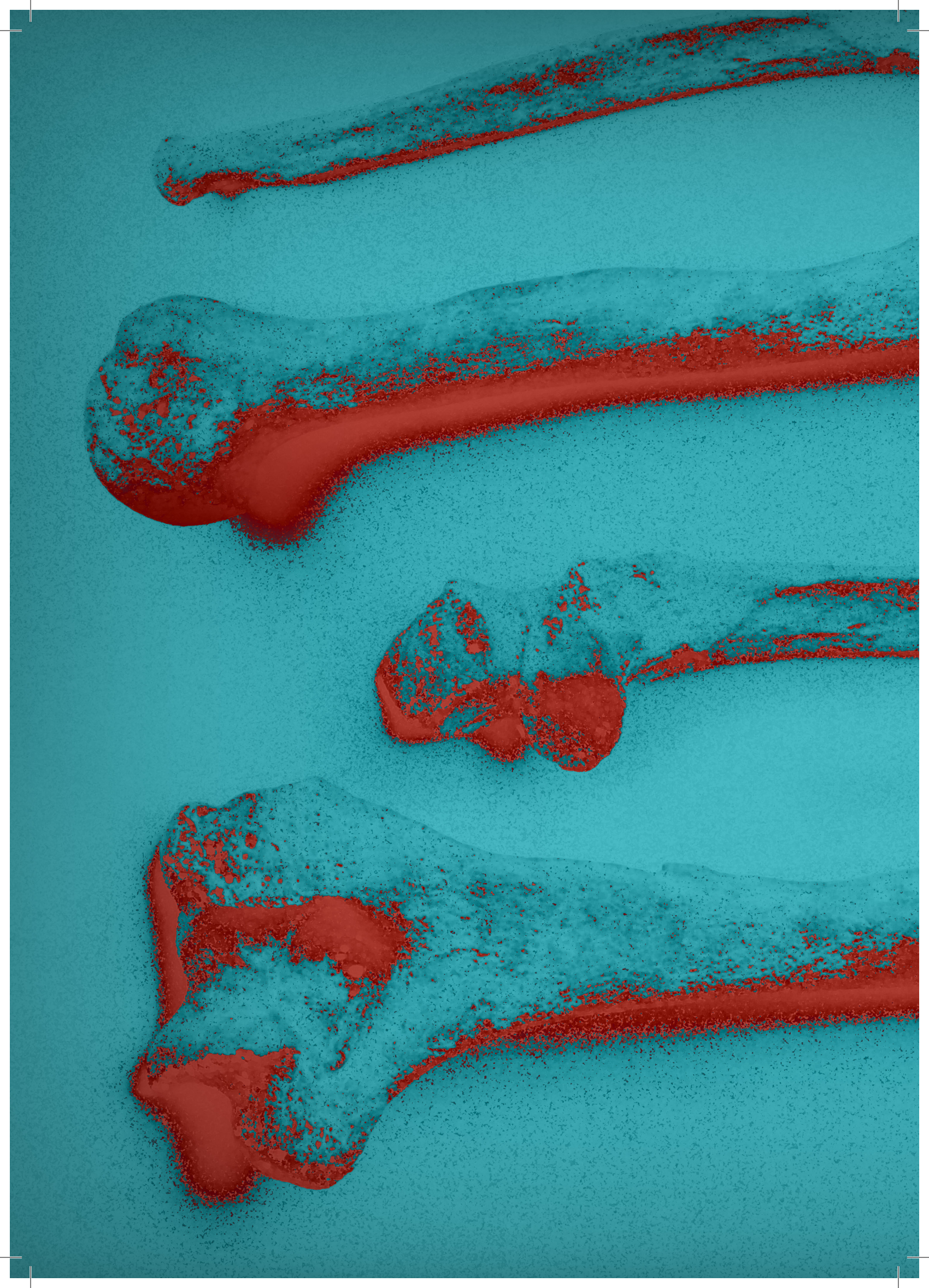
Assis, Y. T.; Meyerson, M. (2018) - The Iberian Peninsula. In Chasan, R., ed. - *The Cambridge History of Judaism. The Middle Ages: The Christian World*. Cambridge: University Press. 6, pp. 129-184.

Azevedo, P. de. (1899) - Do Areeiro à Mouraria (Topografia Histórica de Lisboa). *O Archeologo Português*. Lisboa. 5 (pp. 212-224) 257-279.

Botella Ortega, D.; Casanovas Miró, J. (2009) - El Cementerio Judío de Lucena (Córdoba). *Meah Sección Hebreo*. Universidad de Granada. 58, pp. 3-25. DOI: <https://doi.org/10.30827/meahhebreo.v58i0.65>

² Não podemos deixar de agradecer à ERA Arqueologia e à arqueóloga Anabela Castro Filipe as informações, as fotografias e o apoio dado na elaboração deste artigo.

- Bugalhão, J. (2018) - Arqueologia urbana em Portugal, hoje. *Revista Património*. Lisboa: DGPC. 5, pp. 30-39.
- Bugalhão, J. (2022) - Olysipona, entre o Império e o Islão. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 73, pp. 143-156.
- Casanovas Miró, J. (1993). Notas sobre arqueología funeraria judía en época medieval. *Espacio Tiempo y Forma*. Madrid: UNED. Série I. 6, pp. 293-302.
- de Juan García, A. (1998). Los cementerios medievales de Toledo: Distribución espacial. In López Álvarez, A. M.; Izquierdo Benito, R., coords. - *El legado material hispanojudío* (Humanidades; 25). Ciudad Real: UCLM, pp. 327-340.
- Delgado Valero, C. (1987). *Toledo Islámico: Ciudad, arte e historia*. Toledo: Caja de Ahorro.
- ERA Arqueologia, S.A. (2017) - *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Rua dos Lagares, 74 Lisboa* [Poli-copiado].
- Fierro, M. (2007). Os Ulemas de Lisboa. In Krus, L.; Oliveira, L. F.; Fontes, J. L., coords. - *Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 33-59.
- Filipe, A. N. de C. (2022) - *Rituais que Revelam Identidades: Contextos funerários de uma necrópole medieval da Mouraria de Lisboa* [Dissertação de Mestrado]. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.
- Filipe, V.; Toso, A.; Inocência, J. (2017) - Perspectivas arqueobiológicas sobre a necrópole islâmica de Alfama. In Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R. B., eds. - *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma cidade em escavação. Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de novembro de 2015*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 339-347.
- Giebels, D. N. (2016) - *A Inquisição de Lisboa. No epicentro da dinâmica inquisitorial (1537-1579)* [Dissertação de Doutoramento]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Gonzaga, A. R. (2018) - *Arqueologia da Morte no Gharb «português». Almocavares e outros registos funerários* [Dissertação de Mestrado]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Passini, J. (2017) - La judería de Toledo: Los sótanos bajo patio. *Meah Sección Hebreo*. Universidad de Granada. 66, pp. 87-108. DOI: <https://doi.org/10.30827/meahhebreo.v66i0.986>
- Ponce, M.; Oliveira, F.; Nunes, T.; Pinto, M.; Lourenço, M. (2017) - O sítio dos lagares (Lisboa): Um espaço pluricultural. In Arnaud, J. M.; Martins, A., eds. - *Arqueologia em Portugal - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1703-1714.
- Ribeiro, R. Á.; Neto, N.; Rebelo, P.; Bustamante-Álvarez (2022) - Los Judíos en Olisipo (Lisboa). Reflexiones a partir de un posible sello de panadero. *Revista Onoba*. Universidad de Huelva. 10, pp. 173-191. DOI: <https://doi.org/10.33776/onoba.vi10.7182>
- Rodríguez Fernández, A.; Rosado Tejerizo, E. (2015) - Excavación arqueológica en la necrópolis medieval de San Lázaro Toledo. In Branco, G.; Rocha, L.; Duarte, C.; Oliveira, J.; Bueno Ramírez, P., eds. - *Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário. Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição*. Évora: CHAIA / Universidade de Évora, pp. 224-233.
- Ruiz Taboada, A. (2016). El límite sur de la necrópolis medieval judía del Cerro de la Horca (Toledo) y el problema del contacto con otros cementerios. *Sefarad*. Madrid: CSIC. 76 (1), pp. 121-157. DOI: <https://doi.org/10.3989/sefarad.016.005>
- Silva, I. M. da; Evangelista, L. S.; Severino, R.; Souta, R. (2014) - *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Necrópole do Quarteirão dos Lagares*. Oeiras: ERA Arqueologia SA.
- Silva, M. F. (2022) - *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: Das Taifas a D. Dinis* [Dissertação de doutoramento]. Lisboa: Centro de História / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/29987>
- Silva, R. B., coord. (2021) - *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo: Para Além Desta Vida - Memória Funerária da Cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Caleidoscópio.
- Tavares, M. J. F. (1992) - *Los Judíos en Portugal*. Madrid: Editorial MAPFRE.



The background is a solid teal color with several large, irregular, textured shapes in a darker red or maroon hue. These shapes have a grainy, almost crystalline appearance, resembling ink splatters or organic growth. They are positioned in the upper left, middle left, and lower right areas of the frame.

COMUNICAÇÕES

A água na liturgia islâmica e possíveis leituras arqueológicas nos contextos funerários

Raquel Gonzaga¹

RESUMO

É inquestionável a atribuição mística à água desde períodos recuados.

No período proto-histórico assistimos à presença dos balneários castrejos associados a rituais variados; no período romano, observamos o culto a *caronte* e a jornada de barco para 'o outro lado', materializado nas moedas recolhidas nas sepulturas, testemunho do pagamento desta travessia.

Este carácter espiritual da água não se perde ao longo dos séculos. Os primeiros cristãos materializam a simbologia da água através do baptismo; os seguidores do Islão preservam a importância do elemento aquífero em diferentes práticas no seguimento dos cânones.

Para os muçulmanos a água é fundamental para a sua sobrevivência e essencial para as suas práticas litúrgicas.

Neste artigo expõem-se os princípios litúrgicos e o uso da água na ritualização da morte no Islão e de que forma este tipo de práticas se pode reflectir no registo arqueológico.

Palavras-chave: Água, ablução, purificação, necrópoles, Islão.

ABSTRACT:

It is unquestionable the mystical attribution to water since ancient times.

In the proto-historical period we witness the presence of baths from the Castro culture associated with initiation rituals; in the Roman period we have the cult of *Charon* and his boat journey to 'the other side', materialized in the coins collected in the roman graves, testimony of the payment of this crossing.

This spiritual character of water has not been lost over the centuries. For the Christians the use of water for baptisms continued, and for the followers of Islam this aquifer element is particularly essential.

For Muslims water is essential for survival but they also need it for their religious practices.

This article will bring forward the liturgical principles and the use of water in the ritualization of death in Islam and shall illustrate this type of practices in the archaeological record.

Keywords: water, ablution, purification, necropolis, Islam.

¹ Arqueóloga - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

INTRODUÇÃO

O Islão surgiu nas terras áridas da Península Arábica, uma região que, apesar das limitações impostas pela escassez de água e de tudo o que dela provém, destaca-se geograficamente como um ponto crucial para o comércio terrestre e marítimo.

Do ponto de vista territorial, a Península Arábica trata-se do elo entre os três continentes – europeu, africano e asiático. Consequentemente, esta região tornou-se num ponto de convergência e circulação de diversas pessoas, facilitando a disseminação do conhecimento destas comunidades provenientes de várias partes do globo. Esta realidade acentuou-se com a expansão do Islão no Egito e no Levante, áreas reconhecidas no desenvolvido intensivo da prática agrícola (Watson, 2009).

É neste contexto que os árabes assimilaram técnicas agrícolas avançadas e introduziram variedades de cultivos, diversificando a agricultura na região. Assim, estas comunidades canalizam, armazenam, distribuem e obtêm água através da construção de poços, minas de água, canais, noras, estas últimas usadas por tração animal ou movidas pela força da água. Estas soluções construtivas e técnicas continuam a ser utilizadas nos dias de hoje (Barceló, 1995; Barceló, Kirchner e Navarro, 1996).

O domínio destas práticas trouxe melhorias significativas na subsistência diária da inhóspita e árida região da Península Arábica, mas não só. Com a rápida expansão do Islão e consequentes vagas migratórias, a rentabilização do uso da água e implementação dessas novas técnicas foram também essenciais para a fundação de novas cidades e para a subsistência dessas populações (Barceló, 1995; Trillo San José, 1987).

Apesar de nem todos os muçulmanos serem árabes e nem todos os árabes serem muçulmanos, sem dúvida, a água adquiriu uma atribuição de elevada importância no Islão. Para os muçulmanos, a água é vista como um recurso precioso, atribuindo-lhe características místicas que se reflectem nos preceitos e nas crenças religiosas.

Nas fontes islâmicas – Alcorão e *hadith(s)* – as referências a este elemento aquífero são inúmeras. Desde relatos sobre a água como substância a partir da qual Deus criou a vida, até à história da água milagrosa *Zamzam*, que está nas origens do nascimento e crescimento da cidade de Meca (Jah e Lopez Gomez, 1995).

Nestes relatos divinos também encontramos uma profusão de orientações e recomendações não apenas sobre a preservação e distribuição equitativa da água, mas também sobre o seu uso litúrgico. As fontes islâmicas não enfatizam apenas a importância de conservar este recurso vital, mas também delineiam directrizes específicas para a sua utilização no contexto religioso.

Assim sendo, para os muçulmanos, a água transcende a sua mera condição de necessidade física, mas é também um elemento que estabelece uma ligação espiritual que permeia os princípios fundamentais da fé islâmica.

Não obstante, sem mais delongas, nos próximos parágrafos será descrita a aplicabilidade da água na liturgia islâmica com particular destaque para o seu papel no contexto da morte.

A água como veículo para o Além

No Islão, com frequência, as leis “mundanas” enlaçam-se com as leis divinas. E, no que concerne à água, as responsabilidades de um muçulmano não se cingem apenas à mera gestão deste recurso vital para a sobrevivência. A água é também vista como um elemento imprescindível para as suas práticas religiosas.

Entre as suas diversas utilidades, sem dúvida, destaca-se a importância da água nas cinco rezas diárias que envolvem a realização da ablução. Antes de cada oração, se se considerar “impuro”, um muçulmano deve proceder com a lavagem parcial ou total do seu corpo (Chávet Lozoya, Sánchez Gallego e Padial Pérez, 2006; Jah e Lopez Gomez, 1995; Longás, 1915). E isto poderá envolver a lavagem diária – volto a frisar – até cinco vezes dos seus corpos. Note-se a importância deste elemento aquífero na rotina de um muçulmano.

Esta prática da ablução não é apenas substancial para os vivos, mas é também aplicável aos mortos.

Ao enfrentar a inevitabilidade da morte, o corpo de um muçulmano deve passar por um processo de purificação, detalhado pelo profeta do Islão – *Mohammed*. Após a morte, os entes do falecido de imediato procedem com a lavagem do corpo utilizando água fresca ou tépida, ocasionalmente aromatizada com cânfora ou almíscar.

A lavagem é recomendada num número ímpar de vezes começando pelas extremidades do corpo do falecido, pés e mãos, e, posteriormente, tratando das demais partes do corpo. Durante este processo é fundamental zelar pela manutenção da aparência do defunto, evitando o corte das unhas, o aparar do cabelo e/ou da barba, garantido que o corpo mantém a sua aparência enquanto em vida (Chávet Lozoya, Sánchez Gallego e Padial Pérez, 2006; Jah e Lopez Gomez, 1995).

Concluída a lavagem, o falecido é envolvido num sudário de algodão, preferencialmente branco, sendo também aceitável em amarelo, impregnado com cânfora ou almíscar. Por fim, segue-se o funeral recatado e sóbrio, conduzido pelos familiares e pelo *Imam* responsável pela cerimónia (Chávet Lozoya, Sánchez Gallego e Padial Pérez, 2006).

Estas práticas rituais da morte encontram-se presentes nas fontes documentais islâmicas e, naturalmente, com maior dificuldade se verifica no registo arqueológico.

Em contrapartida, durante a escavação de uma necrópole islâmica é quase certa a identificação de esqueletos enterrados num simples covacho escavado na terra, posicionados em decúbito lateral direito, voltado para Meca, e orientados a Sudoeste-Nordeste (cabeça-pés) (Chávet Lozoya, Sánchez Gallego e Padial Pérez, 2006; Longás, 1915).

Após a purificação, a escolha da morada final

As prescrições divinas para os seguidores do Islão são inúmeras, e estas incluem as directrizes específicas em relação à morte. Estas instruções englobam a purificação e o tratamento dos corpos dos falecidos, orações, formas de sepultamento e a localização das necrópoles.

O profeta *Mohammed* salienta a separação nítida entre o mundo dos vivos e dos mortos. À semelhança do registo arqueológico de necrópoles de época romana, as necrópoles islâmicas encontram-se afastadas dos núcleos habitacionais.

Por um lado, no contexto urbano, isto vai se materializar em almocavares fora das muralhas das cidades, próximos das entradas e nas imediações das vias principais. Por outro lado, no contexto rural, registam-se em alcarias e *husun*, que estariam afastados dos centros habitacionais, mas também nas proximidades dos caminhos (Torres Balbás, 1970).

Excepcionalmente e desobedecendo às directrizes divinas, no registo arqueológico identificam-se as designadas *rawda(s)*. Estas correspondem a pequenos núcleos funerários intramuros, próximos das alcáçovas das cidades e destinados exclusivamente à inumação da elite local (Mazzoli-Guintard, 1996; Torres Balbás, 1970).

São este tipo de particularidades, observadas de forma consistente no registo arqueológico, que nos instigam a reflectir sobre possíveis padrões e acções recorrentes do ser humano que não vão ao encontro das fontes escritas. A repetição de certos elementos no contexto arqueológico leva-nos a questionar se tais observações podem revelar padrões consistentes do comportamento humano ao longo do tempo.

E, de facto, entre os dados recolhidos, existe uma repetição notória no registo arqueológico: a proximidade de núcleos funerários islâmicos, quer urbanos como de cariz rural, com pontos de água, sejam termas romanas, *hammam(s)*, fontes ou linhas de água, mananciais e sapais.

Nas linhas que se seguem, vamos abordar exemplos de almocavares, no actual território português, a proximidade e conexão com a água.

Espaço de purificação dos mortos – o caso do *Ribat* da Arrifana

O *Ribat* da Arrifana, situado em Aljezur (Faro, Portugal), na Ponta da Atalaia, destaca-se como um exemplo singular no território peninsular. Neste local, alvo de intervenções desde os anos 2000, foram identificados no decorrer dos trabalhos arqueológicos, diversos compartimentos habitacionais, mesquitas e respectivos *mihrab(s)*, um minarete, uma presumível *madrassa* e uma extensa necrópole.

Entre as estruturas identificadas no local, destaca-se um edifício destinado à lavagem dos corpos dos mortos muçulmanos, antes da sua inumação.

Segundo Mário e Rosa Varela Gomes, este edifício possui paredes e chão revestidos em cal, é composto por uma bancada, um depósito de água e uma tina escavada no solo.

A proximidade com a necrópole, os seus atributos arquitectónicos e os paralelos encontrados noutros contextos arqueológicos, fundamentam a atribuição do propósito de lavagem e tratamento dos mortos a este edifício (Gomes e Gomes, 2014; 2015).

No entanto, e infelizmente, os relatórios disponíveis carecem de informações adicionais e de registos fotográficos pormenorizados desta estrutura única no contexto peninsular.

Esperemos que, num futuro breve, sejam publicadas informações adicionais sobre este caso único e excepcional, a fim de aprofundarmos a nossa compreensão sobre este tipo de edifícios e, em extensão, sobre as práticas funerárias associadas.

Convergências no espaço: termas romanas e *hammam(s)*

Ao mapearmos os almocavares identificados no actual território português, é notória a proximidade com antigas termas romanas e banhos islâmicos, sugerindo uma possível relação entre rituais funerários e recursos hídricos.

Na cidade de Conímbriga, ou na *Madinat Qubdiyaysa* de período medieval islâmico, fizeram-se enterrar pelo menos oito muçulmanos nas *Insulae* a Norte das termas romanas. Embora a intervenção destas inumações tenha decorrido nas décadas de 60 e 70, com um registo arqueológico fruto da sua época, com várias lacunas e ambiguidades, foi possível reconhecer as características tipicamente islâmicas de enteramento - esqueletos em decúbito lateral direito e orientados a Sudoeste-Nordeste.

Dada a particularidade da sua implantação, este conjunto de sepulturas foi intencionalmente denominado como “necrópole a norte das termas de Conímbriga” (figuras 1 e 2) (Alarcão e Étienne, 1977).

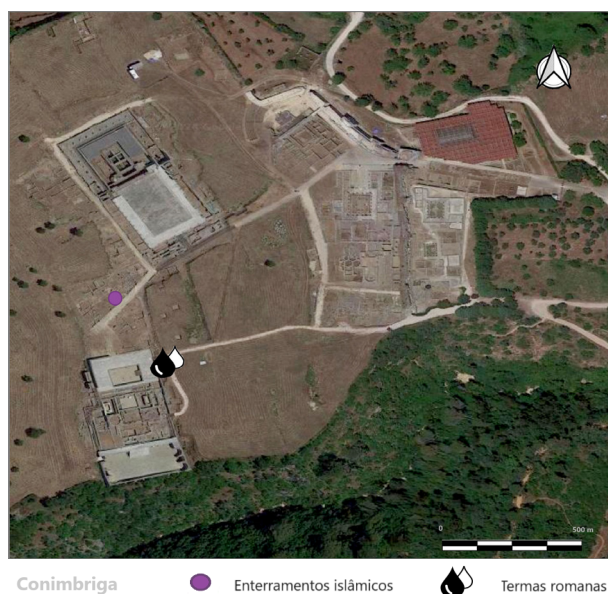


Figura 1 – Localização dos enterramentos islâmicos identificados a norte das termas romanas de Conímbriga. Imagem satélite *Google Earth*.



Figura 2 – Registo fotográfico dos enterramentos islâmicos escavados nos anos 60 em Conímbriga (Alarcão e Étienne, 1977, planche XCVI).

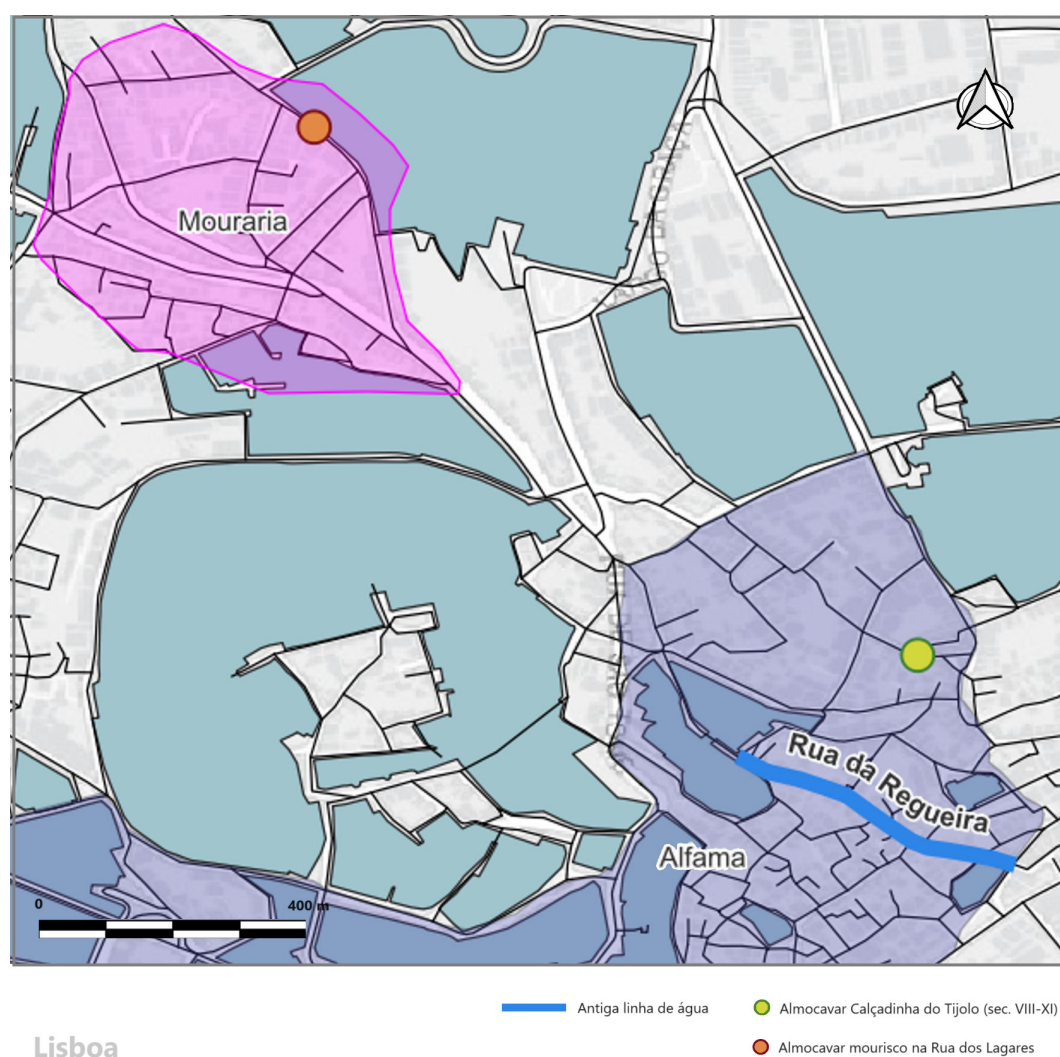


Figura 3 – Implantação das necrópoles islâmicas de Lisboa. Pormenor da proximidade do almocavar da Calçadinha do Tijolo e do pequeno curso de água na Rua da Regueira.

Caminhando em direcção a Sul, mais propriamente para a cidade de Lisboa, deparamo-nos com duas necrópoles islâmicas, mas de épocas distintas, que merecem referência – o almocavar da Calçadinha do Tijolo e o almocavar mourisco do Largo das Olarias e Rua dos Lagares (figura 3).

O primeiro almocavar é contemporâneo da cidade islâmica e, conforme indicado nas fontes documentais, foi abandonado após a Reconquista em 1147. Já o segundo surge posteriormente a esta data, sendo resultante de uma comunidade marginalizada que se instalou na Mouraria e que ali permaneceu até ao século XV.

O almocavar da Calçadinha do Tijolo localiza-se no arrabalde oriental da cidade, nas encostas de S. Vicente e nas imediações da actual Porta do Sol (antiga *bab al-Maqábir*, isto é, a porta do cemitério) no bairro de Alfama (Bugalhão, 2009; Inocêncio, 2015; Torres Balbás, 1970).

É amplamente conhecido através de fontes documentais que nesta área da cidade de Lisboa existiam os banhos islâmicos, conhecidos como (*al-*)*hammam*, sendo esta a origem do topónimo “Alfama”. Infelizmente, ainda não foi possível comprovar a sua existência arqueologicamente. Contudo, a coexistência no espaço destes dois elementos – o *hammam* e a necrópole islâmica – não passa despercebida.

Embora não seja possível localizar com precisão os banhos islâmicos de Alfama, existem outras estruturas hidráulicas identificadas que atestam a significativa presença de água nesta zona.

Estas estruturas de época romana, em particular uma cisterna utilizada para a captação de água, foram registadas nas imediações da Rua da Regueira. O próprio topónimo ‘regueira’ refere-se a um sulco por onde passa um curso de água e, de facto, nesta extensa e íngreme rua corria em tempos uma pequena linha de água que, actualmente, se encontra canalizada (Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017; Silva, 2015).

Para além das evidências materiais de época romana, as fontes documentais corroboram a presença do fluxo abundante de água na Rua da Rígra ou da Regueira. Estas fazem menção especificamente a existência de uma pequena ribeira que, outrora, fluía a céu aberto (Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017; Silva, 2015).

Estas referências históricas e os vestígios arqueológicos em Alfama contribuem para uma melhor compreensão da presença e da influência da água na paisagem e na vida urbana dos habitantes de Lisboa.

Em simultâneo, a implantação do almocavar da Calçadinha do Tijolo nesta área sugere uma relação intrínseca e talvez pouco casual com este recurso hídrico tão crucial para os cuidados póstumos.

Podemos aplicar esta linha de pensamento ao almocavar mourisco do Largo das Olarias e Rua dos Lagares. Conforme escrito acima, parte da população que permaneceu na cidade após a Reconquista de 1147 foi afastada para as áreas periféricas e menos atractivas. É neste âmbito que surge e se desenvolve a Mouraria de Lisboa, que engloba diversas construções essenciais para a comunidade islâmica, nomeadamente o *hammam* e o almocavar (Barros, 1998; Bugalhão, 2009; Oliveira Marques, 1981).

Até à data, dispomos de evidências toponímicas da “Rua do almocouar”, que perdurou até século XVIII (Machado, 1992), e temos as escavações arqueológicas que comprovam a existência da necrópole islâmica mourisca, mas ainda não temos evidências do *hammam*. Seria interessante, no futuro, analisar a implantação de ambos e tentar compreender se esta proximidade também se reflecte no caso da Mouraria.

Rumamos novamente para Sul, desta vez em direcção à cidade de Évora, mas abordaremos agora sobre termas romanas em vez de *hammam(s)*.

Foi possível através das intervenções arqueológicas proceder à identificação do almocavar da cidade islâmica de *Yabura*. Este localiza-se na actual Rua de Avis, nas imediações da Porta de D. Isabel e de uma das principais vias urbanas (Batata, 2005; Santos, 2005). Não só esta necrópole se enquadra nos padrões de implantação dos cemitérios islâmicos, como, uma vez mais, está relativamente próxima de banhos públicos, neste caso, das termas romanas situadas na actual Câmara Municipal (figura 4).



Figura 4 - Implantação do almocavar de Évora (Rua de Avis) e pormenor da proximidade com as termas romanas.

Já na cidade de Silves, observamos a repetição do mesmo padrão. As referências documentais no *livro do Almojarifado* também apontavam para a presença do almocavar de *Xelb* fora das muralhas, próximo à denominada Porta do Sol.

Sem grandes surpresas, durante as escavações na actual Rua 25 de Abril, confirmou-se a localização da necrópole islâmica. Uma vez mais, segue-se o padrão de implantação dentro dos trâmites islâmicos – extramuros, na entrada da cidade e nas imediações das vias principais – juntando-se a proximidade com o *hammam* de *Xelb*, localizada na antiga prisão e hoje sede da Câmara Municipal (figura 5) (Gonçalves, 2009; Gonçalves, 2010; Gonçalves *et al.*, 2010; Penisga, 2009).

Para além dos exemplos registados no actual território português, esta ligação entre necrópoles, *hammam*(s) e termas romanas é igualmente observada nos almocavares espanhóis. Registam-se testemunhos dessa relação duradoura entre o sagrado e a água na necrópole de Pamplona, de Calle Polo de Medina em Múrcia, de Yabal Faruh (Málaga), bem como na necrópole islâmica Sul de Mérida (Faro Carballa, Barberena Unzu e Unzu Urmeneta, 2007; Pozo Martínez, 1989; Fernandez Guirado, 1995; Barrientos Vera, 2001).



Silves

Figura 5 - Implantação do almocavar de Silves (Rua de 25 de Abril) e pormenor da proximidade com o *hammam* da cidade

Necrópoles em contextos rurais e proximidade com recursos hídricos

Em áreas rurais, multiplicam-se os sítios arqueológicos próximos de recursos hídricos, nomeadamente na necrópole do Telhal, Quinta do Estácio, Malhada do Vale da Água, Monte Branco 1, Torre Velha 3, Comporta, Alcaria de Arge, entre outros núcleos funerários (Gonzaga, 2018). A proximidade com linhas de água e mananciais emerge como uma constante.

A influência da água não se limita apenas a regiões do interior rural. Em áreas costeiras e próximas a sa-pais, observamos a mesma ligação em locais como a necrópole do *Ribat* do Alto da Vigia, em Sintra, a necrópole da Rua Francisco Augusto Flamengo, em Setúbal, a necrópole da Quinta do Lago (ou Tejo do Praio), em Loulé, e no Cerro da Vila, em Quarteira (Gonzaga, 2018).

Certamente, a água desempenha um papel fundamental na instalação de núcleos habitacionais, pois trata-se de um recurso essencial para a vida quotidiana e respectivas actividades básicas destas comunidades. Não obstante, ao analisarmos o mapeamento dos almocavares de âmbito rural, a proximidade com linhas de água não passa despercebida. No entanto, é imperativo considerar, em conjunto com a análise deste mapeamento, eventuais mudanças nos cursos de água que podem alterar ao longo do tempo. Além disso, deve ser determinada uma distância mínima entre necrópoles e recursos hídricos para aferir se existe uma relação intencional entre ambos.

Trata-se de uma tarefa árdua, uma vez que envolve uma análise aprofundada das possíveis alterações dos numerosos cursos de água, e, como tal, terá de ser executada num outro momento mais propício, em que a disponibilidade e dedicação sejam mais amplas.

Considerações finais

A região geográfica predominantemente árida da Península Arábica trouxe à população local, incluindo os que acreditavam em *Allah*, desafios significativos para a sua sobrevivência. Sendo a água um recurso escasso e valioso, a sua preservação foi fundamental para a vida dos habitantes.

Essa escassez de água na Península Arábica influenciou directamente a percepção cultural e religiosa dos muçulmanos. A água sobrelevou-se de elemento essencial para a sobrevivência física, assumindo, de igual forma, uma dimensão simbólica e espiritual, representando a pureza e limpeza.

Essa admiração pela água estende-se ao contexto funerário, onde a água desempenha um papel crucial na purificação dos corpos dos entes falecidos. Os rituais de lavagem não purificam apenas os corpos, simbolizam também a transição do falecido para o Além. A água, nesse sentido, torna-se um veículo simbólico para a purificação, tanto na vida como na morte.

No registo arqueológico português e espanhol, é notória a proximidade dos almocavares com a água em variadíssimas formas. E, do mesmo modo que os muçulmanos direccionavam e canalizavam a água para os campos agrícolas, *hammam(s)* e mesquitas, é plausível que também considerassem a importância e proximidade da água na implantação das suas necrópoles.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. de; Étienne, R. (1977) – *Fouilles de Conimbriga I**, L'architecture. Paris: diffusion de Boccard.
- Barceló, M. (1995) – De la congruencia y la homogeneidad de los espacios hidráulicos en al-Andalus. In *El agua en la agricultura de al-Andalus*. Barcelona: Lunwerg. Catálogo de exposición, pp. 25-39.
- Barceló, M.; Kirchner, H. e Navarro, C. (1996) – *El agua que no duerme. Fundamentos de la arqueología hidráulica andalusí*. Granada: Legado Andalusí.
- Barrientos Vera, T. (2001) – Excavación en la maqbara andalusí de la zona sur de Mérida: intervención arqueológica realizada en el solar nº 60 de la calle Concordia. *Mérida, excavaciones arqueológicas*. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida. 7, pp. 15-34.
- Barros, M. F. (1998) – *A comuna muçulmana de Lisboa: sécs. XIV e XV*. Lisboa: Editora Hugin.
- Batata, C. (2005) – Relatório Final do Acompanhamento Arqueológico e Escavação na Rua de Aviz, nº 91 Évora. *Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Lda*. [Não publicado]. Acessível no Arquivo de Arqueologia Portuguesa.
- Bugalhão, J. (2009) – Lisboa Islâmica: uma realidade em construção. *Xelb: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*. Silves: Câmara Municipal. Museu Municipal de Arqueologia. 9, pp. 377-391.
- Carvalhinhos, M.; Mota, N.; Miranda, P. (2017) – Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: o lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o Miradouro de Santa Luzia. In Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R. B., eds. – *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*. Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, pp. 298-337.
- Chávet Lozoya, M.; Sánchez Gallego, R.; Padial Pérez, J. (2006) – Ensayo de Rituales de Enterramiento Islámicos en Al-Andalus. *Anales de Prehistoria y Arqueología*. Murcia: Universidad de Murcia. 22, pp. 149-161.

- Faro Carballa, J. A.; Barberena Unzu, M. G.; Unzu Urmeneta, M. (2007-08) – Pamplona y el Islam. Nuevos testimonios arqueológicos. *Trabajos de arqueología Navarra*. Pamplona: Gobierno de Navarra. 20, pp. 229-284.
- Fernández Guirado, I. (1995) – La necropolis musulmana de Yabal Faruh (Malaga). Nuevas aportaciones. *Estudios sobre cementerios islámicos andalusíes*. Málaga: Universidad de Malaga (UMA), pp. 37-68.
- Gomes, R. V.; Gomes, M. V. (2014) – The Arrifana Ribat (Algarve). The study of the necropolis. *Bulletin Fondation Max Van Berchem*. Genève: Fondation Max Van Berchem. 28, pp. 3-6.
- Gomes, R. V.; Gomes, M. V. (2015) – Viver e Morrer num Ribat no Extremo Sudoeste da Europa (Arrifana, Portugal). *Arqueologia & História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 66-67, pp. 97-112.
- Gonçalves, M. J. (2009) – Silves Islâmica: deambulando pelo Arrabalde Oriental. *Xelb: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*. Silves: Câmara Municipal. Museu Municipal de Arqueologia. 9, pp. 489-524.
- Gonçalves, M. J. (2010) – Novas problemáticas relacionadas com a topografia da cidade islâmica de Silves. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 11, pp. 121-138.
- Gonçalves, M. J.; Pereira, V.; Pires, A.; Rodrigues, Z. (2010) – Novos dados sobre os espaços sepulcrais da cidade de Silves. Resultados preliminares dos trabalhos de Acompanhamento Arqueológico da instalação de infra-estruturas na rua de acesso ao Castelo. *Xelb: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*. Silves: Câmara Municipal. Museu Municipal de Arqueologia. 10, pp. 851-863.
- Gonzaga, R. (2018) – *Arqueologia da Morte no Gharb 'português'. Almocavares e outros registos funerários*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, na área de especialização em Arqueologia Medieval e Moderna, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Inocêncio, J. (2015) – *Projecto de Salvaguarda de Valores Arqueológicos do Imóvel sito na Calçadinha do Tijolo n.ºs 37 a 43, Alfama (Freguesia de Santa Maria Maior, Lisboa)*. *Relatório de Antropologia*. Lisboa: Cota 80.86, Ld.^a [Não publicado]. Acessível no Arquivo de Arqueologia Portuguesa.
- Jah, C. A.; Lopez Gomez, M. (1995) – *El enigma del agua en al Andalus*. Barcelona: Lunwerg.
- Longás, P. (1915) – *La vida religiosa de los moriscos*. Madrid: Imprenta Ibérica.
- Machado, J. (1992) – Arabismos na Toponímia Lisboaeta. *Separata do Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa* (Série Estudos e Conferências). Lisboa: SPL. 13, pp. 1-42.
- Mazzoli-Guintard, C. (1996) – *Villes d'al-Andalus. L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIII-XV siècles)*. Rennes: Presses Universitaires.
- Oliveira Marques, A. H. (1981) – A persistência do elemento muçulmano na História de Portugal após a “Reconquista”. O exemplo da cidade de Lisboa. *História e Crítica*. Lisboa: FLL – Dep. de História. 7, pp. 19-24.
- Penisga, A. (2009) – *Rua 25 de Abril – Polis de Silves. Relatório dos Trabalhos de Acompanhamento Arqueológico e Escavação Arqueológica de sondagens na Rua 25 de Abril – Silves*. Porto: Omnisknos - Arqueologia, Valorização do Património e da Cultura, Lda. [Não publicado]. Acessível no Arquivo de Arqueologia Portuguesa.
- Pozo Martínez, I. (1989) – El cementerio islámico de la Calle Polo Medina (Múrcia). In *Actas del III Congreso de Arqueologia Medieval Española*. Oviedo: Universidad de Oviedo. II, pp. 413-421.
- Santos, C. (2005) – *Relatório antropológico de escavação na Rua de Aviz, Évora*. Abrantes: Ozecarus, Serviços Arqueológicos, Ld.^a [Não publicado]. Acessível no Arquivo de Arqueologia Portuguesa.
- Silva, R. B. da (2015) – O contexto alto-imperial da rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): vidros, cerâmicas e análise contextual. In Quaresma, J.; Marques, J., eds. – *Contextos Epigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (Monografias AAP). 1, pp. 41-67.
- Torres Balbás, L. (1970) – *Ciudades hispanomusulmanas*. Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura. Tomo I.
- Trillo San José, C. (1987) – El agua en al-Andalus: teoría y aplicación según la cultura islámica. *Estudios sobre historia medieval*. Valencia: Alfons el Magnímic, pp. 133-143.
- Watson, A. M. (2009) – *Agricultural Innovation in the Early Islamic World: The Diffusion of Crops and Farming Techniques, 700-1100*. New York: Cambridge University Press.

Bioarqueologia, do campo ao laboratório: o caso da necrópole Moderna do Hospital dos Soldados (Castelo de São Jorge, Lisboa)

Susana Henriques¹, Liliana Matias de Carvalho², Ana Amarante², Sofia N. Wasterlain², Ana Curto^{3,4}

RESUMO

Os trabalhos desenvolvidos na Rua do Recolhimento7/9 (Lisboa, Santa Maria Maior) revelaram várias realidades que apontam para uma estruturação planeada do espaço. Localizado na zona do Castelo de São Jorge, a área intervencionada apresentou vários desafios de leitura diacrónica que nos levaram a aferir a sua relação com o Hospital dos Soldados, intervencionado nos anos de 1999/2000 e localizado do outro lado do arruamento.

A análise estrutural e arquitetónica leva-nos a levantar a hipótese de estarmos perante o primeiro hospital de século XVI, Hospital de San Filipe e Santiago, gerido pelos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus. Os elementos construtivos identificados apontam para uma construção de raiz, pensada com uma funcionalidade. Surge um edifício com cinco compartimentos e uma área exterior. Estes compartimentos evoluem e são várias vezes reorganizados, mudando de funcionalidade e aos poucos transformando-se num espaço para a morte.

As mudanças parecem responder às necessidades não apenas de uma cidade em evolução, mas também de uma maior extensão dos serviços hospitalares à comunidade. Um reflexo dessas mudanças foi a necrópole e suas várias fases, tendo sido exumados mais de 1 000 indivíduos. As diferentes necessidades exigidas pela gestão do espaço da necrópole criam um diálogo com as estruturas hospitalares e com os registos bibliográficos (registos de óbitos e altas, contas hospitalares). Esses registos alargaram a comunidade que era tratada no Hospital dos Soldados. Para além da comunidade militar, foram também identificados prisioneiros, civis e funcionários do Hospital.

A investigação arqueológica, antropológica e histórica trouxe à luz uma comunidade religiosa e militar. A gestão do espaço mudou de acordo com a dinâmica e funções desta instituição.

Esta coleção osteológica será estudada mais aprofundadamente no âmbito de um projeto financiado pela FCT (DOI: 10.54499/2022.03576.PTDC) que engloba seis disciplinas (osteologia, arqueologia, história, química, paleoparasitologia e genómica) e visa melhor compreender a vida e saúde dos militares no passado.

Palavras-chave: Época Moderna, Hospital Militar, cemitério.

Bioarchaeology, from the field to the laboratory: the case of the post-medieval necropolis of the Soldiers Hospital (Castle of São Jorge, Lisbon)

ABSTRACT

The work carried out at Rua do Recolhimento7/9 (Lisbon, Santa Maria Maior) revealed several realities that point to a planned structuring of the space. Located in the Castelo de São Jorge area, the intervened area presented several diachronic reading challenges that led us to assess its relationship with the Hospital dos Soldados, intervened in the years 1999/2000, located on the other side of the street.

¹ Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora, Portugal.

² University of Coimbra, Research Centre for Anthropology and Health, Department of Life Sciences, 3000-456 Coimbra, Portugal.

³ HERCULES Laboratory, Palácio do Vimioso, Largo Marquês de Marialva, University of Évora, 7000-809 Évora, Portugal.

⁴ IN2PAST, Associate Laboratory for Research and Innovation in Heritage, Arts, Sustainability and Territory; 7000-809 Évora, Portugal.

The structural and architectural analysis leads us to raise the hypothesis that we are in the presence of the first 16th century hospital, Hospital de San Filipe e Santiago, managed by Hospitaller Order of São João de Deus.

The identified constructive elements point to a construction from scratch, designed with a functionality. It consists of a building with five compartments and an outdoor area. These compartments evolved, and were reorganized several times, changing its functionality and being slowly transformed into a space for the death.

These changes likely result from the needs of an evolving city, and also of a greater extension of hospital services to the community. This probably resulted in the necropolis and its various phases, having been exhumed over 1,000 individuals. The different needs related to the management of space in the necropolis create a dialogue with the hospital structures and bibliographic records (death and discharge records, hospital accounts). These records extended to the community treated at Hospital dos Soldados. In addition to the military community, prisoners, civilians and Hospital employees were also identified.

Archaeological, anthropological and historic investigation brought to light a religious and military community. The space management changed according to the dynamics and functions of this institution.

This osteological collection will be studied in more detail in a project funded by the FCT (DOI: 10.54499/2022.03576.PTDC) which incorporates six disciplines (osteology, archaeology, history, chemistry, paleoparasitology and genomics) and aims to better understand the life and health of the military in the past.

Keywords: Post-Medieval, Military Hospital, cemetery.

1_INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica na Rua do Recolhimento 7/9, Castelo de São Jorge, Lisboa, apresentou duas realidades distintas de época moderna. A primeira seria um espaço funcional, dividido em quatro compartimentos e uma área exterior, a segunda uma necrópole de onde foram exumados mais de 1000 indivíduos.

No final do século XX, no lado sul do arruamento, mais concretamente nos n.ºs 8 a 16, os trabalhos de foro arqueológico puseram a descoberto um conjunto estrutural que as autoras associaram ao Hospital Militar da Ordem de São João de Deus. Os elementos arquitetónicos conjugados com o espólio arqueológico recolhido espelhavam uma realidade do século XVII até ao dia 1 de novembro de 1755, ainda que nenhum estudo aprofundado tenha sido realizado (Gaspar e Gomes, 2005).

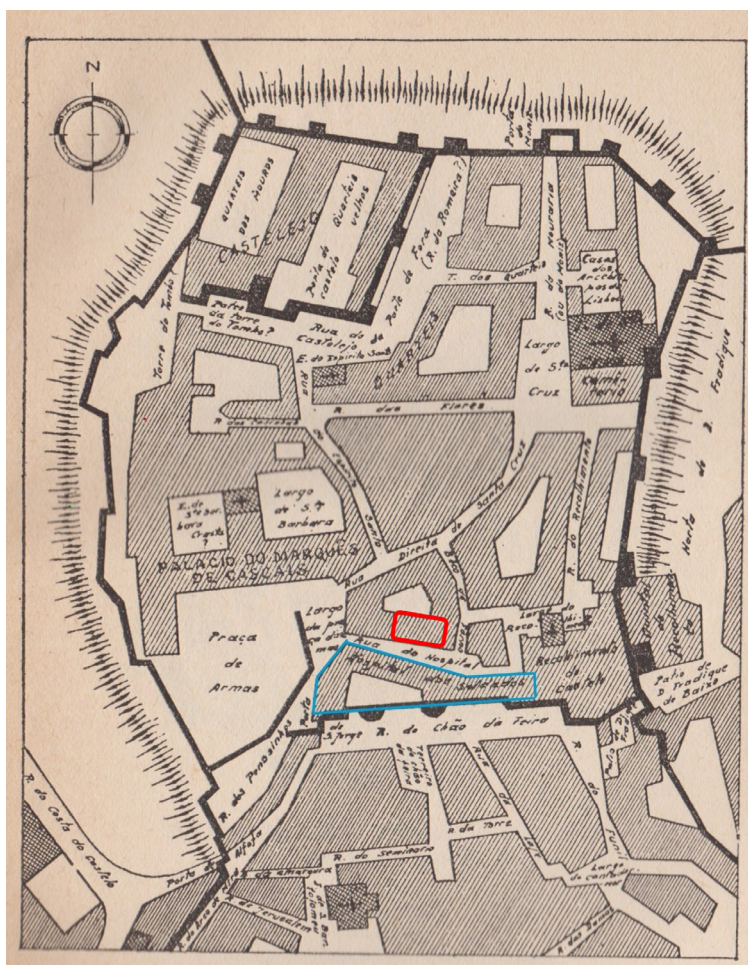


Figura 1 - Vista do hospital e necrópole (adap. Vieira da Silva, 1937).

A análise arqueológica dos contextos escavados permitiu tirar ilações pertinentes para o estudo do Hospital Militar do Castelo, sempre consubstanciadas pelas estruturas e espólio, primeiramente concluem que estão a escavar um segundo hospital, mencionado nas fontes históricas, num documento de 1663, indicando esta data como a data de fundação do Hospital do Castelo (Gaspar e Gomes, 2005, pp. 864 e 866).

A escavação de início do século pôs a descoberto vários compartimentos, com paredes revestidas de azulejo, chão empedrado e uma escadaria monumental para um segundo piso. O espólio, por exemplo uma garrafa de vidro pertencente à Botica de São Vicente de Fora (B. S. VTE) e um prato de faiança com a inscrição S. IOÃO DE DEOS é indicativo da presença de um ambiente hospitalar. O momento de abandono é consentâneo com a catástrofe do terramoto de 1 de novembro de 1755, verificando-se vestígios de incêndio e paredes rachadas (Gaspar e Gomes, 2005). O compartimento mais a Oeste e junto ao caminho da ronda é interpretado como sendo a prisão do Hospital Militar (Gaspar e Gomes, 2005, p. 867; Gomes *et al.*, 2003, p. 216, Calado, Pimenta e Silva, 2003, p. 84).

2_Hospital

Na escavação mais recente, foi possível identificar três compartimentos interiores estruturantes do espaço. O central, apresentava elementos construtivos possíveis de atribuir a uma zona de preparação de alimentos ou mesmo de medicamentos. Identificação de dois armários embutidos na parede, com arcos feitos de tijoleira, simétricos e localizados em paredes opostas. No canto noroeste foi posta a descoberto uma estrutura, com duas áreas de trabalho, zona onde se cozinhava, e um “balcão” elaborado em tijoleira.

No canto oposto (SE) uma pia que estava ligada a um caneiro inserido na parede (orientação NO-SE) e com ligação à via.



Figura 2 – Armário na parede Oeste do compartimento central.

Na parede Este observaram-se um vão e uma janela que dariam para o compartimento seguinte (Beco do Forno do Castelo, n.º 1 e 1A, compartimento VIa e VIb - Figura). Na parede Oeste também foi possível identificar um vão que dá para outro compartimento. Nenhum dos compartimentos, a Este ou Oeste, da zona central, apresenta indícios concretos passíveis de atribuir uma possível funcionalidade.

Um quarto compartimento mais a Sul (Compartimento II), apresenta uma forma retangular e com o teto abobadado. A primeira área de circulação (piso em tijoleira) identificada situa-se altimetricamente abaixo dos outros compartimentos e da via pública. Uma segunda fase, também com piso em tijoleira, apresenta uma talha na sua extremidade Oeste, e está ao mesmo nível de circulação que o compartimento central, sendo o seu acesso feito por um vão localizado a SE.

O espaço exterior estava dividido em duas áreas distintas e fisicamente separadas pela reutilização de uma parede do período medieval (orientação O-E). O espaço mais a Sul apresentava três pilares retangulares, indicativos da existência de possível telheiro. A área exterior com as estruturas acima identificadas é anulada, com a deposição de uma lixeira e de um aterro argiloso e compacto que serviu para nivelar o terreno. Surgem estruturas em pedra solta e tijoleira interpretadas como canteiros. Enquanto o espaço interior apresenta uma organização N-S, o exterior, possivelmente devido à pré-existência estrutural de época medieval, apresenta uma organização E-O.

As características arquitetónicas descritas apontam para a fundação de uma estrutura de características hospitalares, alterando-se de forma a corresponder às necessidades da assistência dada aos soldados aqui tratados. Augusto Moutinho Borges, na obra sobre os “Reais Hospitais Militares fundados e geridos pela Ordem Hospitaleira de São João de Deus em Portugal entre 1640 e 1834”, enumera os seguintes elementos funcionais que constituem tipologicamente um hospital militar: 1. Ambiente urbano, recinto murado, preferencialmente junto a uma muralha; 2. Enfermarias; 3. Sala cirúrgica e boticário; 4. Área administrativa; 5. Capela; 6. Áreas de serviço (cozinha, cisterna, poço, arrumos); 7. Cerca (horta e zona vegetal) e 8. Cemitério (Borges, 2009, p. 36).

Através dos elementos construtivos identificados na escavação arqueológica foi possível verificar a existência de uma área usada como horta e jardim e de uma cozinha, com vários elementos que apontam para a botica, sendo exemplo disso, os armários, a pia e a janela. A utilização de janelas no rés-do-chão não é comum na época pós-medieval, sendo que no século XVI seriam maioritariamente reservadas aos pisos superiores, sendo as localizadas no rés-do-chão denominadas janelas de boticário (Castilho e Andrade, 2015, p. 66). Não só a morfologia, mas também a terminologia é indicativa que esta janela está relacionada com uma botica, portanto relacionada com um hospital.



Figura 3 – Janela e vão (Compartimento VIa) de acesso ao compartimento central.

A anulação deste espaço para a criação de um cemitério explica também o porquê da identificação, na escavação dos n.ºs 8 ao 16 da Rua do Recolhimento, de espólio arqueológico associado à botica de São Vicente de Fora, ou seja, o hospital deixou de ter uma botica própria.

A criação do cemitério do hospital militar é um fenómeno posterior a estas instituições, surgindo a partir do século XVII (Borges, 2009, p. 36), e refletindo a necessidade de uma nova área consagrada que aponta para a importância crescente não só da instituição, o hospital, mas também da Ordem Hospitaleira de São João de Deus. Comprovada pela reconstrução do espaço com a integração de um oratório à entrada e visível da via pública (Henriques *et al.*, 2020, p. 1952).

3_Cemitério

No exterior foi identificada uma sepultura estruturada (a única com esta tipologia), num espaço delimitado por um muro solto de pedra e tijolo, que foi interpretada, estratigraficamente, como a sepultura mais antiga (Fase 1), indicando que já estávamos diante de um edifício que tratava da morte (Henriques *et al.*, 2020, p. 1953). Situa-se na zona mais ocidental da zona intervencionada, não tendo sido possível aferir se existiriam mais enterramentos na zona não intervencionada do imóvel. Nesta fase, todos os restantes compartimentos interiores e exteriores continuam em utilização, mantendo a sua funcionalidade original. Será que se pode assumir que este enterro está relacionado com a utilização deste espaço como hospital? E quem foi enterrado? E porque não foi sepultado no cemitério paroquial? O uso deste espaço enquanto área de sepultamento não se mantém, já que, como supramencionado, ocorre um alteamento da área onde surgem várias estruturas indicativas de uma zona ajardinada e/ou horta.

Na fase seguinte de utilização do espaço interior e exterior registam-se as maiores alterações. Toda a área utilitária (exceto o compartimento abobadado e os compartimentos VIa e VIb) vão ser aterrados. A entrada pelo n.º 7 da Rua do Recolhimento será o ponto de acesso a este novo campo santo. É construída uma parede onde se insere um oratório, de finais do século XVII, inícios do XVIII, onde, pelos restos de elementos metálicos presentes, estaria uma cruz. Verifica-se uma representação do purgatório e duas figuras de hábito negro, estendendo os braços, salvando as almas (Henriques *et al.*, 2020, p. 1952). Esta parede vai ser ponto de apoio a uma escadaria que dá acesso à necrópole, mas também vai servir como barreira visual entre a via pública e o espaço de sepultamento. No final da escadaria identificamos elementos escavados no degrau, indicativos da presença de um gradeamento e portão, seguido de um pequeno átrio empedrado com seixos, e delimitado por lajes calcárias colocadas ao alto.

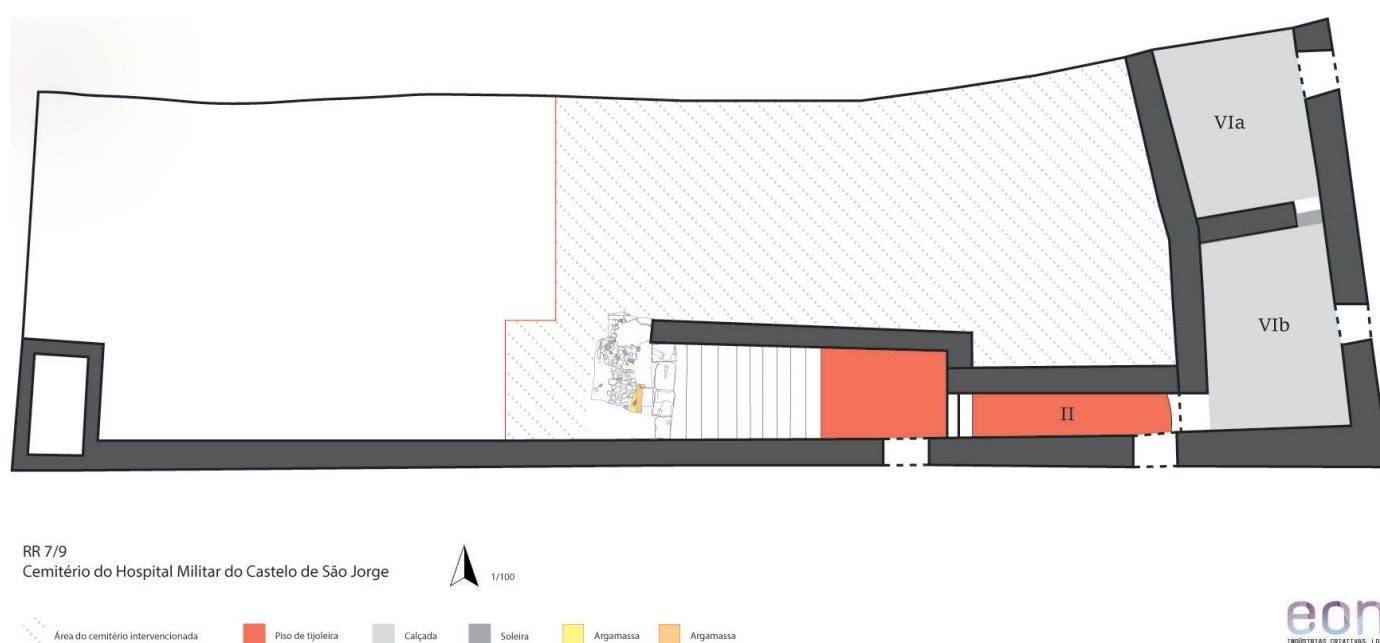


Figura 4 -Planta do edifício com a indicação da área de cemitério intervencionada.

Foi possível identificar mais cinco fases estratigraficamente sequenciais de utilização do espaço enquanto área sepulcral. A Fase 2, corresponde a enterramentos com uma orientação O-E, alinhados, sem se cortarem. A Fase 3 corresponde a valas coletivas com três a cinco enterramentos, e orientação O-E e E-O, alinhadas e sem se cortarem, com parco espólio funerário (Leirião, 2021; Leirião *et al.*, 2023). A Fase 4 constitui-se por valas duplas, também elas alinhadas e sem se cortarem, e com a presença de alfinetes de sudário. Nenhuma das três fases se intersecta, sugerindo um claro planeamento e conhecimento da localização dos enterramentos.



Figura 5 – Fase 4 - Vala Dupla.

Verificamos que para a Fase 3 é feito um novo aterro, o mesmo acontecendo para a Fase 5. Esta fase caracteriza-se por enterramentos simples, com orientação O-E e E-O. No decorrer da utilização do espaço cemiterial, durante a Fase 5, o espaço passa a ser insuficiente, surgindo várias realidades cortadas e sendo necessário criar uma área de carneiro (Carvalho *et al.*, 2020).

Relativamente à Fase 6 da necrópole, esta parece ter sido um recurso de utilização fortuita e clandestina, caracterizando-se por enterramentos infantis e com uma orientação N-S (Henriques *et al.*, 2020, p. 1954).

4_Breve cronologia e fontes históricas

O Castelo de São Jorge, para além de ser palco de inúmeros eventos na história da cidade, encerra em si, uma dinâmica urbana diferente da do resto da cidade, pré e pós-terramoto, tendo sido alvo de vários estudos que apresentam breves indicações sobre o Hospital dos Soldados. Viera da Silva, engenheiro militar e olisipógrafo, na obra *O Castelo de São Jorge em Lisboa*, de 1937, faz menção à existência de uma ermida, localizada na esquina da Rua do Recolhimento com a de Santa Cruz, ermida de invocação da Nossa Senhora da Conceição, que pertencia ao Hospital dos Soldados, com fundação no ano de 1673, sob a regência do infante D. Pedro II, em edifícios pertencentes ao Duque de Aveiro. O Hospital ocupava o lado Sul da Rua do Recolhimento (Silva, 1937, p. 121).

No livro de Ferreira Andrade de 1954: *A freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, sobre a toponímia dos arruamentos, verificamos, pois, a existência da Rua do Hospital (antiga Rua do Jardim, Rua das Orfãs e atual Rua do Recolhimento) (Andrade, 1954, p. 73). Será então neste arruamento que se localiza o Hospital de Nossa Senhora da Conceição, fundado por D. Afonso VI, em 1673 (fornecida pelo Padre Baptista de Castro, na sua obra de 1763: *Mappa de Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Tomo II, Parte III e IV), e gerido pelos religiosos hospitaleiros de São João de Deus (Andrade, 1954, pp. 81 e 82). Este Hospital Mili-

tar estava instalado nas casas do Duque de Aveiro, onde anteriormente estaria instalado o Recolhimento (Andrade, 1954, p. 82).

Augusto Moutinho Borges, na sua tese: “Reais Hospitais Militares em Portugal (1640-1834)”, indica que em 1580, já há a presença efetiva de irmãos Hospitaleiros no Castelo de São Jorge, que prestavam auxílio aos marinheiros e soldados espanhóis ativos na conquista de Portugal (Borges, 2009, pp. 35, 53 e 99). Em 1640, após o fim da união ibérica, e com a aclamação de D. João IV ao trono de Portugal é extinto o hospital (Borges, 2009, p. 54), sendo que no ano seguinte, a administração do Real Hospital Militar do Castelo de São Jorge passa para os irmãos hospitaleiros de São João de Deus, após o retorno dos religiosos espanhóis ao seu país a mandato do rei (Borges, 2009, p. 55).

Seriam os militares que administrariam o hospital antes da entrada da Ordem de São João Deus. Vemos evidência dessa realidade no documento, datado de 1583, que enuncia os administradores os capitães Rodrigo Oujon [sic] e Tomas Calderon do Hospital de San Felipe e Santiago, da cidade de Lisboa (Torre do Tombo: Corpo Cronológico, Parte II, mç. 256, doc. 71).

A primeira referência documental que enuncia a entrada da Ordem de João de Deus no Hospital de San Felipe e Santiago, sito no Castelo, é de Lisboa a 4 de maio de 1592 (Torre do Tombo: Corpo Cronológico, Parte II, mç. 264, n.º 22; Henriques *et al.*, 2020, p. 1950). Ou seja, existe a passagem de administração dos militares para os religiosos antes do início da Guerra da Restauração, e advém do auxílio a prestar aos marinheiros e soldados espanhóis ativos na conquista de Portugal (Borges, 2009, pp. 35 e 99).

Destes dois documentos transparece a antiguidade deste estabelecimento no Castelo de São Jorge e a sua longa relação com a Ordem de São João de Deus, que foi feita durante a dinastia Filipina, seguindo a regra de que a assistência hospitalar estava a cargo de ordens religiosas, ao invés de uma administração por parte das Misericórdias (Araújo, 2005, p. 651).

Do foro do saneamento associado a este hospital, encontramos na obra de Ferreira Andrade duas referências pertinentes ao estudo em questão. A primeira, de 14 de maio de 1694, é referente ao cemitério do Hospital, o provedor-mor da saúde, desembargador Domingos Nogueira de Araújo, dá conta ao senado da existência de doenças no Castelo, sendo a razão, os corpos enterrados no cemitério do Hospital dos Soldados, que se encontravam já à superfície (Andrade, 1954, p. 84). É ordenada uma vistoria e que seja colocada calça com “mais dois palmos de altura e se calçasse de maneira que não pudesse vaporar ruim cheiro”, e proibição de enterramento por dois anos no local, passando o local de sepultura a ser no cemitério da Igreja de Santa Cruz do Castelo (Andrade, 1954, p. 84).

A segunda referência é feita após a vistoria ao cemitério do Hospital dos Soldados, determinando que os corpos não seriam a única causa de insalubridade, mas também o facto de o cano do hospital, partilhado com o Recolhimento, estar entupido (Andrade, 1954, p. 84). Esta estrutura hidráulica faz parte do ramal principal da rede do Chafariz d’El-Rei, que no século XVII inicia-se no Castelo da cidade: “Cano que vem do Castelo – Do Castelo vem um cano, do hospital até à rua que vem das Portas do Sol, e se vem meter nos canos do Limoeiro” (Barros, 2014, pp. 27 e 28). O mesmo ramal no século anterior tem a seguinte descrição: “As casas da Senhora Duquesa (de Aveiro) têm um cano que vêm ter ao cano da cadeia, (...)” (Barros, 2014, p. 27).

A última referência ao Hospital dos Soldados é da sua ruína com o terramoto de 1755, indicando que o mesmo foi incendiado, os religiosos foram para o Convento-Hospital de São João de Deus, à Pampulha (Andrade, 1954, p. 86; Borges, 2009, pp. 68 e 99). Situação também documentada nos registos paroquiais: a 1 de novembro de 1755 Domingos Ferreira faleceu devido à queda de uma parede junto ao Hospital dos Soldados (Andrade, 1954, p. 85), mostrando o cataclismo que ocorreu na zona, mas que também ficou espelhado no registo arqueológico (Gaspar e Gomes, 2005, p. 870).

O estudo do registo paroquial, nomeadamente dos óbitos, ainda se encontra numa fase muito embrionária, contudo importa realçar pontos-chave para o futuro desta investigação. Para além da inspeção sanitária ao cemitério do Hospital de 1694, também nos registos de óbito identificamos a presença do mesmo. Verificamos por exemplo registos de soldados tratados no hospital e que foram a enterrar no cemitério do mesmo: “Aos treze dias do Mes de Dezembro de mil e sete centos e quarenta e sete anos faleceu no

Hospital deste Castello com todos os Sacramentos Luis Fernandes, soldado de prasa de Marzagão e prezo na Cadea, ordem do Corregedor do Crime e Caza, (...), esta sepultados no Somiterio do dito Hospital (...).

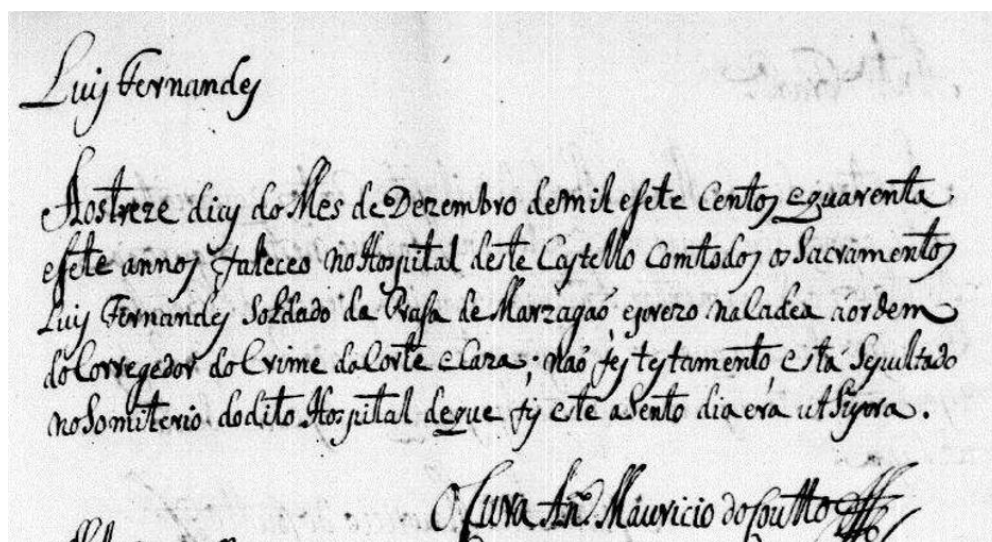


Figura 6 - Registo de óbito da paróquia de Santa Cruz do Castelo 1747-1787 (PT-ADLSB-PRQ-PLSB12-003-O3_m0357).

A população abrangida, tratada no Hospital Militar e a enterrar no cemitério do Hospital, parece não se limitar aos militares, também passa por população prisional, nomeadamente presos da “cadea nova” e pessoal hospitalar, como é o caso de Manoel Duarte dos Santos, enfermeiro. Foi também possível identificar, até agora, o caso de um civil, Francisco Ferreira Nobre, que morreu de um “*acidente de apoplexia*”, e foi a sepultar no cemitério do Hospital.

5. Dados Antropológicos

No âmbito da intervenção arqueológica na Rua do Recolhimento, durante a 2.ª fase, foram identificados e escavados 841 enterramentos em inumação primária. As sepulturas eram essencialmente escavadas no sedimento, simples, duplas ou múltiplas, sendo a sua forma difícil de determinar.

A avaliação do perfil biológico⁵ classificou 91,8% (n=549) dos indivíduos exumados como masculinos e 8,2% (n=49) como femininos. Nos restantes não foi possível estimar o sexo. Em termos de idade à morte, a grande maioria (93,3%, n=395) tinha entre 12 e 50 anos. Alguns indivíduos mostram ter atingido uma idade mais avançada já que 5,2% (n=22) teriam mais de 50 anos de idade à morte. Uma pequena franja dos inumados nesta necrópole apresentava uma idade inferior a 12 anos (1,4%, n=6).

A orientação predominante na necrópole era Oeste-Este/Este-Oeste (97%, n=740). Apenas considerando os restantes enterramentos – aqueles com orientação atípica – 42% (n=11) tinham uma orientação Sul-Norte, 35% (n=9) Norte-Sul, 15% (n=4) Sudoeste-Sudeste e apenas 2 enterramentos (8%) apresentavam uma orientação Noroeste-Sudeste (Figura 6). As diferenças na orientação parecem ter servido um propósito prático (E-O/O-E) para potencializar o espaço da necrópole (muito marcado nas valas duplas e comuns). Os enterramentos Norte-Sul/Sul-Norte eram maioritariamente junto às paredes que delimitam a necrópole e podiam ter o mesmo propósito (utilizar o espaço disponível).

⁵ A estimativa da idade à morte foi efetuada através da análise da fusão das epífises (Cardoso, 2008a, b; Ríos e Cardoso, 2009; Schaefer *et al.*, 2009; Cardoso e Severino, 2010; Cardoso e Ríos, 2011), calcificação e erupção dentárias (Ferembach, Schwindezy e Stoukal, 1980), comprimento das diáfises (Scheuer e Black, 2000), bem como das alterações degenerativas das superfícies articulares (Buisckra e Ubelaker, 1994). Na estimativa do sexo, utilizaram-se sempre que possível as características morfológicas do coxal (Bruzek, 2002) ou, na sua ausência, do crânio (Ferembach, Schwindezy e Stoukal, 1980). Recorreu-se, igualmente, à análise métrica dos ossos longos e dos pés segundo a metodologia de Wasterlain (2000), para o úmero e para o fémur, e de Silva (1995) para o tálus e calcâneo.

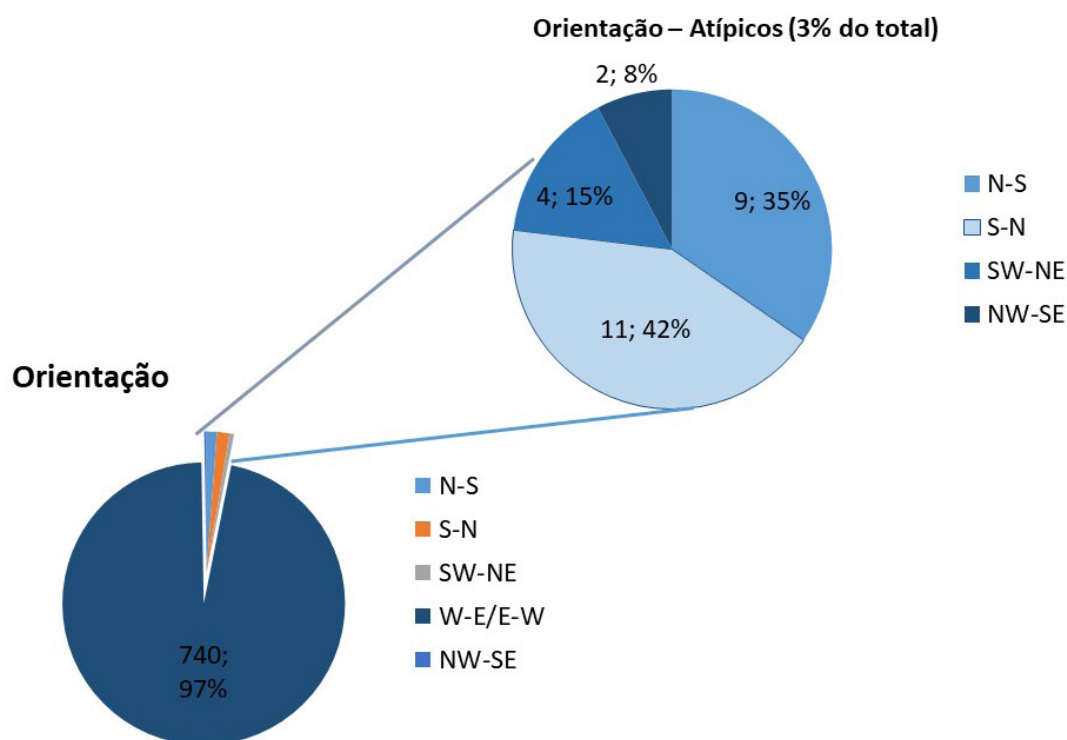


Figura 7 – Orientação (%) dos enterramentos da necrópole da Rua do Recolhimento, incluindo aqueles considerados atípicos.

A grande maioria dos indivíduos apresentavam-se em decúbito dorsal (96%, $n=672$), constituindo-se os restantes 4% como enterramentos atípicos⁶. Considerando apenas estes, 41% ($n=11$) foram inumados em decúbito lateral direito, 29% ($n=8$) em decúbito lateral esquerdo e 26% ($n=7$) em decúbito ventral. Os restantes 4% ($n=1$) seriam fortuitos (Figura 7). Embora a posição dos membros inferiores se encontrasse fundamentalmente em extensão (92%, $n=429$) verificaram-se, ainda assim, algumas deposições atípicas (apenas dentro destas, 56% ($n=20$) cruzados, 36% ($n=13$) fletidos e 8% ($n=3$) furtiva) (Figura 8). O decúbito ventral surge maioritariamente nas fases tardias de utilização e pode ter sido uma opção para indivíduos que não fossem militares (presos?). Já alguns decúbitos laterais (junto às paredes) aparentam ser outra tentativa de aproveitamento do espaço. A maior parte das posições atípicas das pernas (cruzadas e fletidas) parece igualmente suprir uma necessidade de espaço. As posições atípicas (uma perna estendida e outra fletida) apontam para alterações tafonómicas durante a decomposição em espaço aberto). Outras inumações parecem ser mais descuidadas e podem relacionar-se com as características (sociais?) dos indivíduos.

⁶ Considera-se atípico o enterramento que não se enquadre na norma funerária da baliza cronológica que integra, mas também que saia fora do usual na necrópole a que pertence. Esta fuga ao padrão pode refletir-se na deposição e tratamento do corpo do indivíduo, na localização e tipo de construção da sepultura ou no tipo de espólio funerário (Aspöck, 2008). São várias as causas que contribuem para a posição anômala do enterramento, usualmente de origem antrópica, com a intenção de distinguir aquele indivíduo dos restantes, ou relacionadas com fenómenos tafonómicos (Casimiro *et al.*, 2017). Segundo estes autores, nas razões que levam a uma distinção na posição do enterramento incluem-se: bastardia, adultério, prática de crimes, escravatura, patologias que causem repulsa, mas também causas de morte violentas, indivíduos não batizados ou mortes durante o parto. Separados destes fatores socioculturais estão as causas relacionadas com a decomposição (principalmente em espaço não ou semicomatado) e processos tafonómicos.

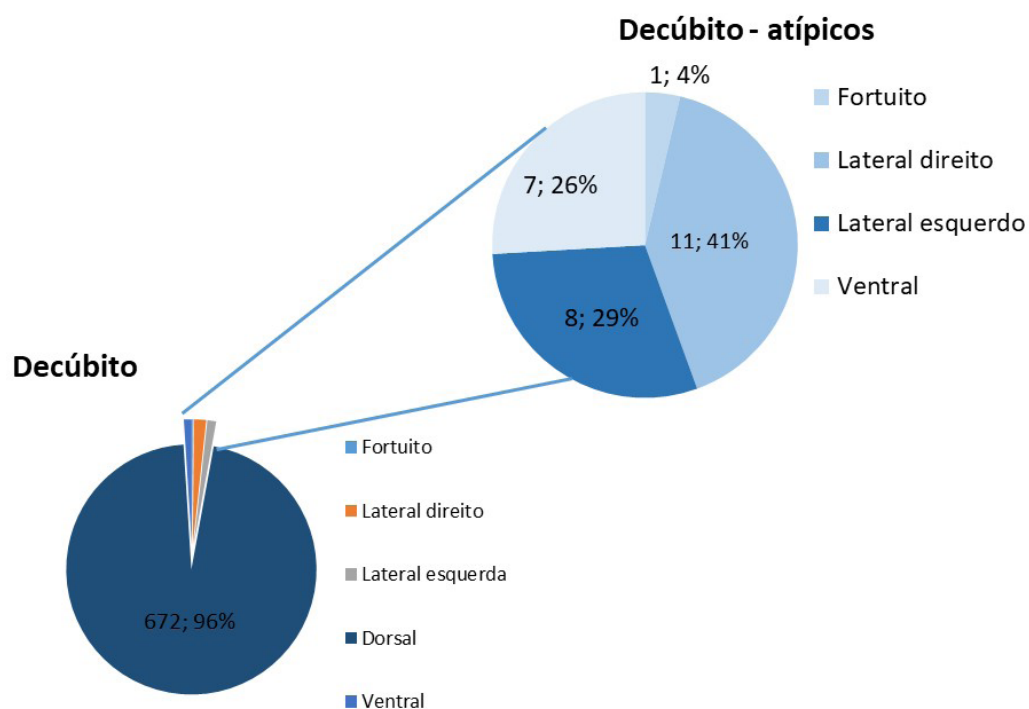


Figura 8 - Tipologia (%) de decúbito observado da necrópole da Rua do Recolhimento, incluindo aqueles considerados atípicos.



Figura 9 - Inumação com decúbito atípico, nomeadamente dos membros inferiores, de modo a dar lugar a uma nova inumação que lhe é perpendicular.

Em termos de avaliação da saúde e doença, e apenas com os dados recolhidos no campo, 49,1% (n=413) dos indivíduos inumados exibiam alterações osteológicas sugestivas de patologia. As condições mais frequentemente detetadas foram as lesões de origem degenerativa (27,3%, n=230) proliferativas do periosteó presentes em 55,6% dos indivíduos (n=20), seguindo-se, em ordem decrescente de frequência, as lesões infecciosas (13,9%, n=111) e de origem traumática (12%, n=101). As condições degenerativas estavam igualmente presentes, sendo notória a predominância das alterações da entese, que afetaram 19 (52,8%) dos inumados, face às osteoartroses, presentes apenas em 16,7% (n=6) dos indivíduos.

6_Da escavação arqueológica ao projeto de investigação

Este contexto arqueológico único permitiu desenvolver um projeto pioneiro que une seis disciplinas (osteologia, arqueologia, história, química, paleoparasitologia e genómica) e uma equipa internacional para aprofundar a compreensão da saúde dos militares no passado e dos métodos de tratamento utilizados. O projeto “InOsteo: Abordagem Interdisciplinar à Coleção Osteológica do Hospital Militar do Castelo de São Jorge (séculos XII-XIII), Lisboa” é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (<https://doi.org/10.54499/2022.03576.PTDC>) e os resultados desta investigação não só fornecerão novos dados aos historiadores que se dedicam ao estudo da história militar, ciência, medicina e cuidados prestados aos doentes, mas também oferecerão novas metodologias e estratégias de amostragem para estudos osteológicos.

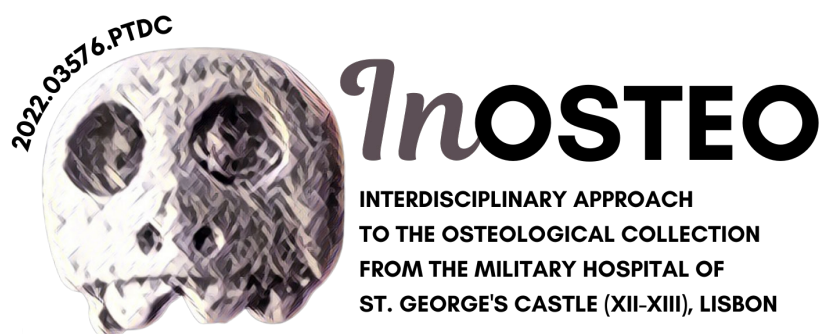


Figura 10 – Logo do Projecto: “InOsteo: Abordagem Interdisciplinar à Coleção Osteológica do Hospital Militar do Castelo de São Jorge (séculos XII-XIII), Lisboa”.

Este estudo interdisciplinar envolve uma equipa com diversas especialidades, desde as ciências naturais até às humanidades, que colaborarão para alcançar os objetivos do projeto: identificar parasitas e agentes patogénicos afetando a saúde dos soldados; relacionar valas comuns a possíveis epidemias; identificar o uso de medicamentos e outros tratamentos; compreender melhor os hospitais e tratamentos médicos; e aprofundar o conhecimento sobre a vida militar.

Dado que a saúde pode ser refletida em indicadores de stress fisiológico e lesões esqueléticas, este projeto integra análises osteológicas, arqueométricas e históricas para investigar a relação entre dieta, saúde e tratamentos em hospitais militares entre os séculos XVII e XVIII. Este projeto pretende aprimorar o nosso conhecimento dos cuidados de saúde em períodos históricos, como por exemplo, o uso do mercúrio no tratamento de doenças em Portugal. Os registos históricos e arqueológicos serão comparados com dados osteológicos, genéticos, químicos e parasitológicos para reconstruir a vida destes indivíduos, a sua mobilidade, dieta, doenças e parasitas.

7. CONCLUSÕES

Os dados arqueológicos recuperados mostram um edifício com uma função específica, principalmente devido a áreas técnicas, como a cozinha e o armazenamento de alimentos. Embora as enfermarias não pudessem ser atribuídas a um compartimento específico, o facto de ter havido um critério de funções empregue na construção deste edifício, onde o compartimento central determina a organização e circulação entre as diferentes áreas, revela um planeamento do espaço. A relevância desta ilação advém do facto de estarmos no centro da Lisboa medieval, o Castelo de São Jorge, as ruas e quarteirões mantêm a mesma morfologia (verificada pela cartografia antiga), ainda assim foi possível construir um novo edifício. Esta adaptação arquitetónica recorreu a elementos mais antigos e mostra criatividade nas alterações arquitetónicas realizadas, tal como aconteceu na adaptação de um espaço murado a cemitério.

A conjugação do registo arqueológico com as fontes históricas (documentais e registos de óbito) apoia a evidência de que existia uma estrutura hospitalar nos finais do século XVI, Hospital este que prestava assistência à população militar, presos, civis e pessoal hospitalar, mostrando que a caridade dos Irmãos de São João de Deus também se estendia à comunidade da freguesia, mesmo a prisional.

As fontes também comprovam a existência de um cemitério associado ao Hospital Militar, com uma grande utilização, como verificamos pela identificação durante a escavação arqueológica de seis fases de utilização (quatro delas associadas ao Hospital Militar).

O sítio arqueológico forneceu um conjunto de dados que se encontram em fase de processamento através de uma equipa multidisciplinar inserida num projeto de investigação. Neste estudo, pretendeu-se fazer uma pequena sùmula dos resultados de campo que servem como ponto de partida para um mais amplo e pormenorizado trabalho laboratorial e de investigação de modo a aceder ao modo de utilização do espaço hospitalar e daqueles que nele circulavam.

BIBLIOGRAFIA

FONTES DOCUMENTAIS

Registos de óbito da paróquia de Santa Cruz do Castelo 1708-1748

Registos de óbito da paróquia de Santa Cruz do Castelo 1747-1787

Torre do Tombo: Corpo Cronológico, Parte II, mç. 256, doc. 71

Torre do Tombo: Corpo Cronológico, Parte II, mç. 264, n.º 22

Castro, João Batista de (1763) - *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa, Tomo II, Parte III e IV.

Andrade, F. de (1954) - *A freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Araújo, M. M. L. de (2005) - Hospitais Reais. In Capela, J. V., coord. - *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*. Braga: Casa Museu de Monção/ Universidade do Minho, pp. 651-652.

Aspöck, E. (2008) - What actually is a 'deviant burial'? Comparing German-Language and Anglophone Research on 'deviant burials'. In Murphy, E., ed. - *Deviant Burial in the Archaeological Record*. Oxford: Oxbow Books, pp. 17-34.

Barros, A. A. S. de (2014) - *O Saneamento na Cidade Pós Medieval. "O Caso de Lisboa"*. Ordem dos Engenheiros - Região Centro.

Borges, A. M. (2009) - *Reais hospitais militares em Portugal, 1640-1834* (Vol. 14). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.

- Brooks, S.; Suchey, J. (1990) - Skeletal age determination based on the Os Pubis: a comparison of the Acsádi-Nemeskéri and the Suchey-Brooks methods. *Human Evolution*. 5 (3), pp. 227-238. <https://doi.org/10.1007/BF02437238>
- Bruzek, J. (2002) - A method for visual determination of sex using the human hip bone. *American Journal of Physical Anthropology*. 117, pp. 157-168. DOI:10.1002/ajpa.10012
- Buisktra, J. E.; Ubelaker, D. H., eds. (1994) - *Standards: for data collection from human skeletal remains* (Arkansas Archeological Survey Research Series; 44). Fayetteville, Arkansas: Arkansas Archeological Survey.
- Calado, M.; Pimenta, J.; Silva, R. B. (2003) - Cachimbos de cerâmica provenientes da escavação do Caminho de Ronda no Castelo de São Jorge em Lisboa. *Património: Estudos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. 5, pp. 83-95.
- Cardoso, H. (2008a) - Age estimation of adolescent and young adult male and female skeletons II, epiphyseal union at the upper limb and scapular girdle in a modern Portuguese skeletal sample. *American Journal of Physical Anthropology*. 137 (1), pp. 97-105. DOI:10.1002/ajpa.20850
- Cardoso, H. (2008b) - Epiphyseal union at the innominate and lower limb in a modern portuguese skeletal sample, and age estimation in adolescent and young adult male and female skeletons. *American Journal of Physical Anthropology*. 135 (2), pp. 161-170. DOI:10.1002/ajpa.20717
- Cardoso, H.; Ríos, L. (2011) - Age estimation from stages of epiphyseal union in the presacral vertebrae. *American Journal of Physical Anthropology*. 144 (2), pp. 238-247. <https://doi.org/10.1002/ajpa.21394>
- Cardoso, H.; Severino, R. S. (2010) - The chronology of epiphyseal union in the hand and foot from dry bone observations. *International Journal of Osteoarcheology*. 20 (6), pp. 737-746. DOI:10.1002/oa.1097
- Carvalho, L. M.; Henriques, S.; Amarante, A.; Wasterlain, S. (2020) - Exploring the ossuary: a possible case of mandibular trauma in the Modern (17th-18th centuries), Lisbon. In Miguel Ibáñez, M. P.; Romero Rameta, A.; Torregrosa Giménez, P.; Jover Maestre, F. J., eds. - *Care, heal, die: the disease read in the bones* (Colección Petracos). Alicante: Publicaciones INAPH, pp. 71-82.
- Casimiro, S.; Cardoso, F. A.; Silva, R. B.; Assis, S. (2017) - ¿Requiescat in pace? Abordagem transdisciplinar a possíveis casos de enterramentos atípicos identificados na necrópole Noroeste de Olisipo. In Arnaud, J. M.; Martins, A., eds. - *Actas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses: Arqueologia em Portugal. 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1215-1227.
- Castilho, D. M. E.; Andrade, L. (2015) - Onde moravam os outros? A casa corrente na época moderna (A cidade de Viseu como estudo de caso). *CEM - Cultura, Espaço & Memória*. Porto: CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Edições Afrontamento. 6, pp. 61-72.
- Ferembach, D., Schwindezy, I., Stoukal, M. (1980) - Recommendation for age and sex diagnoses of skeletons. *Journal of Human Evolution*. 9 (7), pp. 517-549. DOI:10.1016/0047-2484(80)90061-5
- Gaspar, A.; Gomes, A. (2005) - O Hospital de São João de Deus no Castelo de São Jorge - Vestígios Arqueológicos. *Actas do XVI Colóquio de História Militar - O Serviço de Saúde Militar nas comemorações do IV centenário dos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 863-889.
- Gomes, A.; Gaspar, A.; Pimenta, J.; Guerra, S.; Mendes, H.; Ribeiro, S.; Valongo, A.; Pinto, P. (2003) - *Castelo de São Jorge-Balço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos*. *Património Estudos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. 4, pp. 214-223.
- Henriques, S.; Carvalho, L. M.; Amarante, A.; Wasterlain, S. (2020) - A necrópole do hospital militar do Castelo de São Jorge e as práticas funerárias na Lisboa de época Moderna. In Arnaud, J. M.; Neves, C.; Martins, A., eds. - *III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia em Portugal: 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM, pp. 1949-1961.
- Leirião, C. M. (2021) - *Real Hospital de São João de Deus no Castelo, Análise de uma série osteológica moderna da Rua do Recolhimento, Lisboa, Portugal*. Dissertação de mestrado em Evolução e Biologia Humanas, Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Leirião, C. M.; Carvalho, L. M.; Amarante, A.; Henriques, S.; Wasterlain, S. (2023) - "Não ha sepultura onde se não tenham enterrado mais de dez cadáveres": as valas comuns de época moderna da necrópole do Hospital dos Soldados (Castelo de São Jorge, Lisboa), uma prática funerária de recurso. In Arnaud, J. M.; Neves, C.; Martins, A., eds. - *IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia em Portugal: 2023 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CEAACP, CEIS20, IA-FLUC, pp. 1379-1389.

Rijo, D. (2015) - *Recolhimentos de Lisboa: da Época Moderna à República (Sécs. XVI - XX), Estudo de Caso*. Estudo de caso desenvolvido no âmbito do Projeto Lx-Conventos. Lisboa: CML - UNL/FCSH.

Ríos, L.; Cardoso, H. F. V. (2009) - Age Estimation From Stages of Union of the Vertebral Epiphyses of the Ribs. *American Journal of Physical Anthropology*. Wiley-Liss, Inc. 140 (2), pp. 265-274. <https://doi.org/10.1002/ajpa.21065>

Schaefer, M.; Black, S.; Scheuer, L. (2009) - *Juvenile osteology: A laboratory and field manual*. London: Academic Press.

Scheuer, L., Black, S. (2000) - *Developmental juvenile osteology*. San Diego: Academic Press.

Silva, A. M. (1995) - Sex assessment using talus and calcaneus. *Antropologia Portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Instituto de Antropologia. 13, pp. 107-119.

Silva, Augusto Vieira (1937) - *O Castelo de S. Jorge em Lisboa: estudo histórico-descritivo*. 2.ª edição. Lisboa: Tip. Da Empresa Nacional de Publicidade.

Wasterlain, S. N. (2000) - *Morphé: Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da coleção de esqueletos identificados do museu antropológico da Universidade de Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Evolução Humana. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Um esqueleto no armário ou como a Arqueologia não vive só do que se descobre debaixo da terra

Nathalie Antunes-Ferreira¹, Cristina Fuzeta², Alfredo Martins², Sara Cantiga², Carlos Boavida³, Fátima Palmeiro³

RESUMO

Um esqueleto humano, que estava guardado e remetido ao esquecimento há várias décadas em arrecadações do Hospital de Santa Marta, foi recentemente descoberto.

Certamente utilizado de forma didáctica no antigo Hospital Escolar que ali funcionou até 1953, o esqueleto terá integrado a colecção do extinto Museu dos Hospitais Cívicos de Lisboa, tendo sido sucessivamente guardado em outros espaços do hospital, após o encerramento daquele espaço museológico no final dos anos 70.

Embora estejam ausentes alguns ossos, tratando-se de um esqueleto humano e não de um simples modelo, considerou-se que poderia ser interessante efectuar a sua análise, tendo em vista apurar, como é comum fazer-se com os esqueletos descobertos em escavações arqueológicas, dados biológicos sobre esta inusitada descoberta. Por conseguinte, estimaram-se os perfis biológico e patológico deste indivíduo. Trata-se de um homem adulto com cerca de 1,67 m de estatura, revelando apenas ligeiras alterações degenerativas não articulares.

Palavras-chave: Esqueleto humano; Perfil biológico; Paleopatologia; Hospital Escolar; Lisboa.

ABSTRACT

Kept and consigned to oblivion for several decades in Santa Marta Hospital (Lisbon), a human skeleton was recently discovered.

Used for teaching purposes in the former Escolar Hospital (Hospital Escolar), which operated there until 1953, the skeleton would have been part of the collection of the extinct Museu dos Hospitais Cívicos de Lisboa; having been stored in other spaces of the hospital, after the closing of the museum in the end of the 70's.

Since that it is a real human skeleton and not a simple model, although some bones are missing, it was considered that it could be interesting to carry out its analysis, looking to ascertain biological data about this unusual discovery, as is commonly done for skeletons discovered in archaeological excavations. Therefore, we estimated the biological and pathological profiles of this individual, which is an adult male with approximately 1.67 m of height, displaying slight non-articular degenerative changes.

Keywords: Human skeleton; Biological profile; Paleopathology; Hospital Escolar; Lisbon.

¹ Egas Moniz Center for Interdisciplinarity Research, Egas Moniz School of Health & Science, Monte da Caparica, Portugal. Laboratório de Ciências Forenses e Psicológicas Egas Moniz, Egas Moniz School of Health & Science, Monte da Caparica, Portugal.

² Egas Moniz School of Health and Science

³ Gabinete do Património Cultural – Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central/Unidade Local de Saúde de São José.

Algumas palavras prévias

O presente artigo não resulta de qualquer investigação na sequência de trabalhos arqueológicos, mas tenta demonstrar que, por vezes, uma abordagem de certa forma arqueológica, pode ser útil para analisar um *objecto*, neste caso um esqueleto humano. Na verdade, esta situação não difere em muito do que sucederia com um achado fora de contexto que, no limite, o caso ora abordado é um excelente exemplo. O facto de dois dos signatários serem arqueólogos (NAF, CB) e terem já colaborado anteriormente em diversas investigações sobre necrópoles, acabou por nortear este trabalho e o seu título algo provocatório.

Santa Marta de Jesus – De Convento a Hospital Escolar

Em consequência da Grande Peste de Lisboa de 1569, o rei D. Sebastião autorizou a criação de um recolhimento para donzelas órfãs dos serviços da Casa Real. Para o efeito foi erguido um hospício localizado no Vale do Pereiro, entre os sítios da Anunciada e do Andalus, com evocação de Santa Marta de Jesus (George e Moura, 2012, p. 127).

Em 1598, após autorização papal, o recolhimento foi convertido em convento de clarissas, igualmente com evocação de Santa Marta. As obras de construção deste complexo religioso prologaram-se ao longo das décadas seguintes, organizando-se as várias dependências em redor de um pátio quadrangular ladeado por claustros, ficando a igreja na ala oeste, paralela à actual Rua de Santa Marta (George e Moura, 2012, pp. 128-130). Durante os séculos XVII e XVIII foram aplicados diversos revestimentos azulejares um pouco por todo o convento, destacando-se os que se encontram na igreja, nos claustros e na Sala do Capítulo (Veloso e Almasqué, 2016, pp. 108-127).



Figura 1 – Vista geral do claustro do antigo Convento de Santa Marta, actual Hospital de Santa Marta. Arquivo da ULS São José.

Na sequência do Terramoto de 1755 ocorreu o colapso da abóbada da igreja, mas os danos no resto do cenóbio foram moderados. Porém, a comunidade religiosa permaneceu durante alguns meses em barracas erguidas na cerca (George e Moura, 2012, p. 130).

Apesar da extinção das ordens religiosas ter ocorrido em 1834, o convento só seria encerrado em 1884, após a morte da última freira. O espaço seria posteriormente entregue à Irmandade dos Clérigos Pobres, que ali permaneceu até 1903 (George e Moura, 2012, p. 133).

Tendo em vista a sua transformação em hospital, o antigo Convento de Santa Marta foi entregue à administração do Hospital Real de São José e *Annexos*, procedendo-se às devidas obras de adaptação em 1905 (George e Moura, 2012, p. 134). No âmbito da reorganização hospitalar promovida por Curry Cabral, Enfermeiro-Mor¹ entre 1901 e 1910, este novo hospital iria receber os doentes que se encontravam internados no Hospital do Desterro, que seria então encerrado. A demissão do governo em 1907 levou a que este projecto tenha perdido os apoios políticos de que dispunha. Assim, no final da Monarquia Constitucional, ainda em Setembro de 1910, o Hospital de Santa Marta² foi destinado a Hospital Escolar de Lisboa, passando assim para ali o ensino clínico da Medicina que até então tinha lugar em algumas das enfermarias do Hospital Real de São José. Curry Cabral seria afastado do cargo no seguimento da Implantação da República (Cabral, 1915, pp. 316-339; Garnel, 2013).

Em articulação com a Faculdade de Medicina ao Campo de Sant'Ana, onde as aulas regulares principiaram em 1911, o Hospital de Santa Marta dispunha de uma série de condições logísticas para o funcionamento de clínicas universitárias graças às então recentes obras, mas também ao facto de possuir autonomia administrativa e financeira desde 1922 (Veloso e Almasqué, 2016, p. 106). Além de funções assistenciais e educativas, estava de igual modo contemplada a investigação, onde todos os lugares, tanto de professor como de assistente, dependiam de rigorosos concursos (George e Moura, 2012, p. 135).

No Hospital Escolar de Santa Marta trabalharam grandes vultos da Medicina Portuguesa, entre os quais Francisco Gentil, cirurgião no Banco, Pulido Valente, professor de Patologia Médica e também de Clínica Médica e Friedrich Wohlwill, anatomo-patologista alemão, que desenvolveu e modernizou a Anatomia Patológica em Portugal. Foi igualmente em Santa Marta que António Egas Moniz, professor de Neurologia, desenvolveu a sua investigação sobre a arteriografia cerebral e a leucotomia pré-frontal, que lhe daria o Prémio Nobel da Medicina e Fisiologia (Veloso e Almasqué, 2016, p. 107).

Em 1953, o ensino médico foi transferido para o recém-inaugurado Hospital de Santa Maria e para a nova Faculdade de Medicina na Cidade Universitária. O Hospital de Santa Marta voltou a integrar os Hospitais Cívicos de Lisboa, designação que em 1914 substituiu a do Hospital Real de São José e *Annexos* (Boavida, Palmeiro e Mora, 2020, p. 182). Embora actualmente este hospital se destaque pelos serviços de Cardiologia e Cirurgia Cardio-Torácica, ali também funcionam outros serviços como Medicina Interna, Cardiologia Pediátrica, Pneumologia, Cirurgia Vascular e Angiologia, Anestesiologia, Radiologia e Patologia Clínica (Veloso e Almasqué, 2016, p. 107).

Um esqueleto no armário – Entre a redescoberta e a análise antropológica

A instalação de novos equipamentos no âmbito da remodelação do serviço de Radiologia do Hospital de Santa Marta, levou à necessidade de se transferir alguns objectos históricos que se encontravam numa arrecadação anexa para outro local, entre os quais um esqueleto humano. Embora se encontrem ausentes o crânio e o membro superior direito, e estejam desarticulados o membro superior esquerdo, os membros inferiores e cinturas pélvicas, o esqueleto está em excelente estado de conservação, assente sobre uma base de madeira rectangular, suportado por uma haste fixa na região das vértebras torácicas e sagradas, denunciando o seu para uso didáctico, que terá ocorrido no Hospital Escolar de Lisboa (1911-1953).

¹ Cargo equivalente à presidência do Conselho de Administração.

² Durante escassos meses, o novo hospital foi designado Hospital Hintze Ribeiro (George e Moura, 2012, p. 135).



Figura 2 – Vistas lateral esquerda, posterior, lateral direita e anterior do esqueleto encontrado no Hospital de Santa Marta. Arquivo da ULS São José.

Constatado tratar-se de um esqueleto humano real e não de um moderno modelo anatómico, considerou-se que seria interessante proceder à análise dos seus ossos com o intuito de se obter informação biológica acerca deste indivíduo.



Figura 3 – Análise antropológica do esqueleto encontrado no Hospital de Santa Marta. Arquivo da ULS São José.

O esqueleto apresenta-se em excelente estado de preservação, embora lhe faltassem vários ossos do membro superior direito e o crânio. Mantinha as cartilagens costais nas extremidades esternais das costelas. A ausência de cortes *post mortem* na caixa torácica pode eventualmente indicar que não se verificou uma autópsia. Os ossos encontram-se revestidos de verniz e encontram-se articulados por meio de molas, arames e parafusos. Existem em alguns ossos inscrições a lápis referentes às inserções musculares, tendinosas e ligamentares.

No que concerne ao perfil biológico concluiu-se que se trata de um indivíduo adulto maduro³ do sexo masculino⁴, que de acordo com o comprimento fisiológico do fêmur teria uma estatura de 166,74 cm $\pm$ 6,90 cm⁵.

Osso / Região		Sexo
Osso ilíaco / Grande chanfradura ciática		Masculino
Osso ilíaco / Sulco pré-auricular		Masculino
Osso ilíaco / Buraco obturador		Masculino
Osso ilíaco / Acetábulo		Masculino
Osso ilíaco / Crista ilíaca		Masculino
Osso ilíaco / Arco composto		Masculino
Osso ilíaco / Relação ísquion-pubis		Masculino
Osso ilíaco / Fossa ilíaca		Masculino
Úmero	Diâmetro transversal - 41,4 mm	Masculino
	Diâmetro vertical - 44 mm	Masculino
Fémur	Diâmetro transversal - 45,6 mm	Masculino
	Diâmetro vertical - 46,4 mm	Masculino

Tabela 1 – Estimativa do sexo do esqueleto do Hospital de Santa Marta.

Relativamente à análise osteopatológica, constatou-se que este indivíduo não padecia de osteoartrose, nem se identificaram quaisquer traumatismos ou indícios de infecção. Observaram-se algumas alterações patológicas ligeiras nas áreas das enteses de ambos os calcâneos (tendão de Aquiles).

³ Aplicação das metodologias de Buikstra e Ubelaker (1994) e Brooks e Suchey (1990).

⁴ Aplicação das metodologias de Buikstra e Ubelaker (1994) e Wasterlain e Cunha (2000).

⁵ Aplicação do método de Mendonça (2000).

Idade à morte

União epifisial completa (indicadores de maturação tardia) > 24 anos

Metamorfose da Sínfise Púbica - Fase 5b | 21 - 46 anos

Tabela 2 - Estimativa da idade à morte do esqueleto do Hospital de Santa Marta.

Estatura

Comprimento do úmero	326 mm
Comprimento fisiológico do fémur	449 mm
Comprimento máximo do fémur	455 mm

Tabela 3 - Estimativa da estatura do esqueleto do Hospital de Santa Marta.

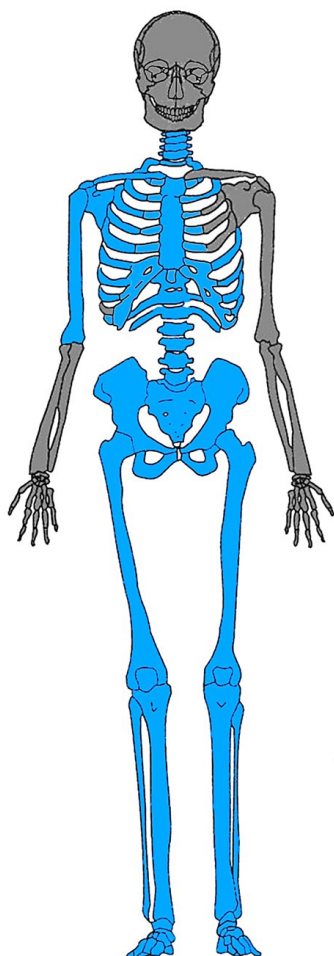


Figura 4 - Inventário do esqueleto do Hospital de Santa Marta. A azul estão representados os ossos presentes, a cinzento os ausentes.



Figura 5 - Detalhes dos elementos de suporte dos ossos do esqueleto encontrado no Hospital de Santa Marta. Fotos dos autores.

Estudo da Anatomia em Portugal, nomeadamente em Lisboa

De Humani Corporis Fabrica, obra de Andreas Vessalius publicada em 1543, provocou uma verdadeira revolução na Medicina tal como ela era então entendida, por se basear no exame cuidado e rigoroso da anatomia humana, colocando assim em causa os ensinamentos transmitidos pelos autores clássicos greco-romanos (Fiolhais, 2014, p. 53).

Nascido no seio de uma família de médicos, Vessalius realizou estudos de Medicina em Leuven e Paris, tendo sido nomeado em 1537 professor de Anatomia e Cirurgia na Universidade de Pádua, destacando-se precisamente nessa especialidade, sobre a qual publicou vários estudos, embora seja a publicação de 1543 a sua mais famosa obra. Trata-se uma espécie de atlas do corpo humano, organizado em sete livros, cujas estampas mostram com grande realismo e detalhe o interior do corpo humano, resultado dos estudos desenvolvidos pelo autor que realizou numerosas autópsias (Fiolhais, 2014, pp. 53-54).

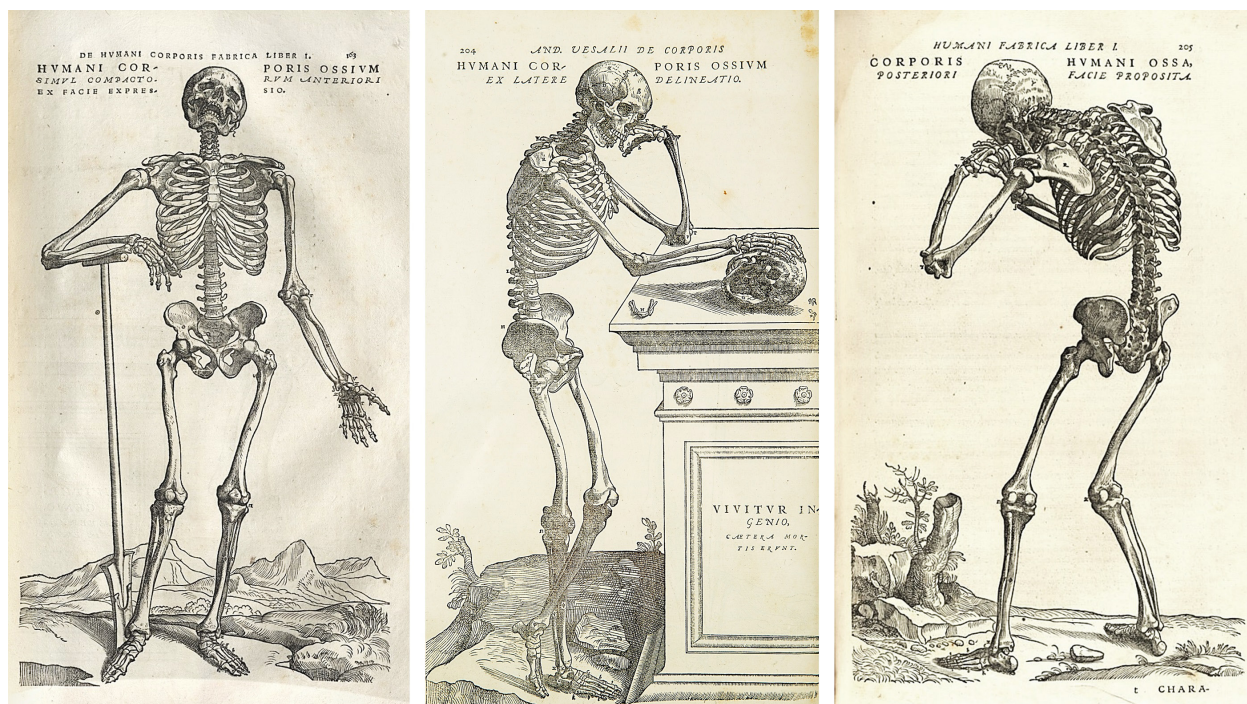


Figura 6 - Estampas da obra de Andreas Vessalius «De Humani Corporis Fabrica» relativas ao esqueleto humano.

Nesse período, segundo o regimento do Hospital Real de Todos-os-Santos, de 1504, era obrigatória a existência de *“dois cirurgiões, um deles residente, que deveria ler, em cada dia, uma lição aos seus dois moços para aprenderem a teoria e prática e poderem ficar ensinados para o serviço do dito hospital”*. Essa prática foi mantida por vários cirurgiões ao longo de décadas (Salgado e Salgado, 1992), mas os ensinamentos de Vessalius demorariam ainda algum tempo a imporem-se aos conhecimentos anteriores baseados nos estudos de Galeno. Exemplo paradigmático desta situação será o livro publicado em 1559 por Alfonso Guevara, professor da Universidade de Coimbra que, em 1561, se tornou o primeiro professor de Anatomia do Hospital Real (Fiolhais, 2014, pp. 62-63).

Guevara, que integrou o exército português na Batalha de Alcácer Quibir, foi feito prisioneiro, mas acabou por ser libertado, falecendo em Lisboa em 1687. A morte deste, assim como um aumento da actividade da Inquisição, afastou muitos mestres da medicina (Fiolhais, 2014, pp. 62-63). Uma vez que a dissecação de cadáveres não era bem vista do ponto de religioso, a prática da anatomia não estava igualmente facilitada.

Só em 1704 é que o ensino de Anatomia foi retomado no Hospital Real de Todos-os-Santos, com a presença de vários mestres vindos de outras nações (Dória e Pereira, 2012, pp. 215-217). Alguns anos após o Terramoto de 1755, Manuel Constâncio, que começou por ser barbeiro sangrador e mais tarde se tornou cirurgião e médico da Real Câmara de D. Maria I, assumiu o ensino de Anatomia que continuou já no Hospital Real de São José, onde foi criado um teatro anatómico (Dória e Pereira, 2012, p. 217; Frade, Barradas e Cardoso, 2020, pp. 423-424). A sua intervenção no ensino criou as bases para a fundação da Régia Escola de Cirurgia em 1825 que, em 1836, se tornou na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (Mora, 2009, pp. 90-91). Com a Implantação da República esta última passou a ser a Faculdade de Medicina de Lisboa, em articulação com o Hospital Escolar em Santa Marta.

Algumas Considerações

Tendo em conta as características do esqueleto encontrado numa arrecadação do Hospital de Santa Marta, parecem ser poucas as dúvidas de que aquele seria usado no âmbito escolar, como material de apoio nas aulas de Anatomia.

O facto de aquele não apresentar evidências de ter sido autopsiado poderá indicar que pode ter sido adquirido num cemitério, eventualmente recuperado de alguma vala comum ou de algum levantamento de ossadas. Embora esta situação possa levantar actualmente questões éticas, até há algumas décadas, numa época em que ainda não existiam modelos anatómicos artificiais, era comum a aquisição de esqueletos humanos nos cemitérios por estudantes de medicina. No final do curso, perdendo a sua utilidade, frequentemente eram vendidos a colegas mais novos. Por constituírem uma aquisição dispendiosa, por vezes só se comprava parte do esqueleto ou eventualmente apenas o crânio.

A descoberta deste esqueleto numa arrecadação não é de todo estranha, tendo em conta o contexto hospitalar, nomeadamente o facto de em Santa Marta ter funcionado um Hospital Escolar. Embora ainda não tenha sido encontrado nenhum documento que o comprove, é provável que, tendo deixado de ser útil para o ensino, o esqueleto tenha sido entregue ao Museu dos Hospitais Cívicos de Lisboa Dr. Alberto Mac-Bride, inaugurado na antiga Sala do Capítulo em 1957 (Leone, 1957), escassos quatro anos após a transferência do Hospital Escolar para Santa Maria. O encerramento daquele museu no final dos anos 70 do século XX levou a uma dispersão do seu espólio pelos hospitais de São José e Santo António dos Capuchos, mas uma parte significativa permaneceu no Hospital de Santa Marta, em várias arrecadações, como aquela onde o esqueleto foi descoberto.



Figura 7 – Museu dos Hospitais Cívicos de Lisboa Dr. Alberto Mac-Bride, instalado na antiga Sala do Capítulo do Convento de Santa Marta, actual Hospital de Santa Marta. Autor desconhecido, 1957. Arquivo da ULS São José.

Bibliografia

Boavida, C.; Palmeiro, F.; Mora, L. D. (2020) – Os *herdeiros* do Hospital Real: Espaços da História da Saúde em Lisboa após 1775. In Alberto, E. M., coord., edit. - *O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde*. Lisboa: Câmara Municipal; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pp. 181-183.

Brooks, S.; Suchey, J. (1990) – Skeletal age determination based on the Os Pubis: a comparison of the Acsádi-Nemeskéri and the Suchey-Brooks methods. *Human Evolution*. 5 (3), pp. 227-238. <https://doi.org/10.1007/BF02437238>

Buisktra, J. E.; Ubelaker, D. (1994) – *Standards for data collection from human skeletal remains* (Arkansas Archaeological Survey Research Series; 44). Fayetteville, Arkansas: Arkansas Archaeological Survey.

Cabral, J. C. C. (1915) – *O Hospital Real de São José e Annexos. Desde 7 de Janeiro de 1901 até 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Typographia «A Editora Limitada».

Doria, J. L.; Pereira, M. L. V. (2012) – Notícia do ensino médico em Lisboa até à fundação da Universidade, em 1911. In Penedo, J., coord. - *Omnia Sactorum - Histórias da História do Hospital Real de Todos-os-Santos e seus sucessores*. Lisboa: By the Book e Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE, pp. 210-227.

Fiolhais, C. (2014) – Sobre o início da cirurgia no mundo em Portugal. *Revista Portuguesa de Cirurgia*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Cirurgia. 2.ª Série. 29, pp. 53-64.

Frade, F. V.; Barradas, J.; Cardoso, A. (2020) – Cirurgiões, barbeiros e sangradores (séculos XVI-XVIII). In Alberto, E. M., coord. e edit. - *O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde*. Lisboa: Câmara Municipal; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pp. 419-425.

Garnel, M. R. L. (2013) – Da Régia Escola de Cirurgia à Faculdade de Medicina de Lisboa. O ensino médico: 1825-1950. In Matos, S. C.; Ó, J. R., coords. - *A Universidade de Lisboa, séculos XIX-XX*. Lisboa: Edições Tinta da China. Vol. II, pp. 538-650.

George, F.; Moura, R. B. (2012) – Hospital de Santa Marta. In Penedo, J., coord. - *Omnia Sanctorum: Histórias da História do Hospital Real de Todos-os-Santos e seus sucessores*. [S. l.]: By the Book; Centro Hospitalar de Lisboa Central, pp. 126-147.

Leone, J. T. F. (1957) – O Museu dos Hospitais Cívicos de Lisboa. *Boletim Clínico dos Hospitais Cívicos de Lisboa*. Lisboa: Hospital de S. José. 21, pp. 549-552.

Mora, L. D. (2009) – O Dr. Manuel Constâncio (1726-1817) e a reestruturação do ensino cirúrgico em Portugal. *Revista Portuguesa de Cirurgia*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Cirurgia. 2.ª Série. 8, pp. 87-94.

Mendonça, M. C. (2000) – Estimation of Height from the Length of Long Bones in a Portuguese Adult Population. *American Journal of Physical Anthropology*. 112 (1), pp. 39-48. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1096-8644\(200005\)112:1<39::AID-AJPA5>3.0.CO;2-%23](https://doi.org/10.1002/(SICI)1096-8644(200005)112:1<39::AID-AJPA5>3.0.CO;2-%23)

Salgado, A. J.; Salgado, A. M. (1992) – *Regimento do Hospital Real de Todos-os-Santos (edição fac-similada)*. Prefácio, transcrição, glossário, notas e índice remissivo. Lisboa: Comissão Organizadora do V Centenário da Fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos.

Veloso, A. J. B.; Almasqué, I. (2016) – *Hospitais Cívicos de Lisboa: história e azulejos*. Lisboa: By the Book.

Wasterlain, S. N.; Cunha, E. (2000) – Comparative performance of femur and humerus epiphysis for sex diagnosis. *Biométrie Humaine et Anthropologie*. Paris: Société Internationale de Biométrie Humaine. 18, pp. 9-13.

